



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE EGAS MONIZ

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

**VIOLÊNCIA NO NAMORO: ATITUDES LEGITIMADORAS E
EXPOSIÇÃO AO CONFLITO INTERPARENTAL**

Trabalho submetido por
Joana Mafalda Rodrigues Doroteia
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

outubro de 2013



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE EGAS MONIZ

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

**VIOLÊNCIA NO NAMORO: ATITUDES LEGITIMADORAS E
EXPOSIÇÃO AO CONFLITO INTERPARENTAL**

Trabalho submetido por
Joana Mafalda Rodrigues Doroteia
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

Trabalho orientado por
Prof.^a Doutora Cristina Soeiro

outubro de 2013

Agradecimentos

À Professora Doutora Cristina Soeiro pela sua orientação. As aprendizagens e autonomia que me proporcionou contribuíram muito para o meu crescimento pessoal e profissional. Agradeço a sua disponibilidade evidenciada, no meio de tantos compromissos pessoais e profissionais, para me esclarecer, ajudar e orientar na conclusão deste trabalho. Agradeço sobretudo a sua paciência, incentivo e encorajamento no desenvolvimento deste trabalho, apesar de todos os percalços que ocorreram na conclusão dos meus *timings* pessoais.

Aos familiares e amigos pela palavra de confiança e otimismo para continuar a desenvolver este trabalho, apesar de todas as advertências que surgiram ao longo desta caminhada. Um especial obrigado ao João Lourenço e à Estefânia Cardoso que através dos seus conhecimentos, competências e boa vontade me ajudaram em alguns momentos desta investigação ou na retificação de alguma parte deste trabalho.

Aos participantes e escolas (direção e professores), que anónima e voluntariamente, colaboraram no estudo que integra esta dissertação, o meu muito obrigado por contribuírem para a concretização desta investigação.

A todos o meu muito obrigado!

Resumo

Esta investigação foi desenvolvida no âmbito da psicologia forense e criminal, abordando a temática da violência no namoro. Pretendendo-se analisar a extensão deste fenómeno, bem como a sua relação com as atitudes legitimadoras e a exposição ao conflito interparental.

Recorrendo-se a uma amostra de 266 estudantes do ensino secundário público, aplicaram-se enquanto instrumentos o Conflict in Adolescent Dating Relationships Inventory (CADRI), o The Children's Perception of Interparental Conflict Scale (CPIC) e o Acceptance of Dating Violence Scale (ADVS).

A análise dos resultados revelou que a violência emocional e as estratégias positivas de resolução de conflitos são os comportamentos mais recorrentes nas relações amorosas, entre os participantes. Evidenciou a existência de diferenças de género, especificamente níveis superiores no género masculino no que concerne à perpetração de violência relacional/sexual, à culpabilização pelo conflito interparental e à tolerância face à violência exercida sobre as mulheres numa relação de namoro, evidenciando ainda valores superiores de perceção de frequência/intensidade e de ameaça pelo conflito interparental, no género feminino. Por outro lado, no que concerne às diferenças de escolaridade, apenas observámos diferenças estatisticamente significativas na perpetração e vitimização por estratégias positivas de resolução de conflitos e na perpetração de violência relacional/sexual, evidenciando níveis superiores nos adolescentes mais velhos. A análise dos resultados revelou que as atitudes legitimadoras são variáveis preditoras da perpetração de violência emocional e da vitimização por violência relacional/física, evidenciando ainda que as variáveis do conflito interparental são preditoras da perpetração de violência emocional, física e da vitimização emocional, física e severa. Ainda, as atitudes legitimadoras revelam-se variáveis mediadoras da relação entre a culpabilização pelo conflito interparental e a vitimização por violência relacional/física.

Palavras-chave: violência no namoro, adolescentes, atitudes, conflito interparental

Abstract

The present study examined the relation between dating violence, acceptance of violence and interparental conflict in adolescents. The process by which exposure to interparental conflict gives rise to dating violence in adolescents is largely unexplored.

These data were collected from 266 Portuguese high school students (ranging from Grade 10 through Grade 12) via three questionnaires (CADRI, ADVS, CPIC).

The results indicate higher reports of emotional violence and positive conflict resolution behaviours. Analyses of data show that boys are significantly more likely than girls to be perpetrators of dating violence (relational/sexual abuse). Boys were also more likely than girls to report acceptance of violence beliefs. However, girls were more likely to experience high levels of frequency/intensity and threat appraisals of interparental conflict and boys to report self-blame appraisals. Correlates about dating violence differed by gender. Furthermore, structural equations modelling assessing mediation of acceptance indicate that the impact of interparental conflict (self-blame) in violence victimization (relational/physical abuse) is mediated by youth's acceptance of violence beliefs. These findings suggest that acceptance is important for understanding how the exposure to interparental conflict contributes to the development of dating violence.

The work presented helps to shed new light on the relation between dating violence, acceptance of violence and interparental conflict in adolescents. Also, implications and directions for future research on dating violence are discussed.

Keywords: dating violence, adolescents, acceptance of violence, interparental conflict

Índice Geral

Introdução	9
Violência no Namoro	12
Conceito	13
Prevalência	16
Fatores Explicativos	17
Teorias explicativas	17
Fatores intervenientes	21
Consequências	25
Atitudes	26
Conceito	26
Pressupostos Teóricos	28
Aceitação/Tolerância de Violência no Namoro	30
Prevalência	30
Investigações	31
Conflito Interparental	32
Conceito	33
Prevalência	37
Fatores Explicativos	38
Teorias explicativas	38
Fatores intervenientes	42
Consequências	43
Investigações	44
Violência no Namoro, Atitudes Legitimadoras e o Conflito Interparental	45
Método	50
Participantes	50
Instrumentos	51
Conflict in adolescent dating relationships inventor	51
The children's perception of interparental conflict scale	55
Acceptance of dating violence scale	61
Procedimento	63
Resultados	64
Prevalência de Violência no Namoro	64
Diferenças Segundo o Género	65

Diferenças Segundo o Ano de Escolaridade	67
Fatores Preditivos da Violência no Namoro	69
Análise de Modelos de Mediação	73
Discussão	76
Prevalência Obtidas.....	76
Diferenças Segundo o Gênero.....	79
Diferenças Segundo o Ano de Escolaridade	82
Fatores Preditivos da Violência no Namoro	84
Análise de Modelos de Mediação	86
Conclusões	87
Referências	91

Índice de Figuras

Figura 1. <i>Scree-Plot</i> para os itens de perpetração do CADRI.....	52
Figura 2. <i>Scree-Plot</i> para os itens de vitimização do CADRI.....	53
Figura 3. <i>Scree-Plot</i> para a análise de nível 1 dos itens do CPIC	56
Figura 4. <i>Scree-Plot</i> para a análise de nível 2 da componente “propriedades do CI” ...	57
Figura 5. <i>Scree-Plot</i> para a análise de nível 2 da componente “culpabilização pelo CI”	58
Figura 6. <i>Scree-Plot</i> para a análise de nível 2 da componente “percepção de ameaça pelo CI e triangulação”	60
Figura 7. <i>Scree-Plot</i> para os itens do ADVS	62
Figura 8. Modelos de mediação testados em Regressão Linear em Blocos. Evidenciando-se apenas um efeito mediador estatisticamente significativo no Modelo B	74

Índice de Tabelas

Tabela 1. <i>Análise de Componentes Principais dos Itens de Perpetração do CADRI</i> ...	52
Tabela 2. <i>Análise de Componentes Principais dos Itens de Vitimização do CADRI</i>	54
Tabela 3. <i>Análise de Componentes Principais de Nível 1 dos Itens do CPIC</i>	56
Tabela 4. <i>Análise de Componentes Principais de Nível 2 da Componente “Propriedades do CI”</i>	57
Tabela 5. <i>Análise de Componentes Principais de Nível 2 da Componente “Culpabilização pelo CI”</i>	59
Tabela 6. <i>Análise de Componentes Principais de Nível 2 da Componente “Percepção de Ameaça pelo CI e Triangulação”</i>	60
Tabela 7. <i>Análise de Componentes Principais para os Itens do ADVS</i>	62
Tabela 8. <i>Gênero e Perpetração de Violência, Conflito Interparental e Aceitação de Violência</i>	66
Tabela 9. <i>Violência no Namoro e Ano de Escolaridade</i>	67
Tabela 10. <i>Aceitação da Violência como Preditora da Violência no Namoro</i>	69
Tabela 11. <i>Conflito Interparental como Preditora da Perpetração de Abuso Emocional/Verbal</i>	71
Tabela 12. <i>Conflito Interparental como Preditora da Perpetração de Abuso Físico</i> ...	71
Tabela 13. <i>Conflito Interparental como Preditora da Vitimização por Abuso Emocional/Verbal</i>	72
Tabela 14. <i>Conflito Interparental como Preditora da Vitimização por Abuso Severo</i> .	73
Tabela 15. <i>Conflito Interparental como Preditora da Vitimização por Abuso Relacional/Físico</i>	73

Lista de Abreviaturas

- AC** – Auto-culpabilização pelo Conflito Interparental
- ADVS** – Acceptance of Dating Violence Scale
- AM** – Percepção de Ameaça Perante o Conflito Interparental
- AVM** – Aceitação da Violência Exercida Contra as Mulheres
- CADRI** – Conflict in Adolescent Dating Relationships Inventory
- CC** – Conteúdo do Conflito Interparental
- CI** – Conflito Interparental
- CPIC** – The Children’s Perception of Interparental Conflict Scale
- DGIDC** - Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular
- FI** – Frequência e Intensidade do Conflito Interparental
- I** – Intensidade do Conflito Interparental
- PE** – Perpetração de Violência Emocional ou Verbal
- PEP** – Perpetração de Estratégias Positivas de Resolução de Conflitos
- PF** – Perpetração de Violência Física
- PRS** – Perpetração de Violência Relacional e Sexual
- R** – Resolução do Conflito Interparental
- VC** – Violência Conjugal
- VE** – Vitimização por Violência Emocional ou Verbal
- VEP** – Vitimização por Estratégias Positivas de Resolução de Conflitos
- VN** – Violência no Namoro
- VRF** – Vitimização por Violência Relacional e Física
- VS** – Vitimização por Violência Severa

Introdução

A presente dissertação prende-se com o desenvolvimento de uma investigação no âmbito da Psicologia Forense e Criminal, abordando a temática de violência, especificamente referente à violência que ocorre nas relações de intimidade juvenil, comumente designada de Violência no Namoro (VN).

O conceito de violência deverá ser entendido como o uso intencional da força física, poder, coação ou intimidação contra terceiros, ou seja, toda a ação intencional que lese a integridade física, psicológica, os direitos, as necessidades e o desenvolvimento de terceiros, bem como promova o isolamento, ou em última instância a morte de um indivíduo (Manita, Ribeiro, & Peixoto, 2009; WHO, 2002, citado por Wekerle & Tanaka, 2010).

O conceito de VN foi alvo de diversas influências, nomeadamente, a evolução do próprio fenómeno na sociedade (aumento da prevalência), bem como a evolução de outros conceitos relacionados (e.g. violência doméstica). Nos últimos anos, têm sido realizadas diversas investigações sobre a violência exercida contra as mulheres, particularmente no contexto da violência doméstica e conjugal, pelo que, a violência nas relações de intimidade não constitui um problema recente. Mais recentemente, a investigação sobre a violência na intimidade começou a abranger jovens adultos e posteriormente os adolescentes.

A adolescência caracteriza-se por ser um período de desenvolvimento muito peculiar, por vezes caracterizado por instabilidade, conflitos e amadurecimento (maturidade) (Caridade, 2008, 2011), associando-se a diversas transformações ao nível físico, emocional e cognitivo (Feldman & Elliot, 1990, citados por Manganello, 2008; Muñoz-Rivas, Graña, O'Leary, & González, 2007).

Durante a adolescência, observa-se um maior desenvolvimento de relações fora do contexto familiar, em busca de autonomia e definição da própria identidade (Caridade & Machado, 2006). Através das experiências e relacionamentos com os outros, o indivíduo desenvolve as suas competências (conhecimentos e comportamentos) para viver em sociedade e que o acompanharão na idade adulta (Calheiros, 2006; Modell & Goodman, 1990, citados por Manganello, 2008). Como referido por Muñoz-Rivas e colaboradores (2007), durante este período, os comportamentos violentos podem tornar-se uma forma habitual (padrão) de relacionamento com terceiros.

Durante este período de desenvolvimento, as relações íntimas são, geralmente, de curta duração através das quais os indivíduos desenvolvem e solidificam as suas

identidades sexuais e de gênero (comportamentos de intimidade experimentados com diferentes parceiros) (Collins, 2003, citado por Williams, Connolly, Pepler, Craig, & Laporte, 2008; Jackson, 1999, citado por Caridade & Machado, 2006).

Segundo Paul e White (1990, citados por Toscano, 2007) o desenvolvimento de uma relação íntima, na adolescência, compreende três fases. Numa primeira fase verifica-se um maior foco do indivíduo em si próprio, revelando maior atenção aos resultados da relação no *self*. Numa segunda fase o foco em si próprio torna-se regra. Sendo a terceira e última fase, no desenvolvimento de uma relação íntima, relacionada com uma ligação individualizada, onde o indivíduo reconhece as necessidades e consequências da relação no outro. Neste sentido, a passagem por todas as etapas influencia o desenvolvimento de relações de namoro saudáveis, por outro lado, ao longo deste processo os jovens podem experimentar relações negativas/abusivas.

Neste sentido, durante a adolescência os jovens desenvolvem múltiplas dinâmicas sociais e relações íntimas, que podem ser saudáveis ou pautadas por comportamentos coercivos e violentos (Hanson, 2002; Wolfe et al., 2001). Ainda, o desenvolvimento de relações íntimas saudáveis contribui para o bem-estar dos indivíduos, através da satisfação das suas necessidades de identidade e de intimidade (Collins & Sroufe, 1999, citados por Fernández-Fuertes & Fuertes, 2010).

Por outro lado, a VN pode derivar da incerteza dos limites dos comportamentos a serem estabelecidos numa relação de intimidade, ou seja, refletir expressões imaturas e subdesenvolvidas das competências sociais dos jovens, bem como de experiências anteriores de relacionamentos íntimos (Hunter, 2009; Wekerle & Wolfe, 1999).

Diversos autores (e.g. Fincham, Braithwaite, & Pasley, 2008; Halpern, Oslack, Young, Martin, & Kupper, 2001; Muñoz-Rivas et al., 2007; Williams et al., 2008) defendem que as relações de intimidade violentas, iniciadas durante a adolescência, podem prolongar-se no tempo, contribuindo para a consolidação e estandardização de comportamentos agressivos e para a manutenção desse tipo de comportamentos em relações de intimidade futuras, ou seja, a VN constitui um fator de risco no envolvimento em relações de Violência Conjugal (VC). Ainda, alguns autores (e.g. Hamberg, Holtzworth, & Munroe, 1994, citados por Caridade & Machado, 2006) reiteram que a manutenção deste tipo de relações abusivas tende a associar-se a um aumento do nível da frequência e severidade dos episódios abusivos (ver também Caridade & Machado, 2006; Fernández-Fuertes & Fuertes, 2010; Matos, Machado, Caridade, & Silva, 2006; Wolfe et al., 2001).

Em suma, durante o desenvolvimento de relações íntimas podem surgir comportamentos violentos (VN) entre os jovens, sendo defendido por diversos autores (e.g. Manganello, 2008; Nabors, 2009) que este fenómeno encontra-se difundido entre os adolescentes. No entanto, apesar de todo o interesse científico e social relacionado com a VN, este fenómeno continua a ser marginalizado nos discursos sociais e educativos, comparativamente à VC (Matos et al., 2006).

Com a presente investigação e recorrendo a uma amostra de estudantes do ensino secundário pretende-se aumentar o conhecimento sobre o fenómeno de VN e a sua relação com as atitudes legitimadoras deste tipo de violência e com a exposição ao Conflito Interparental (CI). Especificamente, este estudo pretende: 1) caracterizar o fenómeno de VN, ao nível da perpetração e vitimização; 2) analisar as diferenças de género na VN, aceitação deste tipo de violência e exposição ao CI; 3) analisar as diferenças de escolaridade na VN, aceitação deste tipo de violência e exposição ao CI; e 4) analisar a relação entre a VN, a aceitação deste tipo de violência e a exposição ao CI, nomeadamente 4.1) analisar o papel preditivo da aceitação da VN e da exposição ao CI sobre a VN, bem como 4.2) analisar a influência da aceitação da VN na relação entre a exposição ao CI e a VN.

Tendo em conta os objetivos descritos anteriormente, a presente dissertação iniciará com a apresentação de uma parte teórica, começando com a abordagem do conceito de VN (definição do conceito, análise da prevalência, apresentação de pressupostos teóricos e investigações). Seguindo-se com a abordagem teórica sobre as crenças/atitudes (definição do conceito e apresentação de pressupostos teóricos), sendo enfatizada a análise da tolerância/aceitação da VN (análise da prevalência e apresentação de investigações). Seguindo-se a abordagem do conceito de exposição ao CI (definição do conceito, análise da prevalência, apresentação de pressupostos teóricos e investigações). Após esta abordagem teórica aos principais conceitos subjacentes à presente investigação, serão descritos os objetivos e hipóteses que sustentam a presente dissertação de mestrado.

Posteriormente será apresentado o método de investigação, bem como a apresentação e discussão dos resultados. Terminando a presente dissertação com uma conclusão integrativa da informação teórica e prática sobre a VN.

Violência no Namoro

A violência na intimidade tem revelado, desde meados do século passado, elevada preocupação e reconhecimento, tanto científico como social. Tendo sido desenvolvida uma vasta literatura e investigação nesta área, sobretudo no domínio da violência exercida contra as mulheres.

A maioria da investigação desenvolvida sobre a violência na intimidade focou-se, inicialmente, ao nível das relações entre casais (VC). Verificando-se posteriormente, o alargamento desta análise a relações íntimas mais precoces, especificamente nos relacionamentos íntimos juvenis (VN).

Neste sentido, a investigação na área juvenil iniciou-se na América do Norte, ganhando visibilidade científica na Europa, especificamente em Portugal, em meados dos anos 90. As primeiras investigações desenvolvidas na área da VN recorreram a amostras do ensino universitário (Caridade 2008, 2011; Caridade & Machado, 2006; Cornelius & Resseguie, 2007; Shorey, Cornelius, & Bell, 2008), sendo posteriormente, demonstrado por diversos estudos, com amostras do ensino secundário (e.g. Hamby, 1998, citado por Caridade 2008, 2011), a prevalência deste fenómeno junto de camadas mais jovens (adolescentes) caracterizadas por elevada instabilidade emocional e maior vulnerabilidade à ocorrência de VN.

O primeiro reconhecimento sobre o fenómeno de VN, enquanto problema social, surgiu com a investigação desenvolvida por Kanin (1951, citado por Saavedra, 2010), cujos resultados evidenciaram que 30% das mulheres entrevistadas relataram ter sido alvo de tentativa ou ato de violação, enquanto frequentavam o ensino secundário.

Porém, o reconhecimento científico deste fenómeno surge apenas com Makepeace, em 1981, que torna públicos os resultados de uma investigação na área da VN, revelando que 20% dos estudantes universitários relataram ter sido alvo de VN, evidenciando ainda, que 61% reportaram conhecer alguém que havia passado por esta experiência.

Na última década, o elevado interesse científico, social e dos media despoletou a consciencialização sobre a prevalência e impacto do fenómeno da VN (Gover, Kaukinen, & Fox, 2008; Hunter, 2009), assistindo-se à proliferação de diversos estudos internacionais.

Os primeiros estudos desenvolvidos sobre este fenómeno debruçaram-se essencialmente na violência física, limitando o conhecimento real sobre a amplitude desta problemática. Sendo o interesse pela violência sexual ainda mais recente,

evidenciando escassa investigação que analise a violência mútua em relações amorosas (Caridade 2008, 2011; Halpern et al., 2001).

Ainda de referir, que a maioria dos estudos desenvolvidos sobre a VN focou-se na identificação de fatores de risco, no correlatos de violência (prevalência) e/ou na análise de características sociodemográficas (e.g. dinâmicas de género na VN) (Shorey et al., 2008; Volz & Kerig, 2010; Whitaker, Haileyesus, Swahn, & Saltzman, 2007, citados por Giordano, Manning & Longmore, 2010).

Segundo Caridade (2008, 2011), em Portugal, evidenciam-se duas linhas de investigação, especificamente uma linha focada na caracterização do fenómeno de VN (prevalência dos diferentes tipos de abuso, sobretudo com estudantes universitários) e outra linha relacionada com a conceção, implementação e avaliação de programas de prevenção primária, junto de estudantes do ensino secundário.

Referente à investigação desenvolvida na área da VN recorrendo a amostras de adolescentes, existe um conjunto de fatores, elucidados na literatura, que têm dificultado a investigação sobre este fenómeno. Especificamente, a variabilidade de definições e operacionalização da VN (não consensualidade entre diferentes autores), bem como a dificuldade de acesso à população do ensino secundário (e.g. autorização dos pais e Ministério da Educação), bem como a ausência de estatuto legal e autónomo sobre a violência fora do contexto conjugal (Hickman, Jaycox, & Aronoff, 2004, citados por Matos et al., 2006; Ismail, Berman, & Ward-Griffin, 2007).

No entanto, a nível nacional já se verificaram algumas alterações sociais e políticas. Segundo a recente alteração do Código Penal Português (com entrada em vigor da Lei nº 59/2007, de 4 de Setembro), a violência doméstica, considerada um crime público, passou a ser tipificada no artigo 152º como maus-tratos, incluindo a violência que pode ocorrer entre namorados e ex-companheiros. Especificamente, segundo a alínea b) do nº1 do referido artigo, a tipificação da violência doméstica passou a abranger a violência que pode ocorrer entre pessoas com relação análoga à dos cônjuges, mesmo que sem coabitação. Neste sentido, esta alínea permite tipificar a VN enquanto crime público, em Portugal (Caridade 2008, 2011; Lei nº59/2007, de 4 de Setembro).

Conceito

Como evidenciado anteriormente, o conceito de VN derivou da vasta investigação desenvolvida na área da VC, pelo que se torna necessária a distinção entre os dois conceitos. Neste sentido, deve-se entender o conceito de VC enquanto manifestações de

comportamentos violentos exercidos entre cônjuges/ex-cônjuges ou entre companheiros/ex-companheiros, pressupondo a existência de uma relação de conjugalidade (passada ou atual) (Manita et al., 2009).

Alguns autores defendem que existem diferenças entre a VC e a VN, nomeadamente, a maturidade dos indivíduos envolvidos, a duração da relação, o nível de envolvimento e compromisso com o outro, as experiências amorosas anteriores, o nível de intimidade sexual, bem como as causas e estratégias de resolução dos conflitos (Furman & Wehner, 1997, citados por Wolfe et al., 2001; Wekerle & Wolfe, 1999). Ainda, diversos estudos evidenciam que a VN caracteriza-se, na generalidade, por comportamentos abusivos de menor severidade, sendo os preditores, precursores e processos subjacentes à VN diferentes da VC (Gelles, 1997; Kerig, 2010; Wekerle & Wolfe, 1999).

Por outro lado, diversos autores (e.g. Carlson, 1987, citado por Shorey et al., 2008; Kinsfogel & Grych, 2004) reiteram a existência de algumas semelhanças entre os dois fenómenos, como por exemplo, semelhança nas diferentes formas de expressões de violência (física, emocional e sexual), ambas as relações pressupõem que os parceiros passem muito tempo juntos a realizar atividades, descrevem uma relação entre indivíduos com igual *status*, pressupõem a partilha de informação pessoal (vulnerabilidade), envolvimento emocional e intimidade sexual, investimento pessoal na relação, presunção de direito de influenciar o parceiro.

No que concerne especificamente à definição de VN, a vasta literatura existente revela uma grande variabilidade de definições, derivada da falta de consenso entre diferentes autores, especificamente referentes à forma, função, severidade e manifestações de violência.

O conceito de VN encontra-se comumente referenciado na literatura internacional como “*dating violence*” ou “*courtship violence*”. Sendo equiparado, na literatura nacional, ao conceito de “violência nas relações de intimidade juvenil”.

Uma das primeiras definições de VN desenvolvidas refere apenas a violência física que ocorre nas relações de namoro, caracterizando este tipo de violência como o recurso à ameaça, força ou impedimento físico com o intuito de prejudicar ou ferir o outro (Cornelius & Resseguie, 2007; Sugarman & Hotaling, 1989, citados por Shorey et al., 2008).

Posteriormente foram adicionadas as expressões de violência sexual e psicológica à definição anterior, por ser defendido por alguns autores que estas formas de violências

muitas vezes antecedem a violência física que ocorre numa relação de namoro. (e.g. Harper, Austin, Cercone, & Arias, 2005, citados por Shorey et al., 2008). Neste sentido, diversos autores definem a VN enquanto qualquer intenção de controle ou domínio de outra pessoa física, sexual ou psicologicamente, resultando em algum nível de prejuízo (Wekerle & Wolfe, 1999; Wolfe & Feiring, 2000, citados por Volz & Kerig, 2010).

Algumas conceptualizações das diferentes manifestações de abuso na VN prendem-se com a severidade da violência, sendo considerado por alguns autores a expressão da “violência menor” (e.g. insultar, difamar, gritar, danificar objetos intencionalmente) e a “violência severa” (e.g. apertar o pescoço, atos sexuais contra a vontade do parceiro, pontapés ou cabeçadas) (Molidor & Tolman, 1998, citados por Hunter, 2009; Matos et al., 2006).

Surgem definições mais contemporâneas da VN como por exemplo “qualquer comportamento que seja prejudicial para o desenvolvimento ou saúde do parceiro por comprometer a sua integridade física, psicológica ou sexual” (Lavoie, Robitaille, & Hebert, 2000, citados por Cornelius & Resseguie, 2007, p.365).

Uma das definições mais amplas da VN foi desenvolvida por Anderson e Danis (2007, citados por Shorey et al., 2008,) englobando as diferentes manifestações de comportamentos violentos que podem ocorrer numa relação amorosa. Segundo os autores a VN define-se como “ameaça ou uso real de violência física, sexual ou verbal por um membro de um casal sem união conjugal sobre o outro membro, em contexto de uma relação de namoro” (p.186).

Tendo em consideração as diferentes definições de VN existentes e pretendendo-se analisar as diferentes manifestações de violência que podem ocorrer numa relação de namoro, nesta investigação a VN será aferida através de violência psicológica ou verbal (caracterizada por comportamentos como ameaças e chamar nomes ao parceiro, incluindo comportamentos controladores), de violência física (engloba comportamentos como empurrar, agarrar, atirar objetos, bofetear, pontapear, bater ou usar uma arma contra outro), de violência sexual (referentes a comportamentos com intuito de forçar o outro a envolver-se em atos sexuais, ou seja, incluindo as tentativas de violação e os próprios atos de violação) e através do abuso relacional (referente ao recurso ao grupo de pares/amigos para espalhar rumores ou isolar o companheiro) (Halpern et al., 2001; Heise & Garcia-Moreno, 2002, citados por Wekerle & Tanaka, 2010; Manganello, 2008; Paivas & Figueiredo, 2003, 2005; Wolfe et al, 2001).

Prevalência

Diversas revisões de literatura existentes sobre a VN, bem como os diferentes estudos empíricos, evidenciam uma elevada disparidade percentual sobre a prevalência da VN, dependendo sobretudo da forma de abuso analisada e dos instrumentos utilizados por diferentes autores.

Na revisão de estudos internacionais, relativa ao envolvimento num relacionamento amoroso abusivo, observam-se variações percentuais entre 2 e 96% de indivíduos que relataram terem-se envolvido neste tipo de relações. Verificando-se ser mais recorrente o envolvimento numa relação amorosa, caracterizada por violência psicológica (variando entre 1 e 97%), seguindo-se a violência física (variando entre 1 e 68%), sendo as menores percentagens relativas à violência sexual (variando entre 2 e 20%) (Caridade 2008, 2011; Caridade & Machado, 2006; Gover et al., 2008; Halpern et al., 2001; Hunter, 2009; Kinsfogel & Grych, 2004; Manganello, 2008; Matos et al., 2006; Sears & Byers, 2010; Shorey et al., 2008; Wekerle & Tanaka, 2010).

No que concerne à prevalência nacional deste fenómeno, os estudos têm evidenciado uma variação percentual entre 5 e 53% de indivíduos que relataram terem-se envolvido num relacionamento amoroso abusivo. Verificando-se, à semelhança dos estudos internacionais, ser mais recorrentes a violência psicológica (variando entre 19,5 e 82%), seguindo-se a violência sexual (variando entre 18 e 25%), sendo os menores valores referentes ao abuso físico (variando entre 3 e 97%) (Caridade, 2008, 2011; Caridade & Machado, 2006; Duarte & Lima, 2006, citados por Caridade 2008, 2011; Machado, Caridade, & Martins, no prelo, citados por Saavedra, 2010; Matos et al., 2006).

No entanto, apesar da variabilidade de prevalências, diversos autores (e.g. McDonnell, Ott, & Mitchell, 2010) defendem que aproximadamente um terço dos adolescentes, em algum momento da sua vida, envolveu-se numa relação de intimidade abusiva.

A vasta literatura elucida sobre a existência de um vasto conjunto de explicações, ao nível conceptual e metodológico, que poderão elucidar sobre esta oscilação de valores reportados sobre a prevalência da VN em diferentes estudos. Especificamente: utilização de diferentes instrumentos (grande heterogeneidade de medidas utilizadas), recurso a diferentes metodologias e estratégias de análise de dados, variações relativas à população demográfica estudada (observando-se um foco excessivo em amostras de estudantes universitários), diferentes processos de amostragem (falta de representatividade das amostras), recurso a diferentes definições sobre a VN (critérios

adotados por cada investigador, sendo a maioria dos estudos focados na violência física e/ou verbal), variação na operacionalização das variáveis (indicadores de perpetração e vitimização; diferentes intervalos temporais avaliados), sendo poucos os estudos longitudinais nesta área (Caridade 2008, 2011; Caridade & Machado, 2006; Eaton, Davis, Barrios, Brener & Noonan, 2007; Gover et al., 2008; Hunter, 2009; Manganello, 2008; Saavedra, 2010; Shorey et al., 2008; Tschann et al., 2009).

Segundo Saavedra (2010) estas diferentes variabilidades, anteriormente referidas, dificultam a possível comparação dos resultados obtidos por diferentes autores. Ainda, segundo um estudo desenvolvido por Jouriles, McDonald, Garrido, Rosenfield e Brown (2005), o recurso a métodos cumulativos revelam valores de prevalências de VN superiores, comparativamente à utilização de métodos singulares. Evidenciando que o valor real de prevalência obtido através de métodos singulares poderá ser superior ao evidenciado na literatura (subestimação dos métodos singulares).

Em suma, na literatura sobre a VN existe alguma controvérsia referente à real prevalência do fenómeno, bem como as suas distribuições em termos de género e idade (Matos et al., 2006).

Fatores Explicativos

Teorias explicativas. Na área da VN foram desenvolvidas diversas teorias com o intuito de compreender e explicar este fenómeno. Tendo em conta os objetivos e variáveis centrais da presente investigação, serão apresentadas em seguida algumas teorias, nomeadamente a abordagem feminista, a abordagem comportamental (aprendizagem social e a teoria da transmissão intergeracional da violência), a abordagem cognitiva (aprendizagem sociocognitiva e a teoria da vinculação), bem como a abordagem cognitivo-comportamental (“background-situational model of courtship violence” e a teoria de sensibilidade à rejeição).

As teorias feministas centram-se na análise do sistema/ordem patriarcal da sociedade. Algumas perspetivas defendem que a violência deriva de um conjunto de valores patriarcais (partilhados coletivamente numa mesma cultura/sociedade) que foram sendo culturalmente institucionalizados a diferentes níveis: macrossocial (e.g. sistema legal), intergeracional (valores transmitidos entre gerações), cultural (e.g. media) e individual (e.g. incorporação dos valores e sua reprodução nas ações quotidianas) (Marin & Russo, 1999, citados por Caridade 2008, 2011). Este tipo de valores espelha e intensifica a desigualdade de controlo e poder entre géneros (domínio

masculino e submissão feminina), refletidos nos comportamentos violentos adotados nas relações de namoro. Assim, a VN seria uma forma legitimada do poder masculino para manter o *status quo* (controle e poder sobre o género feminino) (Dobash & Dobash, 1992, citados por Shorey et al., 2008; Gelles, 1997; Giordano et al., 2010).

Eder, Evans e Parker (1995, citados por Giordano et al., 2010) revelaram que existem diferentes práticas de socialização entre os rapazes e raparigas, como por exemplo, os rapazes são positivamente reforçados pela competitividade e discursos/comportamentos que rebaixam o género feminino (enfatizando o domínio masculino). Estas práticas influenciam as dinâmicas de relacionamento entre os homens e as mulheres, aumento o risco de vitimização do género feminino.

No que concerne à abordagem comportamental devemos referir a teoria da aprendizagem social, segundo a qual a maioria dos comportamentos humanos é determinada pela envolvente em que se inserem (Bandura, 1986, citado por Oliveira & Sani, 2009; Matos et al., 2006). Através de processos de aprendizagem vicariante, os adolescentes aprendem os comportamentos (observação e imitação do comportamento de terceiros – modelos), sendo estas aprendizagens possíveis de serem alteradas através de associação de resultados positivos/negativos (reforços) ao comportamento modelado (Baranowski, Perry, & Parcel, 2002, citados por Manganello, 2008; Shorey et al., 2008).

Outra teoria relevante para compreender a VN consiste na hipótese da transmissão intergeracional da violência desenvolvida por O’Leary (1988, citado por Shorey et al., 2008). Baseada nos pressupostos da teoria da aprendizagem social, defende que os comportamentos interpessoais aversivos e coercivos são aprendidos através de interações violentas experienciadas na família de origem (os comportamentos violentos perpetrados pela criança advêm de uma modelagem do comportamento abusivo dos pais). Segundo esta teoria os indivíduos que testemunharam ou foram vítimas de violência, em contexto familiar, revelam maior probabilidade de recorrerem a comportamentos violentos no futuro, através da aprendizagem de que a violência pode ser funcional, uma vez que expressa a insatisfação, resolve problemas e permite controlar outros indivíduos (Clarey et al., 2010; Shorey et al., 2008; Widom, 1989, citado por Oliveira & Sani, 2009). Neste sentido, através de processos de aprendizagem social o indivíduo aprende e transmite a outras gerações os comportamentos violentos (transmissão da violência entre as gerações) (Clarey et al., 2010; Oliveira & Sani, 2009).

Segundo Kalmuss (1984, citado por Oliveira & Sani, 2009) a transmissão da violência pode ocorrer através de dois mecanismos de aprendizagem social, especificamente a modelagem generalizada (legitimação de violência por qualquer elemento da família, associado a um maior risco de perpetração de agressão familiar futuras) e a modelagem específica (reprodução de comportamentos violentos que testemunharam).

Diversos estudos na área da VN, baseados nesta teoria, demonstraram a existência de uma associação entre a exposição à violência na infância e a VN (perpetração e vitimização) (Gover, Kaukinen, & Fox, 2008, citados por Oliveira & Sani, 2009). No entanto, os estudos desenvolvidos nesta área pecam por não explorarem/clarificarem os mecanismos específicos, segundo os quais a vitimização e a exposição à violência em contexto familiar influenciam os comportamentos violentos em futuras interações do indivíduo (Oliveira & Sani, 2009).

Respeitante às abordagens cognitivas deve-se mencionar a teoria sociocognitiva desenvolvida por Bandura, que partindo da teoria da aprendizagem social, mencionada anteriormente, postula que os indivíduos raramente replicam o comportamento que observaram, ao invés disso, tendem a combinar diferentes modelos e comportamentos que foram aprendidos/observados. Segundo esta teoria, o comportamento social do indivíduo deriva de uma sequência de etapas cognitivas: 1) atenção e interpretação do contexto, conjuntamente com pistas internas; 2) estabelecimento de objetivos; 3) avaliação dos potenciais resultados; 4) identificação, avaliação e seleção da estratégia comportamental a aplicar a uma determinada situação (Bandura, 2001/2006, citado por Oliveira & Sani, 2009).

Investigações na área da VN (e.g. Josephson & Proulx, 2008, citados por Oliveira & Sani, 2009) identificaram uma relação entre as atitudes de tolerância face à violência (aceitação da violência) e a violência psicológica e física exercida contra o parceiro.

Segundo a teoria da vinculação desenvolvida por Bowlby as crianças, através dos relacionamentos com os seus cuidadores primários, desenvolvem representações ou protótipos mentais sobre os relacionamentos. Neste sentido, os indivíduos que desenvolveram estilos de vinculação seguros caracterizam as suas relações amorosas mais positivamente, comparativamente aos indivíduos mais inseguros (Hazan & Shaver, 1987, citados por Shorey et al., 2008).

No que concerne às abordagens cognitivo-comportamentais e esperando contribuir para uma melhor compreensão da VN deve-se referir o “background-situational model

of courtship violence” (modelo cognitivo-situacional da VN) desenvolvido por Riggs e O’Leary, que baseado na teoria da aprendizagem social e nas teorias do conflito, defende que a exposição à violência interpaparental promove a aceitação deste tipo de comportamento, aumentando a probabilidade de recurso à violência nas relações amorosas futuras. O modelo defende que a VN deriva de uma aprendizagem (observação e imitação de outros), sendo estes comportamentos mantidos através da influência de variáveis individuais/cognitivas (e.g. legitimação de violência) e fatores situacionais (e.g. consumo álcool e drogas, satisfação experienciada na relação, capacidades de comunicação, competências de resolução de problemas e duração da relação) (Riggs & O’Leary, 1989, 1996). Neste sentido, o contexto familiar violento propicia o desenvolvimento de crenças/atitudes legitimadoras da violência como resposta ao CI, aumentando o risco de envolvimento em relações íntimas abusivas, no futuro (Clarey et al., 2010; Kinsfogel & Grych, 2004; Riggs & O’Leary, 1989, 1996). Segundo os autores este modelo revela-se especialmente adequado na predição de VN junto de estudantes universitários.

O modelo da sensibilidade à rejeição desenvolvido por Khouri e Feldman, baseado na teoria da vinculação, aprendizagem social e teorias interpessoais, defende que a sensibilidade perante a rejeição desenvolve-se quando as necessidades emocionais das crianças não são, eficazmente, satisfeitas pelos seus cuidadores ou outras pessoas importantes e significativas para a criança (e.g. Levy, Ayduk, & Downey, 2001, citados por Volz & Kerig, 2010). Esta sensibilidade origina expectativas das crianças de nova rejeição quando procuram suporte e aceitação de outras pessoas.

Aplicada à VN a sensibilidade à rejeição aumenta o risco dos jovens se envolverem em relações amorosas violentas (Downey, Feldman, & Ayduk, 2000, citados por Volz & Kerig, 2010). Neste sentido, algumas explicações são referidas sobre esta relação, nomeadamente o facto dos jovens provenientes de contextos familiares disfuncionais envolverem-se precocemente em relações de namoro (com o intuito de obter aceitação e segurança em falta nas relações com os seus cuidadores), antes de se encontrarem preparados a nível desenvolvimental e emocional (Volz & Kerig, 2010). Ainda, um rápido envolvimento e intensificação das relações amorosas, neste tipo de jovens, aumenta a probabilidade deste se envolverem com parceiros amorosos violentos (e.g. Wekerle & Wolfe, 1999).

A par da análise da sensibilidade à rejeição (medo de não ser aceite) alguns autores debruçaram-se sobre o efeito da insegurança relacional (medo de perder a relação

amorosa) (Purdie & Downey, 2000, citados por Volz & Kerig, 2010), defendendo que este tipo de insegurança pode levar os indivíduos a adquirirem comportamentos violentos, numa relação, para assegurar a permanência do parceiro na mesma (e.g. Wolfe, Wekerle, Reitzel-Jaffe, & Lefebure, 1998).

Em suma, embora a teoria de aprendizagem social e a transmissão intergeracional da violência tenham contribuído para o conhecimento do contexto em que ocorre a VN, revelando a importância dos contextos precoces de socialização familiar e da influência dos pares no desenvolvimento de comportamentos agressivos, estas teorias não conseguem abranger todos os impactos da exposição ao CI sobre a VN. Especificamente existem evidências de pessoas provenientes de contextos familiares violentos que não se envolvem em relações de namoro violentas, bem como estudos que demonstram que pessoas não provenientes de contexto familiar violento podem envolver-se em relações amorosas abusivas (Caridade 2008, 2011), pelo que sugere o envolvimento de outras variáveis no impacto da exposição ao CI.

Fatores intervenientes. A VN caracteriza-se por ser um fenómeno complexo e multidimensional, onde diversos fatores influenciam a sua ocorrência (Lewis & Fremouw, 2001, citados por Caridade 2008, 2011; Testa, Livingston & VanZile-Tamsen, 2011). Revelando-se necessário o desenvolvimento de estudos com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre os mecanismos subjacentes às relações entre os diferentes fatores risco associados à VN (O’Keefe, 2005, citado por Caridade 2008, 2011).

Tendo em conta o carácter multifacetado deste fenómeno, a revisão de literatura sobre os fatores de risco associados à VN será organizada segundo quatro grandes categorias, especificamente, fatores sociodemográficos, fatores individuais (características intrapessoais e interpessoais), fatores familiares e fatores situacionais/contextuais.

No que concerne ao contributo das variáveis sociodemográficas na predição da VN, a vasta literatura desenvolvida, revela-se bastante inconsistentes, relativamente ao impacto de diferentes fatores na VN.

Referente à investigação desenvolvida sobre as diferenças de género nas diferentes formas de perpetração e vitimização de VN, esta revela-se pouco esclarecedora. Por um lado, diversos estudos não têm evidenciado diferenças de género (e.g. Eaton et al., 2007; Halpern et al., 2001), ou revelam a existência de valores de perpetração e vitimização semelhante entre géneros (e.g. West & Rose, 2000, citados por Caridade 2011).

Por outro lado, um vasto conjunto de estudos evidencia a existência de diferenças de gêneros, embora com alguma controvérsia. Podendo encontrar-se evidências de níveis superiores de perpetração feminina (e.g. Caridade, 2008, 2011; Fernández-Fuertes & Fuertes, 2010; Giordano et al., 2010; Gray & Foshee, 1997; Malik, Sorenson & Aneshensel, 1997; McDonell et al., 2010; Swahn, Simon, Arias & Bossarte, 2008; Volz & Kerig, 2010) ou estudos que evidenciam níveis superiores de perpetração e vitimização feminina (e.g. Gover et al., 2008; Manganello, 2008). Diversas investigações evidenciam níveis superiores de perpetração masculina (e.g. Banyard et al., 2006; Lucas, 2002, citado Caridade 2008, 2011; Saewyc et al., 2009; Wolfe et al., 2001; Muñoz-Rivas et al., 2007; O’Keefe & Treister, 1998) e outros estudos demonstram níveis de perpetração e vitimização masculina superiores (e.g. Hunter, 2009). Ainda de referir, alguns estudos que evidenciam a existência de violência mútua (e.g. Wekerle & Wolfe, 1999).

À semelhança das diferenças de género, também a literatura e investigação desenvolvida sobre as diferenças de idades na perpetração e vitimização de VN reveste-se de alguma variabilidade e controvérsia (Caridade 2008, 2011; Vézina & Hébert, 2007). Existindo por um lado, um vasto conjunto de estudos que evidência a existência de diferenças, com estudos associando valores superiores em indivíduos mais novos (ensino secundário) que derivada à falta de experiência, encontram-se em maior risco de se tornarem vítimas de VN (e.g. Silverman, Raj, Mucci, & Hathaway, 2001, citados por Vézina & Hébert, 2007; Wolfe et al., 2001). Outros estudos evidenciam valores superiores em indivíduos mais velhos (contexto universitário) (e.g. Caridade 2008, 2011; Halpern et al., 2001; Malik et al., 1997; Sears & Byers, 2010). Por outro lado, existem investigações que não evidenciaram diferenças ao nível de comportamentos de VN em função da idade dos indivíduos, revelando que a VN é experienciada por indivíduos jovens e mais velhos (e.g. Foshee, 1996; Howard & Wang, 2005, citados por Vézina & Hébert, 2007; Swahn, et al., 2008).

Segundo Vézina e Hébert (2007) esta inconsistência teórica e experimental pode derivar, na maioria dos estudos, da falta de variabilidade nas idades dos participantes. Sendo ainda de referir, que poucas investigações têm evidenciado relevância preditiva da idade na VN (Caridade 2008, 2011)

O nível socioeconómico também revela resultados de investigações pouco esclarecedores, existindo diversos estudos que revelaram uma associação positiva entre os níveis médios/elevados e a perpetração masculina de VN (e.g. Rivera-Rivera et al.,

2007, citados por Caridade 2008, 2011). Sendo ainda de referir, outros estudos desenvolvidos nesta área que não evidenciaram qualquer tipo de relação (e.g. Cyr, McDuff, & Wright, 2006). Segundo Vézina e Hébert (2007) esta variação de resultados poderá relacionar-se com as diferentes operacionalizações da variável (e.g. rendimento dos pais, nível de educação de pais).

Outro fator amplamente estudado prende-se com a área de residência dos indivíduos. Estudos evidenciaram elevados indicadores de VN em zonas urbanas, especialmente, em bairros com elevado nível de pobreza, violência e desorganização social (e.g. Howard & Wang, 2003, citados por Caridade 2008, 2011). De referir, que apesar da parca investigação desenvolvida em meio rural, alguns estudos desenvolvidos nesta área reportaram valores de prevalência de envolvimento em relações amorosas violentas superiores em indivíduos que vivem em meio rural, comparativamente aos relatados por indivíduos em meios urbanos (e.g. Spencer & Bruant, 2000, citados por McDonnell et al., 2010; Vézina & Hébert, 2007).

Outras variáveis que influenciam a ocorrência de VN, embora menos investigadas, prendem-se com a prática religiosa, a pertença a uma minoria étnica e a análise da estrutura da família de origem.

Relativamente aos fatores intrapessoais, vários teóricos analisaram a influência de variáveis biológicas e psicológicas na VN, sendo as variáveis mais estudadas a baixa autoestima, os sintomas depressivos, ideação suicidas e conduta antissocial na adolescência (Caridade 2008, 2011).

Diversas investigações na área da VN analisaram a sua relação com comportamentos antissociais. Alguns autores defendem a existência de uma relação entre o consumo de substâncias e/ou álcool e a VN (e.g. Malik et al., 1997; Nabors, 2009; Testa, Livingston, & Leonard, 2003, citados por Caridade 2008, 2011; Rickert, Wiemann, Vaughan, & White, 2004, citados por Vézina & Hébert, 2007).

A literatura e investigação desenvolvida sobre as crenças e as atitudes dos indivíduos, embora evidenciem estas variáveis como fortes preditores da VN, também se revela pouco esclarecedora. Diversos estudos revelaram que as crenças/atitudes sobre o amor, a sexualidade e a violência na intimidade correlacionam-se com um maior risco de envolvimento em relações amorosas abusivas (e.g. Muñoz-Rivas et al., 2007; Tourigny Lavoie, Vézina, & Pelletier, 2006, citados por Vézina & Hébert, 2007; Williams et al., 2008). Por outro lado, alguns estudos não revelaram qualquer relação entre as variáveis (e.g. Johnston, 1988, citado por Gover et al., 2008).

Ainda, o desempenho acadêmico (problemas acadêmicos) e adaptação escolar (problemas disciplinares) têm sido referidos na literatura como fatores de risco da VN, embora menos investigados.

No que concerne aos fatores interpessoais, a literatura tem revelado um conjunto de fatores associados à experiência romântica e sexual dos indivíduos, bem como relativo às características da própria relação de intimidade, que influenciam a ocorrência de VN. Sendo de referir, que as investigações especificamente debruçadas sobre as características das próprias relações amorosas são muito escassas (e.g. O'Keefe, 1997; O'Leary & Slep, 2003, citados por Giordano et al., 2010).

Relativamente à experiência romântica e sexual, diversos estudos demonstraram que múltiplas relações românticas e sexuais relacionam-se com maior vitimização, derivado ao aumento de probabilidade de se envolverem numa relação abusiva (e.g. Gover, 2004, citado por Vézina & Hébert, 2007), outras investigações não corroboraram estes resultados (e.g. Cyr et al., 2006).

Outra variável analisada prende-se com a experiência prévia de vitimização (em relações amorosas passadas) associada à revitimização, através de aumento de vulnerabilidade dos sujeitos vitimizados (e.g. Himelein, 1995, citado por Vézina & Hébert, 2007; Smith et al., 2003, citados por Vézina & Hébert, 2007).

Referentes às características da própria relação de intimidade, alguns estudos evidenciam que o controlo interpessoal, a satisfação relacional e as competências de comunicação influenciam a ocorrência de VN. Outros fatores de risco, também relacionados com as características da relação amorosa, mas menos estudados são: a assimetria de poder entre os parceiros, o grau de seriedade da relação, o envolvimento emocional, duração da relação, o número de parceiros amorosos, as características do parceiro e a violência mútua entre parceiros (ver revisão de literatura de Caridade 2008, 2011; Giordano et al., 2010; Vézina & Hébert, 2007).

A literatura tem evidenciado a existência de diversos fatores familiares que influenciam a ocorrência de VN, como por exemplo o funcionamento familiar disfuncional e a exposição à violência interpARENTAL (testemunho e vitimização de violência familiar) (Arriaga & Foshee, 2004; Cyr et al., 2006; Kaura & Allen, 2003, citados por Caridade 2008, 2011). Estudos evidenciam que as práticas parentais e os relacionamentos entre pais e filhos (falta de afetividade e suporte parental; falta de proximidade nas relações pais-filhos; métodos de disciplina punitivos) associam-se à

vitimização, surgindo a supervisão parental como fator protetivo (e.g. Ehrensaft et al., 2003, citados por Vézina & Hébert, 2007).

Outro conjunto de fatores que influenciam a ocorrência de VN predem-se com os fatores situacionais/contextuais, ou seja, as características da rede social de um indivíduo. Por exemplo, diversos estudos têm revelado a importância da influência do grupo de pares que detém um papel determinante na influência do comportamento violento na intimidade (importante transmissor de normas e valores sociais que servem de modelos de comportamento), possibilitando o desenvolvimento de maior tolerância face a este tipo de violência. Neste sentido, diversas investigações revelam que os adolescentes que manifestam comportamentos agressivos para com os seus pares revelam maior probabilidade de serem violentos nas suas relações de intimidade (e.g. Arriaga & Foshee, 2004; Foshee et al., 2010, citados por Wekerle & Tanaka, 2010; Kerig, 2010; Kim & Capaldi, 2004, citados por Williams et al., 2008; Kinsfogel & Grych, 2004; Oliveira & Sani, 2009)

Outros autores referem que a exposição a violência na comunidade/escola/media poderá contribuir para a modelagem dos comportamentos agressivos e consequentemente fomentar a interação violenta nas relações de intimidade (e.g. Kerig, 2010; Manganello, 2008; O'Keefe, 1998).

No estudo de fenómenos multifacetados, em específico no caso da VN, deve-se ter em conta que a presença de diversos fatores de risco contribuem para incrementar a probabilidade de perpetração e/ou vitimização de VN (Caridade 2008, 2011). Sendo referido por alguns autores (e.g. Sameroff, 2000, citado por Williams et al., 2008) que um maior número de fatores de risco associa-se a uma maior severidade e prevalência de problemas de ajustamento na criança/adolescente.

Ainda, diversos teóricos (e.g. Cicchetti & Cohen, 2006, citados por Williams et al., 2008) reiteram que os diferentes processos subjacentes à relação entre diferentes fatores de risco influenciam os comportamentos mal adaptativos, que por sua vez, incrementam a probabilidade de risco de psicopatia.

Consequências. Diversos autores demonstraram que a VN detém consequências nefastas, para os indivíduos envolvidos, quer ao nível dos processos interpessoais, como ao nível físico e psicológico (Morgan, Thorne, & Zurbriggen, 2010; Shorey et al., 2008), associando-se a uma diversidade de problemas de ajustamento, que se podem

manifestar a curto, médio e/ou longo prazo (e.g. Connolly, Friedlander, Pepler, Craig, & Laporte, 2010; Matos et al., 2006).

Existe uma vasta literatura desenvolvida sobre as consequências da VN (e.g. Banyard, Cross, & Modecki, 2006; Clarey, Hokoda, & Ulloa, 2010; Cornelius & Resseguie, 2007; Eaton et al., 2007; Fincham et al., 2008; Gover et al., 2008; Hanson, 2002; Hunter, 2009; Manganello, 2008; Tschann et al., 2009). Sendo evidenciando consequências no desenvolvimento e funcionamento psicológico dos indivíduos, como por exemplo, a ansiedade, menor bem-estar psicológico (e.g. vulnerabilidade ou dependência emocional; maiores níveis de stress), sentimentos de medo, culpa e vergonha, distúrbios cognitivos e de memória (e.g. dificuldades de concentração), stress pós-traumático, baixa autoestima, reações psicossomáticas, desvalorização do autoconceito, ceticismo, depressão, raiva, ideação suicida, alterações de padrão de sono e alimentar, bem como o desenvolvimento de crenças normativas e legitimadoras da violência. Ainda, são relatadas diversas consequências negativas ao nível comportamental, como por exemplo, o consumo de álcool, isolamento ou evitamento, comportamentos sexuais de risco (iniciação precoce de relacionamentos sexuais, maior número de parceiros amorosos, rápida e repetida gravidez), alteração imagem corporal e disfunções sexuais, revitimização, insucesso escolar (deteorização do desempenho académico), capacidades de comunicação e de resolução de problemas ineficazes, bem como problemas disciplinares (ver também Caridade & Machado, 2006; Connolly et al., 2010; Fernández-Fuertes & Fuertes, 2010; Manita et al., 2009; Saewyc et al., 2009; Vézina & Hébert, 2007).

Atitudes

Tendo em conta o supracitado, nos relacionamentos íntimos/amorosos os indivíduos desenvolvem e adotam diferentes atitudes e comportamentos. Sendo evidenciado na literatura e investigação desenvolvida na área da VN, que as atitudes face à violência na intimidade influenciam a ocorrência de VN. Segundo Lima (2006) cada indivíduo, com base nos seus valores, sentimentos, crenças e experiências, adota diferentes atitudes e comportamentos.

Conceito

As atitudes, conceito amplamente estudado em psicologia social, representam um “constructo hipotético referente à tendência psicológica que se expressa numa avaliação

favorável ou desfavorável de uma entidade específica.” (Eagly & Chaiken, 1993, citados por Lima, 2006, p.188). Especificamente, um constructo/conteúdo hipotético sugere que as atitudes não são diretamente observáveis, ou seja, caracterizam-se por um processo psicológico interno do indivíduo, onde a inferência (variável latente) explica a relação entre a situação e o comportamento do indivíduo, numa determinada situação. A tendência psicológica designa um estado interior caracterizado por alguma estabilidade temporal. Por sua vez, o julgamento avaliativo/resposta avaliativa refere-se à forma de expressão das atitudes (favorável/desfavorável) (Lima, 2006).

Neste sentido, as atitudes pressupõem três características, especificamente, a direção (favorável; desfavorável), a intensidade (posição fraca a posição extrema) e a acessibilidade (probabilidade de ativação em memória aquando da presença do objeto de atitude). Observando-se três modalidades de resposta avaliativa, nomeadamente, cognitiva (relação entre o objeto e a consequências, exprimem uma avaliação favorável ou desfavorável, e.g. pensamentos, ideias e crenças), afetiva (e.g. emoções e sentimentos provocados pelo objeto de atitude) e comportamental (e.g. comportamentos ou intenções comportamentais) (Lima, 2006).

A função básica das atitudes prende-se com a simplificação da envolvente (e.g. Allport, 1935, citado por Maio & Olson, 2000), através da valência (positiva ou negativa) associada a um objeto atitudinal. Alguns autores definem como funções das atitudes a avaliação do objeto, ajustamento social e externalização (e.g. Smith, Bruner, & White, 1956, citados por Maio & Olson, 2000). Outros autores propõem como funções a avaliação do objeto, a função utilitária e a defesa do ego e expressão-valor (e.g. Katz, 1960, citado por Maio & Olson, 2000). Ainda, alguns autores defendem que as funções das atitudes podem ser agrupadas enquanto atitudes instrumentais ou simbólicas (e.g. Sears, 1988, citado por Maio & Olson, 2000).

Tendo em conta as diferentes conceptualizações teóricas sobre as funções que as atitudes de um indivíduo desempenham, Lima (2006) sistematiza as diferentes funções das atitudes em três grandes grupos. A função motivacional relativa à importância atitudinal atribuída pelo indivíduo (atitudes e necessidade), englobando as funções instrumentais/avaliativas (avaliação custo-benefício da atitude) ou funções simbólicas/expressivas (utilizar atitudes para exprimir valores ou identidade). A função cognitiva relativa à influência das atitudes no processamento de informação, regida pelo princípio do equilíbrio (organização da perceção do sujeito sobre a envolvente que o

rodeia; articulação entre diferentes atitudes; descrição do ambiente subjetivo) e pelo princípio da redução da dissonância cognitiva (necessidade de consonância entre as diferentes cognições do indivíduo, sobre um mesmo objeto atitudinal). Por último, mas não menos relevante, a função de orientação para a ação referente à relação entre a atitude e o comportamento (não necessariamente preditivo) (Lima, 2006).

Para uma melhor compreensão sobre a função cognitiva das atitudes, deve-se especificar a teoria da dissonância cognitiva desenvolvida por Festinger (1957, citado por Maio & Olson, 2000). Segundo a qual os indivíduos tendem a formar atitudes consistentes com as suas crenças e comportamentos, uma vez que a inconsistência promove excitação interna aversiva para o próprio indivíduo. Neste sentido evidencia-se uma tendência natural do indivíduo para maximizar a consistência com base na função das atitudes (Maio & Olson, 2000). No entanto, diversos estudos (e.g. LaPiere, 1934, citado por Lima, 2006) evidenciaram que podem existir inconsistências/discrepâncias entre as atitudes e comportamentos de um indivíduo referentes a um mesmo objeto atitudinal, como por exemplo um indivíduo que revele intolerância a nível atitudinal poderá exprimir tolerância a nível comportamental.

Pressupostos Teóricos

Diversos modelos teóricos foram desenvolvidos com o intuito de compreender a relação entre as diferentes variáveis que influenciam a ocorrência do comportamento de um indivíduo.

Segundo o modelo da ação refletida desenvolvido por Fishbein e Ajzen (1975, citados por Lima, 2006) cada comportamento consiste numa ação ponderada de entre diferentes opções, pelo que, o seu melhor preditor seria a intenção comportamental. Esta resulta da ponderação entre as atitudes e normas subjetivas do indivíduo. Por sua vez, as atitudes face ao comportamento, tendo por base o princípio de expectativa-valor, resultam do somatório das crenças sobre as consequências do comportamento (expectativa) ponderadas pela avaliação dessas mesmas consequências (valor). Por outro lado, a norma subjetiva face ao comportamento refere-se às pressões sociais (pressões de outros significantes que influenciam a realização do comportamento), derivando do somatório das crenças normativas (expectativas sobre os comportamentos que outros significantes pensam que o indivíduo deve ou não adotar) ponderado pelo valor atribuído às mesmas (motivação do indivíduo para seguir essas mesmas expectativas) (Lima, 2006).

Estudos desenvolvidos nesta área (e.g. Eagly & Chaiken, 1993) evidenciaram fortes correlações entre a intenção comportamental e o próprio comportamento do indivíduo. Sendo que a influência das atitudes e norma subjetiva variam consoante a experiência prévia e situação específica, pelo que deverá ainda ser ponderado neste modelo a importância relativa desses dois fatores para o próprio indivíduo (Lima, 2006).

Posteriormente Ajzen (1988, citado por Lima, 2006) reformulou o modelo anterior, introduzindo o controlo comportamental percebido como novo determinante da intenção comportamental, desenvolvendo assim a teoria da ação planeada. A percepção de controlo comportamental refere-se ao grau de controlo do pensamento atitudinal (consequência motivacional ao nível da intenção), ou seja, à percepção de facilidade em executar o comportamento (conjunto de crenças sobre o controlo de recursos, oportunidades e competência). A crença no controlo percebido afeta direta ou indiretamente o comportamento, influenciando a intenção de executar o comportamento e relacionando-se com a experiência anterior do indivíduo (Eagly & Chaiken, 1993; Lima, 2006).

Segundo Eagly e Chaiken (1993) a teoria do modelo da ação refletida revela-se adequada para explicar comportamentos volitivos (comportamentos habituais, simples). Por outro lado, para os comportamentos não volitivos (comportamentos complexos, direcionados para um determinado objetivo), existindo a importância da intenção e controlo comportamental, revelando-se mais adequada a teoria da ação planeada.

Modelos desenvolvidos posteriores, como o “Motivation and Opportunity as Determinants” (MODE) desenvolvido por Fazio (1990, citado por Lima, 2006) evidenciam que na presença de um objeto atitudinal, dependendo da acessibilidade da atitude, pode existir ativação automática de determinadas atitudes (elevada acessibilidade). Segundo este modelo o comportamento deriva da definição do acontecimento, ou seja, em determinada situação existe ativação da atitude (mais acessível), que influencia (seletivamente) a percepção do objeto e consequentemente a definição do acontecimento (Lima, 2006).

Neste sentido, as atitudes do próprio indivíduo influenciam a percepção de um acontecimento e consequentemente, a seleção e adoção de um determinado comportamento, numa situação específica.

Aceitação/Tolerância de Violência no Namoro

Como referido anteriormente, durante a adolescência, os jovens encontram-se num período propício ao estabelecimento das primeiras relações amorosas, à formação de atitudes sobre a intimidade, bem como à experimentação de formas de controlo e poder nas relações amorosas (Wekerle & Wolfe, 1999). Neste período, intensificam-se as expectativas de papéis de género dos jovens, contribuindo para o desenvolvimento de crenças sobre o controlo masculino e submissão feminina e para a consolidação da normalização da violência (enquanto expressão de amor ou tolerável em circunstâncias de relacionamentos íntimos), que podem em última instância, contribuir para a perpetração e vitimização de VN (Caridade 2008, 2011).

Como referido anteriormente, as atitudes legitimadoras de VN (e.g. aceitação/tolerância de VN) têm sido evidenciadas como importantes e consistentes preditores da VN. Como referido por Carlson (1999, citado por Caridade 2008, 2011) a tolerância face à VN associa-se à perpetração deste tipo de comportamentos ao longo do tempo, sendo potenciador de uma relação marital futura violenta.

Prevalência. A literatura desenvolvida na área das atitudes legitimadoras de VN, apesar de revelar que uma percentagem significativa de adolescentes encontra-se envolvida numa relação amorosa violenta, evidencia uma tendência global para a desaprovação juvenil deste tipo de violência (baixa tolerância face à VN). Revelando assim, uma contradição entre os dados atitudinais e comportamentais (dissonância).

A vasta investigação desenvolvida com o intuito de analisar as dinâmicas de género nas atitudes legitimadoras de VN não tem sido consistente nos seus resultados. Segundo Caridade (2008, 2011) os estudos referentes ao género feminino têm-se revelado menos consistentes comparativamente aos resultados evidenciados com o género masculino.

Por um lado, diversos estudos (e.g. Ismail et al., 2007; O’Keefe, 1997) evidenciam uma baixa concordância com o uso de violência nas relações de intimidade, quer em indivíduos masculinos como femininos. Outros estudos (e.g. McDonell et al., 2010) evidenciam uma maior legitimação destes comportamentos ou maior tendência para a desculpabilização da conduta agressiva entre os homens, especificamente referente a algumas condutas do sexo feminino (ver também revisão de literatura Caridade 2008, 2011; Caridade & Machado, 2006).

Diversos estudos internacionais (e.g. McDonell et al., 2010) evidenciam maior tolerância em indivíduos mais jovens ou que possuem menores níveis de formação,

comparativamente aos indivíduos mais velhos (ver também revisão de literatura de Caridade 2008, 2011).

Investigações. Os resultados dos estudos desenvolvidos com o intuito de analisarem a relação entre as atitudes legitimadoras de violência e a VN revelam-se inconclusivos. Apesar de alguns estudos evidenciarem uma associação ou predição entre atitudes legitimadoras e o recurso a condutas violentas na intimidade (e.g. Cauffman, Feldman, Jensen, & Arnett, 2000, citados por Clarey et al., 2010; Foshee, Bauman, & Linder, 1999; Malik et al., 1997; O’Keefe, 1997; O’Keefe & Treister, 1998; Riggs & O’Leary, 1989, 1996). Existem investigações que não revelam qualquer associação entre atitudes e a perpetração/vitimização de VN (e.g. Follingstad et al., 1991, citados por Caridade 2008, 2011; Johnston, 1988, citado por Gover et al., 2008).

Investigação desenvolvida por Williams e colaboradores (2008) revelou que a aceitação de VN seria variável moderadora da relação entre diferentes fatores de risco (agressão entre pares e delinquência) e a VN.

Numa investigação semelhante à anterior, desenvolvida por Connolly e colaboradores (2010) e atendendo a uma abordagem ecológica da VN, evidenciou-se que diferentes fatores de risco, a todos os níveis do modelo ecológico, predizem a perpetração de VN, com especial relevância do papel preditivo das atitudes (tolerância/aceitação face à VN). Ainda, segundo as evidências dos autores as atitudes seriam variável mediadora da relação entre o impacto da exposição aos media e a VN.

Num estudo desenvolvido em meio rural, com o intuito de avaliar a influência das atitudes sobre a VN, evidenciou-se que as atitudes detinham um efeito atenuador sobre a VN. Especificamente, as atitudes não legitimadoras deste tipo de violência reduziam o risco de vitimização masculina. Observando que o género masculino, bem como os indivíduos mais novos relataram maiores níveis de tolerância face à VN, como tal encontram-se em maior risco de recorrerem a comportamentos violentos nas suas relações de intimidade (McDonell et al., 2010).

Uma investigação recentemente desenvolvida por Sears e Byers (2010) revelou uma baixa tolerância quanto ao uso de violência nas relações românticas. Evidenciando a existência de uma correlação positiva e fraca entre as atitudes sobre a violência exercida contra mulheres e a VN.

No mesmo sentido, o estudo desenvolvido por Caridade (2008, 2011) evidenciou a desaprovação de VN generalizada entre os participantes. Relativamente ao género,

observou que os sujeitos masculinos apresentam maior grau de tolerância face a este tipo de violência. Revelando que com o aumento da idade, diminuía a aceitação de VN (relação de baixa magnitude), revelando que os participantes do ensino universitário relatavam menor tolerância face a este tipo de violência, comparativamente aos alunos do ensino secundário e profissional. Ainda, o estudo demonstrou que as atitudes encontram-se altamente correlacionadas com a perpetração de VN nas relações atuais e afetivas.

Conflito Interparental

O desenvolvimento da criança/adolescente (e.g. competências para a sua vida adulta) é influenciado pela sua experiência (e.g. relacionado com os pais, características familiares), predisposições e outros fatores relacionados com a criança/adolescente (e.g. personalidade, cognição, motivação em desenvolver as suas capacidades, inteligências, valores), bem como variáveis dos contextos sociais mais abrangentes (e.g. pares, vizinhança/comunidade, sociedade e cultura) (Calheiros, 2006; McCarthy, Bentler & Newcomb, 1994).

Alguns autores reiteram que a família funciona como um intermediário entre a criança/adolescente e o mundo que a rodeia. Em contexto familiar os indivíduos observam e desenvolvem as suas primeiras relações sociais, condicionando o nível de desenvolvimento social, cognitivo e emocional das crianças/adolescentes através de processos de parentalidade e de socialização (Gillion, 2002, citado por Oliveira & Sani, 2009; Gleitman, Fridlund, & Reisberg, 2003). Neste sentido, as experiências familiares da criança/adolescente influenciam os seus comportamentos e atitudes, em idade adulta (Sampaio & Gomide, 2007). Segundo Maccoby (1992, citado por Calheiros, 2006) através da observação dos seus pais a criança/adolescente aprende como funcionar adequadamente em sociedade. No entanto, a criança/adolescente não é passiva às influências da família, caracterizando-se por ser um agente ativo e reativo, participante nas transações familiares (Graham-Bermann, 1998, citado por Sani, 2003).

As diferentes interpretações dos acontecimentos violentos dependem da perceção do individuo sobre o mundo e a vida, envolvendo a sua experiência pessoal, bem como a matriz social e cultural em que o individuo se insere (Zulueta, 1996, citado por Sani, 2003). Sendo defendido por diversos autores que a exposição à violência altera as perceções da criança/adolescente (Groves & Zuckerman, 1997, citados por Sani, 2003).

O interesse pela problemática da violência interpARENTAL é relativamente recente e proveio do reconhecimento científico e social da VC, bem como da consciencialização pública e científica do problema do abuso de menores (Sani, 2003).

Como evidenciado anteriormente, na literatura sobre a VN, o conflito familiar surge como um forte preditor, amplamente estudado, que influência o desenvolvimento de relações de namoro saudáveis ou abusivas durante o período da adolescência (Caridade 2008, 2011). No entanto, a vasta investigação desenvolvida revela-se um pouco polémica. Por um lado, vários autores reiteram a existência de uma relação preditiva entre o CI e a VN (e.g. O'Keefe, 1998), por outro lado, algumas investigações não evidenciam associações entre as variáveis (e.g. Comings, 1984, citado por Caridade & Machado, 2006).

Apesar da relação entre a exposição à violência e os problemas de ajustamento nas crianças/adolescentes terem sido amplamente estudado na literatura, pouco é conhecido sobre os processos subjacentes a este fenómeno (Gerard, Buehler, Frank, & Anderson, 2005; Grych, Fincham, Jouriles, & McDonald, 2000; Marcus, Lindahl, & Malik, 2001). Sendo ainda mais escassos as análises dos processos subjacentes à influência do CI sobre a VN (Tschann et al., 2009). No entanto, tem-se evidenciado maior interesse, em investigações mais recentes, na análise de fatores mediadores nesta relação (Vézina & Hébert, 2007).

Na vasta literatura sobre esta temática, a comparação entre diferentes estudos revela-se muito dificultada. Sendo apresentadas como possíveis explicações a existência de uma variedade de definições de CI (utilizado por diferentes autores) e o facto de as operacionalizações desta variável dificilmente abrangerem as diferentes dimensões do conflito. Ainda de referir, que o CI na maioria dos estudos foi avaliado através dos pais, relatos que podem não corresponder à perceção/avaliação da criança/adolescente (Grych, Seid, & Fincham, 1992).

Conceito

A vasta literatura e investigação desenvolvida na área da exposição ao CI, à semelhança do que se verificou na área da VN, apresentam variações no que concerne à definição e conceptualização das medidas sobre a violência interpARENTAL (e.g. VC, satisfação conjugal; experiências e perceções da criança; relação pais-filhos; sobretudo mensuráveis através dos pais) e sobre os comportamentos das crianças (internalizadas e

externalizantes; sobretudo mensuráveis através dos pais e professores) (Marcus & Reio, 2002, citados por Saewyc et al., 2009; Grych & Fincham, 1990).

Neste sentido e tendo em conta os objetivos e variáveis centrais nesta investigação, para uma melhor compreensão sobre o fenómeno de exposição ao CI, carece a necessidade de definir o conceito de família, CI, bem como o conceito de exposição a este tipo de conflito.

Iniciando com o conceito de família, ao longo dos tempos, este conceito sofreu diversas transformações, derivadas a mudanças religiosas, económicas e socioculturais do contexto em que se insere. Neste sentido, o conceito de família caracteriza-se por um espaço sociocultural, continuamente renovado e reconstruído (Alarcão, 2002; Martins, 2009).

Com o passar dos tempos e evolução deste conceito, a família perdeu o seu cariz institucional, tendo sido reforçada a intimidade entre os elementos, a sua influência na realização afetiva dos cônjuges e filhos, bem como na socialização e aculturação dos seus elementos. Surgiram então novos conceitos de famílias, como por exemplo “família monoparental”, “família separada” e “família recomposta” (Martins, 2009).

Tendo em conta as diferentes definições, a família caracteriza-se por ser um espaço privilegiado de várias interações (e.g. contactos corporais, linguagem, comunicação) e de relações afetivas (e.g. fraternidade e amor), segundo os quais os indivíduos constroem a “base da sua vida social” (Alarcão, 2002).

Segundo Relvas (1996/1999, citado por Martins, 2009) a família caracteriza-se por um conjunto de elementos, relacionados entre si por diversos laços e em contínua interação com o meio circundante (sistema aberto). Segundo o autor cada família possui uma complexidade e identidade própria, caracterizando-se por algo mais do que a mera soma dos seus elementos.

Segundo Minuchin (1990, citado por Martins, 2009) a família desempenha duas funções principais em relação aos seus membros, especificamente a proteção (função interna, referente à proteção psicossocial dos seus elementos) e socialização (função externa, reativa aos mecanismos de adaptação, acomodação a uma cultura, bem como a sua transmissão).

Em suma, a crença de que a família é uma instituição segura, tem vindo a ser alterada pela evidência de incidentes familiares violentos, muitas vezes ocultos (considerados segredos de família ou comportamentos aceites numa sociedade patriarcal) (Jaffe, Wolfe, & Wilson, 1990, citados por Sani, 2003).

O conceito de CI encontra-se comumente referenciado na literatura internacional como “interparental conflict”. Sendo equiparado, na literatura nacional, ao conceito de “violência familiar”.

Diversos autores (e.g. Cummings, 1998, citado por Kim, Jackson, Conrad, & Hunter, 2008; Grych & Fincham, 1990) defendem que qualquer relação de intimidade caracteriza-se por algum nível de conflito, podendo algumas destas expressões serem stressantes para a criança/adolescente, promovendo nesta a tentativa de perceber e intervir no conflito. Neste sentido, o CI pode ser definido como “menores tensões/stresses diários que ocorrem entre os pais (e.g. diferenças de opiniões), bem como argumentações/discussões severas e violência física” (McCloskey, Figuerido, & Koss, 1995, citados por Kim et al., 2008, p.735).

Grych e Fincham (1990) defendem que os conflitos interparentais são multidimensionais, concebendo a distinção entre “*openly expressed conflict*” (conflitos evidentes; conflitos dos quais as crianças têm noção de que ocorrem) e “*encapsulated conflict*” (conflitos dissimulados; sobre os quais as crianças não têm conhecimento). De referir, que alguns autores (e.g. Johnson & O’Leary, 1987, citados por Grych & Fincham, 1990) reiteram que os conflitos evidentes associam-se mais intensamente a manifestações de problemas nas crianças/adolescentes, comparativamente aos conflitos dissimulados.

Diversos autores referem existir duas grandes dimensões do CI, especificamente as propriedades do conflito e as “*cognitive appraisals*” (avaliações/interpretações) da criança/adolescente. Sendo que, ambas influenciam a forma como a criança/adolescente reage e interpreta o CI. Segundo Grych (1998) as propriedades do conflito, os fatores familiares e as características do indivíduo influenciam as suas avaliações sobre os conflitos interparentais. Pelo que, diferentes crianças/adolescentes podem responder de forma diferenciada a um mesmo tipo de conflito, evidenciando a existência da influência de variáveis cognitivas.

As propriedades dos conflitos incluem dimensões que permitem aferir sobre formas disruptivas do CI (frequência, intensidade e resolução). A frequência referente à regularidade com que o conflito ocorre (duração e repetição do CI), afere sobre a frequência de expressão verbal e física. A intensidade relativa a um contínuo de comportamentos que caracterizam o CI, ou seja, nível de afeto negativo ou hostilidade expressa pelos pais durante o conflito (expressões de argumentação/discussão); sendo que, os conflitos interparentais podem variar entre discussões calmas (pouco intensos) a

manifestações de comportamentos de violência física (muito intensos). A dimensão de resolução do conflito refere-se à percepção de resolução do CI, tendo em conta dois polos de resolução (não/desadequada resolução de conflito e os conflitos eficaz/adequadamente resolvidos) (Grych & Fincham, 1990; Grych et al., 1992; Hunter, 2009; Moura & Matos, 2008; Sani, 2003).

Por outro lado, as avaliações/interpretações cognitivas da criança/adolescente referem-se às percepções ou avaliações subjetivas sobre o significado do conflito, em termos de relevância para o bem-estar da criança/adolescente (Grych, 1998; Lazarus, 1991, citado por Kim et al., 2008). A dimensão de culpabilização pelo CI refere-se às tentativas da criança/adolescente em explicar os motivos do CI e à atribuição de responsabilidades pelo mesmo, ou seja, refere-se às crenças da criança/adolescente de que ela será o motivo/responsável pelo CI ou atribuição da responsabilidade destes aos seus pais. Relacionada com a dimensão anterior, encontra-se a dimensão do conteúdo do CI referente ao conteúdo/motivo subjacente ao conflito, podendo ou não estar relacionado com a criança/adolescente (e.g., educação, resultados escolares). A dimensão de ameaça referente às percepções de ameaça e medo da criança/adolescente, conceptualizado enquanto crenças de que o conflito poderá escalar originando danos físicos para as crianças/adolescentes, outros membros da família ou bem-estar/subsistência familiar, envolvendo processos cognitivos e emocionais. A dimensão de eficácia de *coping*, refere-se aos esforços comportamentais e cognitivos da criança/adolescente para lidar com as exigências internas e externar derivadas de um stressor (CI), ou seja, afere sobre as crenças nas suas capacidades para lidar com o conflito (eficácia) e nos seus efeitos; permitindo a regulação da excitação emocional derivada de um evento stressor (DeBoard-Lucas, Fosco, Raynor, & Grych, 2010; Gerard et al., 2005; Grych, 1998; Grych & Fincham, 1990; Grych et al., 1992; Moura & Matos, 2008; Sani, 2003).

Tendo em consideração a literatura existente sobre a exposição ao CI, revela-se necessário especificar algumas definições, nomeadamente referentes ao conceito de vitimização e de violência, polémicos na literatura. Uma vez que, como sugerido por Rossman, Hughes e Rosenberg (2000, citados por Sani, 2003), durante um CI a criança/adolescente pode ter uma experiência como vítima, observadora ou ambas.

No que concerne à terminologia utilizada relativamente à criança/adolescente, a literatura não tem revelado consensualidade entre diferentes autores, existindo diversas

terminologias como por exemplo, testemunhas, observadoras ou simplesmente crianças/adolescentes expostas à violência (Sani, 2003).

Neste sentido, deve-se iniciar por distinguir entre a vitimização direta e indireta/vicariante. A primeira relativa à violência praticado entre o casal que se difunde sobre os menores, ou seja, a criança acaba por ser envolvida no CI e vítima direta de violência. A segunda referente à exposição da criança à violência, ou seja, caracteriza uma forma de vitimização com repercussões noutros indivíduos que não a vítima direta de violência, ou seja, as crianças/adolescentes vítimas de violência indireta podem assistir diretamente aos conflitos, ouvi-los ou observar no dia seguinte as suas consequências (marcas da violência nos pais ou experienciar um ambiente estranho no relacionamento entre os mesmos) (Sani, 2003).

Relativamente à definição do tipo de violência, deve-se distinguir os estudos referentes à violência interpaparental que retratam uma situação de violência entre os pais naturais, os quais vivem juntos, podendo ou não estar casados, e outros estudos que conceptualizam a violência como VC referindo-se a uma situação de violência entre cônjuges, que podem ou não ser os progenitores da criança/adolescente, mas são os seus principais cuidadores e é com eles que ela vive (Sani, 2003).

Neste sentido, o conceito de exposição ao CI utilizado nesta investigação será equiparado à definição de vitimização indireta, ou seja, caracterizando uma vítima indireta da violência que pode ver, ouvir ou conviver proximamente com situações de CI, em contexto familiar (Sani, 2003). A violência interpaparental poderá ocorrer entre os progenitores (entre pai/mãe e companheira/o atual) ou entre os principais cuidadores (responsáveis pelo adolescente; com quem este vive). Ainda de referir, que serão avaliados quer as dimensões do conflito, quer as avaliações dos adolescentes, ambas aferidas segunda a perspectiva dos mesmos.

Prevalência

A prevalência deste fenómeno permanece desconhecida, internacional e nacionalmente, uma vez que as investigações nesta área focam-se sobretudo na violência direta da criança/adolescente (vítimas diretas de violência), permanecendo desconhecido os valores referentes à violência indireta (crianças/adolescentes expostas à violência) (Sani, 2003). No entanto, diversos estudos têm evidenciado valores de prevalências perturbantes relativas a crianças expostas à violência interpaparental. Como referido por Jordan (1997, citado por Sani, 2003) estudos evidenciaram que as crianças

vivem em 80% dos lares onde existe VC e que 90% destas crianças testemunham a violência entre os progenitores. Ainda, nos EUA estima-se que aproximadamente 2.3 a 10 milhões de crianças testemunham a violência entre os pais (Rossman, Hughes, & Rosenberg, 2000, citados por Sani, 2003).

Fatores Explicativos

Teorias explicativas. Tendo em consideração a definição do conceito de exposição ao CI utilizado nesta investigação, revela-se necessário descrever primeiramente o modelo cognitivo-contextual subjacente à definição deste conceito, apresentando-se posteriormente algumas teorias que contribuem para uma melhor compreensão sobre este fenómeno (teoria da aprendizagem social, teoria intergeracional da violência e a teoria da vinculação).

O modelo cognitivo-contextual desenvolvido por Grych e Fincham enfatiza a importância das próprias interpretações da criança/adolescente (percepção de ameaça, crença nas suas capacidades de *coping* adequadas e atribuição de culpa pelo conflito). Neste sentido, a criança/adolescente percebe e realiza avaliações relativas ao significado do stressor (CI), ou seja, através de um relacionamento dinâmico entre a cognição e a emoção, as percepções e interpretações do CI modulam a resposta afetiva inicial da criança/adolescente, permitindo filtrar a informação (Grych & Fincham, 1990; O'Brien, Margolin, John, & Krueger, 1991, citados por Kim et al., 2008; Sani, 2003). Segundo este modelo as variáveis cognitivas detêm um efeito mediador entre o CI e seu impacto na criança/adolescente, uma vez que a exposição ao conflito influencia as crenças da criança/adolescente sobre o curso do conflito (Grych, 1998; Grych & Fincham, 1990; Grych et al., 2000; Sani, 2003).

Neste sentido, o CI desencadeia um processo cognitivo primário, onde a criança/adolescente apercebendo-se do conflito, experiencia uma reação inicial afetiva, extrapolando informação com o intuito de perceber o que está a acontecer. Sendo estes processos afetivos influenciado pelas propriedades do conflito e fatores contextuais associadas ao evento stressor (e.g. percepção de ameaça) (Grych & Fincham, 1990; Kim et al., 2008). Se na primeira fase existir a percepção de ameaça (para si, família e pais) segue-se para um processo cognitivo secundário (Gerard et al., 2005; Grych, 1998; Grych & Fincham, 1990).

Durante o processo cognitivo secundário (mais complexo) a criança/adolescente tenta perceber o motivo que originou o conflito e como deve responder a este,

envolvendo a atribuição de culpa e responsabilização pelo mesmo (e.g. auto-culpabilização), promovendo a ponderação e desenvolvimento de expectativas sobre diferentes respostas de *coping*. Processo influenciado pelo nível de excitação emocional da criança/adolescente (Grych & Fincham, 1990; Kim et al., 2008).

De referir, que ambos os processos guiam a tentativa de resposta (*coping*) perante o conflito. O *coping* positivo reduz emoções negativas, sendo o *coping* desadequado associado ao aumento de *stress*. Ainda de referir, que a perceção e interpretação da criança/adolescente sobre o CI podem ocorrer durante o conflito ou depois da resolução deste (Grych & Fincham, 1990).

Para uma melhor compreensão das diferenças no impacto do CI, devemos ainda ter em consideração as teorias de *coping*, bem como os padrões de socialização da criança/adolescente.

Cummings e Cummings (1988, citados por Sani, 2003) inspirados na abordagem de *stress* e *coping* desenvolvida por Lazarus e Folkman, sugerem que o *background* de experiências familiares, as características pessoais da criança/adolescente, bem como o contexto e as características de expressões de raiva (stressor) influenciam as respostas de *stress* e *coping* (resposta cognitiva, emocional, social ou psicológica) das crianças/adolescentes perante a exposição ao CI. Estes padrões de resposta (estratégias de *coping*) quando eficazes podem contribuir para um funcionamento adaptativo ou, em alternativa, a ineficácia de *coping* promove um funcionamento desadequado (e.g. problemas de ajustamento a longo prazo) (Grych et al., 2003; Sani, 2003).

O conceito de socialização designa um processo contínuo de partilha e colaboração entre diferentes indivíduos (familiares e parceiros). Neste processo, o individuo com papel ativo, adquire e desenvolve os seus comportamentos, competências, valores e crenças (padrões de comportamentos característicos da sociedade em que se insere), permitindo ao individuo funcionar efetiva e adequadamente em sociedade (Calheiros, 2006; Gleitman et al., 2003). Os pais detêm um papel primário e direto neste processo de socialização, no entanto outras influências externas à família (e.g. pares e escolas) também influenciam este processo de internalização (Kuczynski, Marshall, & Schell, 1997).

Neste sentido, a família caracteriza-se por ser um contexto de socialização primário e singular, onde a criança/adolescente através da observação e interação com os seus pais e principais cuidadores, aprende diferentes comportamentos e papéis, possibilitando a internalização dos valores morais e sociais (e.g. maior

legitimação/tolerância da violência) (Gelles, 1997; Oliveira & Sani, 2009). Ainda de referir, que os comportamentos socialmente adquiridos em contexto familiar podem ser facilmente reproduzidos por um adolescente em relações extrafamiliares, inclusive podem ser manifestados nas relações de namoro (Oliveira & Sani, 2009).

A socialização em contexto familiar violento tem sido abundantemente investigado, na comunidade científica, como o processo de transmissão intergeracional da violência, onde os comportamentos desadequados são aprendidos pela criança/adolescente através de processos de modelagem (Oliveira & Sani, 2009).

No que concerne ao fenómeno de exposição ao CI, diversos teóricos da aprendizagem social, aplicando-a à exposição ao CI, defendem que as crianças/adolescentes que testemunham/experienciam este tipo de violência (contexto familiar e pares violentos) revelam maior probabilidade de recorrerem à violência nos seus próprios relacionamentos (envolvimento em relações íntimas abusivas futuras) (Foshee et al., 1999; Hunter, 2009; Oliveira & Sani, 2009). Ou seja, o testemunho de resoluções não construtivas de conflitos (e.g. violência interpaparental) são consideradas oportunidades para a criança/adolescente observar, aprender e gerar métodos ineficazes de resolução de conflitos nas suas próprias relações interpessoais (Bandura, 1973, citado por Marcus et al., 2001). Neste sentido, diversos autores (e.g. Jacobson et al., 1994, citados por Tschann et al., 2009; Rosenberg, 1987, citado por Marcus et al., 2001; Wekerle & Wolfe, 1999) defendem que as crianças/adolescentes expostas a este tipo de fenómeno encontram-se em maior risco de desenvolver piores competências sociais de resolução de conflitos, menor sensibilização interpessoal e crenças distorcidas (legitimidade e normatividade da violência).

Baseados na teoria apresentada e na crença de que “violência gera violência”, Curtis (1963, citado por Sani, 2003) desenvolveu a teoria do ciclo de violência. Segundo esta teoria a criança/adolescente exposta a padrões de comportamento violento, através da modelagem exercida pelo progenitor violento e pelo reforço associado aos comportamentos violentos em contexto familiar, desenvolve a aprendizagem da legitimação da violência, bem como a aprendizagem em manipular, seduzir e coagir os outros para satisfazer as suas necessidades (Graham-Bermann, 1998, citado por Sani, 2003).

Tendo em conta a descrição, anteriormente realizada, sobre a teoria da transmissão intergeracional da violência, o comportamento dos indivíduos é influenciado pela

envolvente em que se inserem (e.g. família), através de diferentes mecanismos como a observação, reforço e modelagem (Foo & Margolin, 1995, citados por Caridade 2008, 2011).

Segundo Gelles (1997) no sistema familiar existe transmissão de valores ideológicos e sociais (e.g. crenças e atitudes sobre a violência e papéis de género) entre os elementos, que propiciam o desenvolvimento de crenças legitimadoras de violência e, conseqüentemente promovem o recurso a condutas violentas. Ou seja, em famílias abusivas, além de existir uma certa permissividade de determinados comportamentos agressivos nos seus membros, promovem a interiorização de valores ideológicos e sociais que legitimam as condutas violentas.

Como defendido por Grych (1998) a exposição aos conflitos interparentais promove o desenvolvimento de esquemas cognitivos sobre o conflito interpessoal (estruturas cognitivas que armazenam o conhecimento e as crenças sobre um objeto particular, neste caso específico, referente às ideias sobre como gerir o conflito interpessoal). Neste sentido, a forma como as crianças/adolescentes interpretam/avaliam o CI pode influenciar o desenvolvimento de crenças e atitudes legitimadoras sobre a utilização de violência em situações de conflito que possam surgir em relações de intimidade futura. Evidências empíricas corroboram estas teorias, diversos estudos (e.g. Foshee et al., 1999; Lichter & McCloskey, 2004, citados por Caridade 2008, 2011) revelam que a experiência/testemunho de violência no contexto familiar, durante a infância, promove o desenvolvimento de atitudes legitimadoras de violência na adolescência.

A teoria da vinculação desenvolvida por Bowlby, à semelhança da sua aplicação para a VN, também contribui para a compreensão do fenómeno da exposição ao CI. Segundo esta teoria existe vinculação (laço afetivo e duradouro) entre os elementos familiares, pelo que através das relações desenvolvidas entre as crianças/adolescentes e os seus cuidadores primários, desenvolvem modelos internos sobre si e outros (Moura & Matos, 2008; Volz & Kerig, 2010). Neste sentido, as crianças/jovens inseridos em contextos familiares problemáticos (relações familiares, caracterizadas por inconsistência e violência), aprendem que os comportamentos violentos ou intimidantes podem ser utilizados para manter as relações e resolver problemas (internalização de regras de perpetração e vitimização), propiciando a replicação deste tipo de comportamento pelos jovens, nas suas parcerias de amizades e românticas que desenvolvem posteriormente (relações mal adaptativas) (e.g. Bartholomew, Henderson,

& Dutton, 2001, citados por Volz & Kerig, 2010; Gover et al., 2008; Wolfe et al., 1998).

Fatores intervenientes. A vasta investigação desenvolvida na área da exposição ao CI tem evidenciado diversos fatores intervenientes no processo de impacto deste tipo de violência na criança/adolescente, incluindo não apenas as dimensões dos próprios conflitos interparentais (propriedades, avaliações das crianças/jovens), mas também outras características individuais, diversos fatores contextuais e situacionais.

Neste sentido têm sido evidenciados diversos fatores individuais que influenciam a capacidade da criança em compreender/analisar as interações sociais complexas, como por exemplo a idade, o género, o temperamento, a autoestima, a etapa desenvolvimental, as capacidades e os processos cognitivos da criança/adolescente. Devendo-se considerar, a influência de diversos fatores contextuais relacionados com os pais/principais cuidadores e o conflito entre estes, como por exemplo, o contexto em que o CI ocorre e as suas propriedades. Ainda, deverá ser considerada a influência de alguns fatores situacionais diretamente relacionados com a criança/adolescente, nomeadamente, experiência passada de violência, saúde mental dos pais, suporte social, competências parentais, funcionamento familiar e a relação pais-filhos (Cummings & Davies, 2002; DeBoard-Lucas et al., 2010; Grych, 1998; Grych & Fincham, 1990; Grych et al., 2000; Hughes & Luke, 1998, citados por Sani, 2003; Marcus et al., 2001; McDonald & Grych, 2006; Sani, 2003).

As investigações desenvolvidas com o intuito de analisar as diferenças de género na exposição ao CI revelam-se um pouco controversas. Sendo uma das possíveis explicações para a variabilidade dos resultados, o facto de diferentes autores utilizarem diferentes definições e operacionalizações das variáveis. Ainda de referir, que os estudos sobre as diferenças de género na adolescência são raros (Davies & Lindsay, 2001, 2004).

Se por um lado, diversas investigações evidenciam que o impacto da exposição ao CI difere segundo o género dos indivíduos, estes resultados são pouco conclusivos. Algumas investigações evidenciam maior associação entre a exposição a este tipo de conflito e a internalização de comportamentos, nas raparigas (maior vulnerabilidade feminina perante o conflito) e maior associação entre a exposição a este tipo de conflito e a externalização de comportamentos, nos rapazes (e.g. Block, Block, & Morrison, 1981, citados por Grych & Fincham, 1990; Davies & Lindsay, 2001, 2004). Outros

estudos evidenciam maior associação entre a exposição a este tipo de conflitos e os problemas de ajustamento, nos rapazes (e.g. Emery & O’Leary, 1982, citados por Grych & Fincham, 1990; Kerig, 1996/1999, citado por Davies & Lindsay, 2001, 2004). Sendo ainda de referir, outro conjunto de estudos que evidenciam maior associação entre estas variáveis nas raparigas (e.g. Laumakis, Margolin, & John, 1998, citados por Sani, 2003; Gore, Aseltine, & Colten, 1993, citados por Davies & Lindsay, 2001, 2004).

Por outro lado, existem diversos estudos que não evidenciam existir diferenças de género no impacto da exposição ao CI (e.g. Moura & Matos, 2008). Ainda, outro conjunto de investigações revela a existência de uma associação entre a exposição ao CI e os problemas de ajustamentos em ambos os géneros (e.g. Cummings & Davies, 1994; Johnson & O’Leary, 1987, citados por Grych & Fincham, 1990).

As investigações desenvolvidas sobre a influência da idade na exposição ao CI não se têm revelado consensual. Se por um lado, diversas investigações evidenciam que o impacto da exposição ao CI pode deter consequências severas, mesmo para crianças muito jovens e imaturas para compreender o que se passa, considerando-se os indivíduos mais novos, mais vulneráveis aos efeitos do CI (e.g. Grych, 1998; Grych & Fincham, 1990; Sani, 2003). Por outro lado, existem autores que não evidenciaram efeitos estatisticamente significativos da idade sobre as propriedades do conflito (e.g. Moura & Matos, 2008).

Consequências. Como defendido por diversos autores (e.g. Grych & Fincham, 1990; Grych et al., 1992) para se entender o impacto do CI nos problemas de ajustamento das crianças/adolescentes, devemos analisar a forma como o conflito é expresso e quais as avaliações da criança/adolescente (significado e implicações).

Segundo o modelo cognitivo-contextual as expressões construtivas e resoluções adequadas dos conflitos interparentais (estratégias adaptativas) promovem experiências positivas para o desenvolvimento da criança/adolescente, possibilitando o desenvolvimento de expectativas de que os conflitos numa relação podem ser resolvidos com sucesso (Grych & Fincham, 1990; Reiter & El-Sheikh, 1996, citados por Kim et al., 2008). Por outro lado, a expressão conflituosa/destrutivas e a desadequada resolução de conflitos interparentais promovem o desenvolvimento de problemas de ajustamento na criança/adolescente (Grych, 1998; Grych & Fincham, 1990; Margolin, 1998, citado por Kim et al., 2008; Simon & Furman, 2010).

A diversa literatura desenvolvida sobre o CI tem evidenciado que, tanto a experiência como o testemunho deste tipo de violência acarretam consequências para a saúde das crianças/adolescentes. Estas vulnerabilidades podem manifestar-se a curto, médio e longo prazo, propiciando diversos problemas de ajustamento, traduzindo-se em diversos consequências nefastas a nível físico, psicológico, comportamental, académico, familiar, social e relacional. Neste sentido, o impacto da exposição ao CI associa-se a problemas de externalização (comportamento antissocial/delinquente, problemas de relação com pares, agressividade, comportamento de oposição, isolamento, dificuldades de atenção, consumo de substâncias, raiva, fugas de casa, problemas comportamentais), a problemas de internalização (ansiedade, baixa autoestima, problemas de humor, isolamento, medo, queixas somáticas, tristeza, ideação suicida e sintomas traumáticos, legitimidade/normatividade de crenças sobre a agressividade, *distress* emocional, depressão, hipervigilância, percepções negativas sobre as relações românticas e casamento), bem como ao comprometimento das competências sociais, cognitivas, desempenho escolar e imaturidade na criança /adolescente (Cleaver, Unell, & Aldgate, 2004; Cummings & Davies, 1994; Emery, 1982; Grych & Fincham, 1990; Grych, Harold, & Miles, 2003; Kim et al., 2008; Marcus et al., 2001; Martins, 2009; McCarthy et al., 1994; McDonald & Grych, 2006; Moura & Matos, 2008; Sani, 2003; Tolan, Gorman-Smith, Huesmann, & Zelli, 1997).

Investigações

Diversas investigações foram desenvolvidas para analisar o impacto da exposição ao CI na criança/adolescente. Como evidenciado por um estudo desenvolvido por Cummings e Davies (1994) as crianças testemunhas de violência percecionavam o conflito como stressor, com consequências negativas para a criança, especialmente se os conflitos eram pobremente resolvidos e intensos (expressão de agressão). Ainda, diversos estudos recentemente desenvolvidos revelam que a percepção de culpa e ameaça medeiam a relação do impacto da exposição ao CI e os problemas de ajustamento psicossocial das crianças/adolescentes (e.g. Grych et al., 2000; Grych et al., 2003; McDonald & Grych, 2006).

O estudo desenvolvido por Kim e colaboradores (2008) evidenciou que as avaliações da criança sobre o conflito (ameaça e culpabilização) medeiam, parcialmente, a relação entre a exposição ao CI (propriedades do conflito) e os problemas internalizantes, externalizantes, bem como os comportamentos adaptativos.

Revelando a existência de correlações negativas entre as avaliações do conflito (culpa, ameaça) e os comportamentos externalizantes e internalizantes, bem como correlações positivas entre as propriedades de conflito e os *outcomes* negativos e as avaliações da criança.

Os estudos desenvolvidos na área da exposição ao CI, com o intuito de analisarem a sua relação com a VN revelam-se contraditórios. Se por um lado, existem investigações que revelam a existência de associações positivas ou relações preditivas entre a exposição ao CI e a VN (e.g. Arriaga & Foshee, 2004; Giordano et al., 2010; Gover et al., 2008; Malik et al., 1997; Simon & Furman, 2010; Tschann et al., 2009; Wolfe et al., 1998). Outros estudos evidenciam que os jovens expostos a conflitos interparentais tendencialmente reprovavam esse tipo de práticas, reduzindo a probabilidade de perpetração/vitimização de VN (e.g. Smith & Williams, 1992, citados por Oliveira & Sani, 2009) (ver também revisões de literatura Caridade 2008, 2011; Sears & Byers, 2010).

Como defendido por diversos autores, a história familiar/pessoal violenta nem sempre pré-determinam as condutas de VN, podendo existir fatores protetores que atenuem esta influência, ou devem existir variáveis e mecanismos mediadores entre a exposição ao CI e a VN (e.g. características individuais, diferentes representações e significações atribuídas) (e.g. Hines & Saudino, 2001, citados por Caridade 2008, 2011; Oliveira & Sani, 2009; Sani, 2003).

Violência no Namoro, Atitudes Legitimadoras e o Conflito Interparental

Considerando a revisão de literatura apresentada anteriormente sobre a VN e a exposição ao CI, as atitudes revelam-se um importante fator na compreensão da relação entre estas variáveis (Kinsfogel & Grych, 2004).

Apesar da vasta investigação desenvolvida, são poucos os estudos que analisam os mecanismos de influência das atitudes legitimadoras de VN na relação entre a exposição ao CI e a VN, especificamente em adolescentes. No entanto, algumas investigações foram desenvolvidas nesta área, evidenciando um papel preditivo e mediador por parte das atitudes (e.g. Schafer, Caetano, & Cunradi, 2004).

A investigação desenvolvida por Riggs e O'Leary (1989, 1996) verificou que os jovens que observavam comportamentos agressivos entre os seus progenitores detinham maior probabilidade em tolerar/aceitar esse tipo de comportamento e inclusive, de reagir de forma agressiva em situações de conflituosidade nas suas próprias relações íntimas.

O estudo permitiu evidenciar as atitudes como principal preditor da VN. Neste sentido, a exposição ao CI contribuindo para a aceitação deste tipo de violência possibilita que a violência fosse interpretada como forma adequada de resolução de conflitos.

O'Keefe (1998) desenvolveu um estudo que demonstrou uma associação entre a exposição ao CI e maior aceitação de violência. Evidenciando que as atitudes seriam variável mediadora da relação entre a exposição ao conflito e a perpetração de VN. Resultados semelhantes foram obtidos pela investigação desenvolvida por Foshee e colaboradores (1999) que evidenciou que as raparigas que viveram em contextos familiares violentos revelavam maior legitimação da VN. Sendo esta tolerância variável mediadora da relação entre a exposição ao CI e a VN.

Num estudo desenvolvido por Kinsfogel e Grych (2004) evidenciou-se que a relação entre a exposição ao CI e a VN seria mediada pela aceitação deste tipo de violência. No entanto, esta relação apenas foi estatisticamente significativa para os homens. Ainda, os autores demonstraram a existência de correlações positivas entre a exposição ao CI e a aceitação de VN, também apenas estatisticamente significativa para o género masculino.

Estudos mais recentes, como a investigação desenvolvida por Hunter (2009) evidenciou a existência de correções entre a perpetração e a vitimização de VN, sugerindo a existência de violência mútua. Observando correlações positivas entre a resolução do CI e a competência heterossocial dos indivíduos. Ainda, não evidenciou suporte para uma relação de causalidade entre as propriedades do CI e a VN, observando que apenas a resolução do CI seria preditora das estratégias positivas de resolução de conflitos (resoluções adaptativas).

Outra investigação desenvolvida recentemente sobre este fenómeno evidenciou a existência de correlações positivas entre a exposição ao CI e a VN. Sendo ainda reportado pelos autores, a existência de mediação, pelo controlo de raiva e pela aceitação da violência, na relação entre a exposição ao CI e a VN (Clarey et al., 2010).

Como referido anteriormente, esta dissertação prende-se com o desenvolvimento de uma investigação no âmbito da Psicologia Forense e Criminal, abordando especificamente a temática de violência nas relações de intimidade juvenil, comumente designada de VN, com o intuito de contribuir com conhecimentos, teóricos e práticos, sobre a relação entre a VN, as atitudes legitimadoras deste tipo de violência e a exposição ao CI entre jovens estudantes do ensino secundário. Neste sentido, recorrendo a uma amostra, não forense, de estudantes do ensino secundário

público pretende-se com esta investigação: 1) caracterizar o fenómeno de VN, ao nível da perpetração e vitimização; 2) analisar as diferenças de género na VN, aceitação deste tipo de violência e exposição ao CI; 3) analisar as diferenças de escolaridade na VN, aceitação deste tipo de violência e exposição ao CI; e 4) analisar a relação entre a VN, a aceitação deste tipo de violência e a exposição ao CI, nomeadamente 4.1) analisar o papel preditivo da aceitação da VN e da exposição ao CI sobre a VN, bem como 4.2) analisar a influência da aceitação da VN na relação entre a exposição ao CI e a VN.

Considerando toda a revisão de literatura realizada anteriormente, o desenvolvimento de investigação na área da VN é importante, uma vez que este fenómeno revela-se um problema de saúde pública significativa e reconhecido, entre os adolescentes e jovens adultos, revelando diversas consequências nefastas, a curto, médio e longo prazo, para os indivíduos envolvidos neste tipo de fenómeno (Connolly et al., 2010; Eaton et al., 2007; Glass et al., 2003, citados por McDonnell et al., 2010; Gover et al., 2008; Hanson, 2002; Ismail et al., 2007; Morgan et al., 2010; Paiva & Figueiredo, 2003; Shorey et al., 2008; Swahn, Alemdar & Whitaker, 2010). No entanto, apesar de todo o interesse científico e social relacionado com a VN, este fenómeno continua a ser marginalizado nos discursos sociais e educativos, comparativamente à VC (Matos et al., 2006).

Derivado à elevada prevalência da VN, em Portugal (e.g. Caridade, 2009; Caridade & Machado, 2006), bem como a escassa investigação específica (e.g. sobre modelos explicativos; relação entre fatores de risco) nesta área, continua a existir necessidade em desenvolver investigações com o intuito de aumentar o conhecimento teórico e empírico sobre a VN, sobretudo com amostras de adolescentes em Portugal.

As investigações desenvolvidas, especificamente com os adolescentes (e.g. ensino secundário) tornam-se relevante uma vez que, além de ser uma fase de desenvolvimento do ser humano caracterizada por elevada instabilidade, vulnerabilidade e conflitos, os jovens desenvolvem as suas primeiras ideias sobre os comportamentos e relacionamentos íntimos (assuntos de atração romântica, intimidade e sexualidade) que são repercutidas nas suas vidas adultas (fator de risco para a VC) (Caridade, 2011; Furman & Flanagan, 1997, citados por Fernández-Fuertes, Fuertes & Pulido, 2006; Hanson et al., 1992, citados por Hunter, 2009; Wekerle & Wolfe, 1999). Neste sentido, os jovens encontram-se num período de elevado risco de envolvimento em conflitos interpessoais, comportamentos de risco e problemas de ajustamento (e.g. Steinberg, 2004, citado por Hunter, 2009).

Na adolescência a falta de experiência relacional (capacidades de relacionamento primitivas), a necessidade de emancipação e independência, bem como a dificuldade na identificação de recursos para gerir estes relacionamentos, nem sempre facilitam o reconhecimento do envolvimento num relacionamento abusivo e a resolução adequada do conflito (Matos et al., 2006; Wekerle & Wolfe, 1999; Wolfe & Feiring, 2000, citados por Hunter, 2009). Ainda, segundo Black e Weiz (2003, citados por Matos et al., 2006) durante a adolescência intensificam-se as diferenças de género, consolida-se a violência como expressão de amor ou aceitável/normativo em determinadas circunstâncias. Favorecendo o desenvolvimento de atitudes distorcidas e perigosas sobre as relações românticas, aumentando o risco de envolvimento em relações amorosas abusivas.

Em suma, e tendo em consideração os motivos supracitados, os adolescentes tornam-se uma população de risco, vulnerável à ocorrência de violência nas suas relações amorosas.

Como referido anteriormente, esta dissertação pretende contribuir com novos conhecimentos sobre a VN. Pelo que, os instrumentos utilizados pretendem ser inovadores e abranger as diferentes dimensões e manifestações dos fenómenos centrais a esta investigação, especificamente sobre a VN, atitudes legitimadoras e a exposição ao CI. Neste sentido, recorreram-se a instrumentos pouco utilizados junto de amostras portuguesas de adolescentes, comparativamente à maioria dos estudos desenvolvidos nesta área, com o intuito de explorar a adequabilidade de novos instrumentos para este tipo de população específica.

Relativamente à medida utilizada para avaliar a VN existem diferentes instrumentos, dependendo da definição e operacionalização de diferentes investigadores. Neste estudo recorreu-se ao instrumento “*Conflict in Adolescent Dating Relationships Inventory*” (CADRI) aferido e validado para a população portuguesa, com o intuito de abranger as diferentes manifestações de violência que podem ocorrer numa relação de namoro, sendo este um instrumento desenvolvido especificamente para a população juvenil. Ainda, a seleção deste instrumento pretende explorar uma alternativa metodológica ao instrumento “Inventário de Violência Conjugal” (IVC) que provém de uma adaptação de um instrumento desenvolvido para a análise da VC, sendo limitado à análise da violência física e emocional.

No que concerne à medida utilizada para aferir as atitudes face à VN, também foram desenvolvidos diferentes instrumentos, dependendo das diferentes expressões de julgamento avaliativo (Lima, 2006). Segundo a autora, as escalas de atitudes revelam-se

a forma mais comum para aferir sobre as respostas cognitivas do indivíduo, possibilitando medir as atitudes através do posicionamento individual pela auto-descrição. Neste sentido, optou-se por recorrer ao instrumento “*Acceptance of Dating Violence Scale*” (ADVS) desenvolvido especificamente para a população juvenil e que sendo um instrumento reduzido abrange as diferentes manifestações de violência. Esta seleção também derivou da possibilidade de contribuir para uma primeira análise (exploratória) para o desenvolvimento de um novo instrumento, adequado à população juvenil portuguesa, em oposição ao instrumento “Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal” (ECVC), recorrentemente utilizado em Portugal.

Referente ao instrumento utilizado nesta investigação para aferir sobre a exposição ao CI e pretendendo-se avaliar as diferentes dimensões do conflito (propriedades e avaliações do adolescente), foi selecionado o instrumento “*The Children’s Perception of Interparental Conflict Scale*” (CPIC) desenvolvido a partir do modelo cognitivo-contextual e aferido e validado para a população portuguesa.

Considerando os objetivos de investigação, anteriormente supracitados, são formuladas como hipóteses de investigação: 1) identificar os diferentes tipos de violência que podem ocorrer numa relação de namoro, esperando obter níveis mais elevados para a violência emocional, física e relacional, comparativamente aos níveis de violência sexual. Considerando a variável género, na VN 2.1) espera-se obter níveis superiores de perpetração emocional entre as mulheres (comparativamente aos homens) e níveis superiores de perpetração física e sexual entre os homens (comparativamente às mulheres); referente à aceitação de VN 2.2) prevê-se níveis de tolerância superior entre os homens (comparativamente às mulheres); ainda, relativamente ao CI 2.3) esperam-se obter níveis mais elevados de avaliações do CI entre as mulheres (comparativamente aos homens). Considerando a variável nível de escolaridade, 3) espera-se obter níveis superiores de VN, de aceitação deste tipo de violência e de avaliações do CI entre os adolescentes mais novos (comparativamente aos adolescentes mais velhos), prevendo-se níveis superiores de estratégias positivas de resoluções de conflitos entre os adolescentes mais velhos (comparativamente aos adolescentes mais jovens). Ainda, 4.1) espera-se verificar que a aceitação da VN e a exposição ao CI induzem a ocorrência de VN; bem como 4.2) verificar que a relação entre a exposição ao CI e a VN será mediada pela aceitação da VN.

Método

Participantes

Foram aplicados 319 questionários a estudantes do ensino secundário (10º, 11º e 12º ano de escolaridade), recrutados em quatro instituições públicas do distrito de Setúbal (concelho de Almada e Barreiro). Derivado ao fato de a variável central do nosso estudo ser a VN, da amostra inicial foram eliminados 35 indivíduos por nunca terem namorado, bem como 18 indivíduos por não terem completado todas as questões do instrumento aplicado, sendo a composição final da amostra de 266 participantes.

A amostra deste estudo foi constituída por 53% de participantes do género masculino, com idades compreendidas entre os 15 anos (idade mínima) e os 21 anos (idade máxima), evidenciando como a média de idades entre os participantes os 17 anos ($M=16.88$, $DP=1.21$), bem como a idade mais frequente entre os mesmos.

No que concerne ao ano de escolaridade frequentado pelos participantes verificámos ser mais frequente entre os mesmos estudarem no 11º ano de escolaridade (37%), observando-se que 31% dos participantes frequentava o 10º ano de escolaridade. Referente ao curso frequentado pelos participantes observámos que a maioria frequentava o ensino secundário regular, verificando-se que apenas 12% dos participantes frequentava um curso profissional (curso de técnico de gestão ou curso de técnico de programação e informática). Ainda, averiguámos que o curso mais frequente entre os participantes foi o curso de ciências e tecnologia (33%), seguindo-se a frequência do curso de línguas e humanidades (30%).

No que diz respeito à reprovação escolar dos participantes, a maioria destes nunca reprovou de ano escolar (aproximadamente 80%). Dos participantes que reprovaram, verificámos ser mais frequente terem reprovado de ano escolar, apenas uma vez ($N=38$).

Relativamente à relação atual entre os progenitores dos participantes, observámos ser mais frequente entre os mesmos que os seus progenitores se encontrassem casados (69%). Verificámos ainda, ser mais frequente entre os participantes viverem com ambos os progenitores (69%).

Referente à idade de início de uma relação de namoro, observámos que entre os participantes esta variou entre os oito anos (idade mínima) e os 17 anos (idade máxima), sendo a média de idade de início de uma relação amorosa os 13 anos ($M=13.34$, $DP=2.26$). Ainda, verificámos que a idade de início de namoro mais frequente entre os participantes foram os 14 anos (aproximadamente 26%).

Especificamente, relacionado com a primeira questão do nosso instrumento, observámos ser mais frequente entre os nossos participantes avaliarem o seu relacionamento atual (39%), assim como a referência ao ex-namorado no último ano (39%).

Instrumentos

Para atingir os objetivos anteriormente definidos, desenvolvemos um instrumento de avaliação através da compilação de três questionários de autorrelatos, perfazendo um total de 142 itens, incluindo questões sociodemográficas (ver Anexo A).

Conflict in adolescent dating relationships inventory. O primeiro instrumento CADRI foi desenvolvido por Wolfe e colaboradores (2001), sendo utilizado nesta investigação a versão traduzida e adaptada para a população juvenil portuguesa concebida por Saavedra, Machado, Martins e Vieira (2008, citados por Saavedra, 2010).

Este questionário caracteriza-se por ser um instrumento de autorrelato, constituído por 70 itens que permitem aferir sobre a prevalência de múltiplas formas de comportamentos que ocorrem nas relações de namoro entre os adolescentes. Permitindo avaliar a prevalência de seis tipos de comportamentos: 1) comportamento ameaçador (constituído por quatro itens, e.g. “Eu ameacei magoá-lo/a”), 2) violência relacional (composto por três itens, e.g. “Eu espalhei boatos contra ele/a”), 3) violência física (constituído por quatro itens, e.g. “Eu atirei-lhe alguma coisa”), 4) violência sexual (composto por quatro itens, e.g. “Eu beijei-o/a quando ele/a não queria”), 5) violência emocional ou verbal (composto por 10 itens, e.g. “Eu falei com ele/a num tom de voz agressivo e mau”) e 6) estratégias positivas de resolução de conflitos (constituído por 10 itens, e.g. “Eu apresentei os meus motivos”). Cada tipo de comportamento avaliado permite aferir sobre duas grandes dimensões (cada uma composta por 35 itens): estratégias de resolução de conflito utilizadas pelo sujeito (perpetração) e as estratégias a que o sujeito relata ser alvo por parte do parceiro/a (vitimização). Perante os itens deste instrumento os sujeitos têm a possibilidade de responder através de uma escala de *Likert*, variando entre 0(*nunca*; nunca aconteceu no teu relacionamento), 1(*raramente*; aconteceu apenas 1-2 vezes no teu relacionamento), 2(*às vezes*; aconteceu cerca de 3-5 vezes no teu relacionamento) e 3(*frequentemente*; aconteceu mais do que 6 vezes no teu relacionamento), sendo cada subescala obtida através da média das respostas dos participantes a cada item. Ainda, os diferentes autores (Saavedra, 2010; Wolfe et al., 2001) obtiveram bons valores de consistências internas (iguais ou superiores a .81).

Nesta investigação procedemos a diferente Análises de Componentes Principais (ACP) utilizando o *software* de análise estatística SPSS (versão 17) de acordo com Maroco (2007). Iniciando com a análise da perpetração de comportamentos numa relação amorosa, seguida da análise dos comportamentos a que os participantes se encontram sujeitos (vitimização). De referir, que em ambas as análises os fatores foram extraídos após rotação *Varimax*.

No que concerne à análise dos comportamentos de perpetração, para aferir sobre a validade da ACP recorreu-se ao teste de esfericidade de *Bartlett* ($\chi^2(561)=2296,96$, $p<.001$) e à estatística *Kaiser-Meyer-Olkin* ($KMO=.79$). Neste sentido, foram assegurados os pressupostos subjacentes a esta análise. Após realização da ACP foram extraídos quatro fatores tendo em consideração o critério de *Kaiser* (valor próprio superior a 1), em consonância com a análise do *Scree-Plot* e da percentagem de variância retida (ver Figura 1 e Tabela 1).

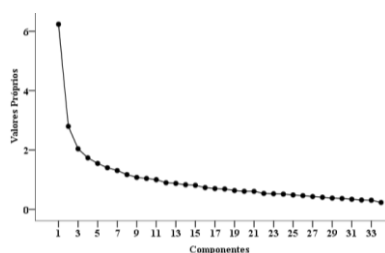


Figura 1. *Scree-Plot* para os itens de perpetração do CADRI

Tabela 1

Análise de Componentes Principais dos Itens de Perpetração do CADRI

Itens	Componentes				Comunalidades
	Violência emocional ou verbal	Estratégias positivas de resolução de conflitos	Violência física	Violência relacional e sexual	
1	0.29	0.47	0.06	-0.11	0.33
2	0.04	-0.10	0.02	0.64	0.42
3	0.06	0.11	0.03	0.63	0.42
4	0.64	0.02	-0.07	0.10	0.43
5	0.26	0.05	0.24	0.48	0.35
6	0.15	0.55	0.01	-0.08	0.33
7	0.63	0.17	0.14	0.07	0.45
8	0.32	-0.19	0.08	0.24	0.20
9	0.7	0.09	0.07	0.17	0.54
10	0.53	0.32	-0.02	0.07	0.39
11	-0.03	0.61	-0.3	-0.01	0.37
12	0.54	0.12	0.38	0.17	0.47
13	-0.02	-0.14	-0.02	0.56	0.33
14	0.04	0.77	-0.03	0.04	0.59
16	0.29	0.39	0.05	0.14	0.25
17	0.34	-0.06	0.18	0.44	0.42
18	-0.29	0.53	-0.14	-0.11	0.40
19	0.56	-0.08	0.06	0.09	0.33
20	0.15	0.05	-0.03	0.69	0.50
21	0.49	-0.11	0.11	0.03	0.27
22	0.36	0.45	0.04	-0.13	0.35
23	0.45	0.09	0.22	-0.01	0.26
24	0.65	0.22	0.16	-0.07	0.50
25	0.22	-0.25	0.11	0.10	0.13
26	0.22	0.40	0.31	0.24	0.36
27	0.28	0.38	0.04	0.19	0.26
28	0.67	0.06	-0.04	-0.00	0.45
29	0.40	0.11	0.05	0.10	0.19
30	0.25	-0.23	0.44	-0.14	0.33
31	0.09	0.00	0.85	-0.07	0.74
32	0.51	0.11	0.12	0.11	0.30
33	0.02	0.03	0.75	0.13	0.57
34	0.28	-0.03	0.61	-0.03	0.45
35	-0.03	0.02	0.32	0.17	0.13
Valores Próprios	6.24	2.80	2.04	1.73	
Variância Explicada (%)	11.13	6.40	6.21	5.95	

Nota. A negrito apresenta-se os itens com pesos fatoriais superiores a 0.4 em valor absoluto.

De acordo com a análise realizada nomeou-se a Componente 1 como “violência emocional ou verbal” referente a comportamentos como ameaças e chamar nomes ao parceiro, incluindo comportamentos controladores (composta por 11 itens), revelando uma boa consistência interna ($\alpha=.83$) e explicando 11% da variância dos dados. A Componente 2 designada por “estratégias positivas de resolução de conflitos” (constituída por nove itens), revelou uma consistência interna aceitável ($\alpha=.69$) e explica 6% da variância dos dados. A Componente 3 designada por “violência física” é caracterizada por comportamentos como empurrar, agarrar e atirar objetos (composta por quatro itens), evidenciou uma consistência interna aceitável ($\alpha=.66$) e explica 6% da variância dos dados. A Componente 4 nomeada por “violência relacional e sexual” engloba as estratégias com recurso ao grupo de pares/amigos para espalhar rumores ou isolar o companheiro, bem como comportamentos com intuito de forçar o outro a envolver-se em atos sexuais (constituída por seis itens), revelou uma consistência interna aceitável ($\alpha=.78$) e explica 6% da variância dos dados (ver Tabela 1).

De referir, que a constituição destas quatro componentes contribui para a explicação de aproximadamente 30% da variância total das variáveis originais. Ainda, foram eliminados cinco itens (item 8, 15, 19, 25 e 35) derivado ao facto de revelarem baixos valores de comunalidades, baixas correlação com a componentes e/ou derivado ao facto da sua eliminação aumentar a consistência interna da componente.

Relativamente à análise dos comportamentos de vitimização, para aferir sobre a validade (adequabilidade dos dados) da ACP recorreu-se ao teste de esfericidade de *Bartlett* ($\chi^2(595)=3303,028$, $p<.001$) e à estatística *Kaiser-Meyer-Olkin* ($KMO=.796$). Neste sentido, foram assegurados os pressupostos subjacentes a esta análise.

Após realização da ACP foram extraídos quatro fatores tendo em consideração o critério de *Kaiser* (valor próprio superior a 1), em consonância com a análise do *Scree-Plot* e da percentagem de variância retida (ver Figura 2 e Tabela 2).

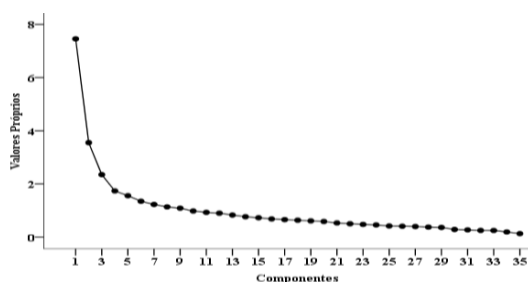


Figura 2. *Scree-Plot* para os itens de vitimização do CADRI

Tabela 2

Análise de Componentes Principais dos Itens de Vitimização do CADRI

Itens	Componentes				Comunalidades
	Violência emocional ou verbal	Violência severa	Violência relacional e física	Estratégias positivas de resolução de conflitos	
1.1	0.20	-0.05	0.09	0.68	0.52
2.1	0.16	0.61	-0.02	-0.20	0.44
3.1	0.28	-0.12	0.55	-0.16	0.42
4.1	0.59	0.15	0.01	0.05	0.37
5.1	0.32	0.30	0.37	-0.07	0.33
6.1	0.08	0.12	-0.03	0.70	0.51
7.1	0.71	0.02	0.17	0.03	0.54
8.1	0.25	0.03	0.49	0.01	0.31
9.1	0.73	0.07	0.22	-0.10	0.60
10.1	0.47	-0.21	0.00	0.26	0.32
11.1	-0.08	0.04	-0.14	0.72	0.55
12.1	0.66	0.25	0.20	0.08	0.54
13.1	0.05	0.73	0.13	-0.10	0.56
14.1	0.02	-0.21	-0.05	0.73	0.58
15.1	-0.06	0.75	0.22	0.04	0.61
16.1	0.35	-0.02	-0.14	0.25	0.20
17.1	0.42	0.29	0.39	-0.16	0.43
18.1	-0.20	-0.03	-0.20	0.50	0.33
19.1	0.43	0.22	0.10	-0.09	0.25
20.1	0.07	0.01	0.66	-0.04	0.43
21.1	0.32	0.29	0.52	-0.03	0.46
22.1	0.24	-0.20	0.17	0.53	0.41
23.1	0.49	0.11	0.32	0.01	0.36
24.1	0.68	0.05	0.14	-0.09	0.49
25.1	0.17	0.72	0.02	-0.02	0.55
26.1	0.47	0.14	0.01	0.30	0.33
27.1	0.45	0.10	-0.19	0.23	0.30
28.1	0.59	0.02	0.27	-0.05	0.43
29.1	0.51	0.05	0.08	0.08	0.28
30.1	0.19	0.68	0.29	0.02	0.58
31.1	0.05	0.35	0.54	0.09	0.42
32.1	0.53	0.07	0.23	-0.01	0.34
33.1	0.06	0.25	0.67	0.03	0.52
34.1	0.33	0.44	0.28	0.08	0.39
35.1	-0.00	0.14	0.59	-0.11	0.38
Valores Próprios	7.45	3.55	2.35	1.74	
Variância Explicada (%)	11.54	8.29	7.84	6.82	

Nota. A negrito apresenta-se os itens com pesos fatoriais superiores a 0.4 em valor absoluto.

De acordo com a análise realizada nomeou-se a Componente 1 como “violência emocional ou verbal” relativa a comportamentos como ameaças e chamar nomes ao parceiro, incluindo comportamentos controladores (constituída por 14 itens), revelando uma boa consistência interna ($\alpha=.84$) e explicando 12% da variância dos dados. A Componente 2 designada por “violência severa” engloba comportamentos de violência física e sexual (constituída por seis itens), revelou uma consistência interna aceitável ($\alpha=.77$) e explica 8% da variância dos dados. A Componente 3 designada por “violência relacional e física” refere-se a estratégias recorrendo ao grupo de pares/amigos para espalhar rumores ou isolar o companheiro, bem como comportamentos de violência física (composta por oito itens), revelou uma consistência interna aceitável ($\alpha=.77$) e explica 8% da variância dos dados. A Componente 4 designada por “estratégias positivas de resolução de conflitos” (formada por seis itens), revelou uma consistência interna aceitável ($\alpha=.74$) e explica 7% da variância dos dados (ver Tabela 2). De referir, que a constituição destas quatro componentes contribui para a explicação de 35% da variância total das variáveis originais. Ainda, foi eliminado o item 19 por revelar um baixo valor de comunalidade e uma baixa correlação com a componente.

The children's perception of interparental conflict scale. O segundo instrumento utilizado CPIC foi concebido por Grych e colaboradores (1992), tendo-se recorrido à versão traduzida e adaptada para crianças/adolescentes desenvolvida por Sani em 2001.

Este questionário de autorrelato é composto por 48 itens que permitem avaliar diferentes dimensões do CI. Especificamente, permite avaliar três grandes dimensões do CI: 1) propriedades do CI referente à frequência (composta por seis itens, e.g. “Frequentemente vejo ou ouço os meus pais discutindo”), à intensidade (composta por sete itens, e.g. “Os meus pais ficam realmente zangados quando discutem”) e à resolução do CI (constituída por seis itens, e.g. “Quando os meus pais têm uma discussão normalmente resolvem o assunto”); 2) percepção de ameaça pelo CI relativa à ameaça percebida (composta por cinco itens, e.g. “É normalmente minha a culpa dos meus pais discutirem”) e à eficácia de estratégias de *coping* (constituída por seis itens, e.g. “Eu não sei o que fazer quando os meus pais têm discussões”); e 3) culpabilização pelo CI operacionalizada enquanto percepção de auto-culpabilização (constituída por seis itens, e.g. “Fico assustado/a quando os meus pais discutem”) e conteúdo do CI (composto por quatro itens, e.g. “As discussões dos meus pais são normalmente sobre mim”). Este questionário permite avaliar uma outra dimensão denominada de triangulação sobre a probabilidade de envolvimento da criança (composto por oito itens, e.g. “Eu não sou envolvido quando os meus pais discutem”). Perante os itens deste instrumento os sujeitos têm a possibilidade de responder através de uma escala de *Lickert*, variando entre 0(*falso*), 1(*pouco ou às vezes verdade*) e 2(*verdade*), sendo a subescala obtida através da soma direta das respostas dos participantes a cada item. De notar, que os itens 1, 2, 6, 9, 13, 17, 20, 23, 27, 28, 30, 36, 39 e 47 encontram-se invertidos. Ainda, os diferentes autores (Grych et al., 1992; Sani, 2003) evidenciaram bons valores de consistências internas relativamente às diferentes subescalas (valores iguais ou superiores a .71).

Neste estudo procedemos a uma Análise de Componentes Principais (ACP) utilizando o *software* de análise estatística SPSS (versão 17) de acordo com Maroco (2007). Esta análise estatística iniciou com uma análise fatorial de Nível 1 para identificar as grandes dimensões inerentes aos itens, extraídas após rotação *Varimax*. Em seguida realizámos uma análise fatorial de Nível 2 para identificar as diferentes subescalas, extraídos após rotação *Direct Oblim*.

Relativamente à análise de primeiro nível, para aferir sobre a validade (adequabilidade dos dados) da ACP recorreu-se ao teste de esfericidade de *Bartlett*

($\chi^2(1128)=5830.28$, $p<.001$) e à estatística *Kaiser-Meyer-Olkin* ($KMO=.899$), sendo assegurados os pressupostos subjacentes a esta análise. Após realização da ACP foram extraídos quatro fatores tendo em consideração o critério de *Kaiser* (valor próprio superior a 1), em consonância com a análise do *Scree-Plot* e da percentagem de variância retida (ver Figura 3 e Tabela 3).

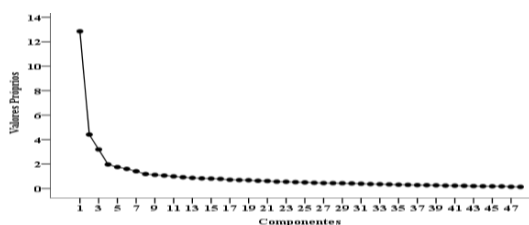


Figura 3. *Scree-Plot* para a análise de nível 1 dos itens do CPIC

Tabela 3

Análise de Componentes Principais de Nível 1 dos Itens do CPIC

Itens	Componentes			Comunalidades
	Prepropriedades do CI	Culpabilização pelo CI	Perceção de ameaça pelo CI e triangulação	
1	0.84	0.02	0.12	0.30
2	0.70	0.16	0.04	0.52
3	0.15	0.48	-0.07	0.26
4	0.34	0.54	0.23	0.46
5	0.68	0.06	0.37	0.59
6	0.23	0.06	0.11	0.07
7	0.24	0.06	0.65	0.49
8	0.34	0.30	0.41	0.37
9	-0.11	0.41	0.17	0.21
10	0.61	0.12	0.24	0.45
11	0.68	0.04	0.23	0.51
12	-0.22	0.11	0.50	0.31
13	0.79	0.09	0.13	0.65
14	0.29	0.05	0.42	0.26
15	0.67	0.08	0.27	0.52
16	0.09	-0.08	0.69	0.50
17	-0.05	0.14	0.24	0.08
18	0.03	0.79	0.08	0.64
19	0.73	0.17	0.19	0.59
20	0.73	0.07	-0.03	0.54
21	0.02	0.87	0.09	0.76
22	0.72	0.18	0.31	0.64
23	0.47	-0.04	-0.25	0.28
24	0.27	0.04	0.73	0.61
25	0.20	0.09	0.40	0.20
26	0.06	0.75	0.19	0.57
27	0.76	0.11	0.08	0.60
28	0.77	0.05	0.03	0.59
29	0.03	0.76	0.03	0.57
30	0.22	0.51	0.04	0.32
31	0.70	0.08	0.32	0.60
32	0.53	0.05	-0.05	0.28
33	0.09	-0.11	0.54	0.31
34	0.06	0.13	0.58	0.35
35	0.57	0.16	0.34	0.47
36	0.73	0.00	0.15	0.56
37	0.20	0.65	0.15	0.49
38	0.32	0.29	0.21	0.23
39	0.74	0.10	-0.00	0.56
40	0.30	0.21	0.46	0.34
41	0.25	0.66	0.06	0.50
42	0.17	0.21	0.43	0.26
43	0.38	0.28	0.25	0.28
44	0.33	0.07	0.33	0.23
45	0.18	-0.10	0.62	0.42
46	0.69	0.15	0.19	0.53
47	0.01	0.62	-0.09	0.40
48	0.35	0.16	0.21	0.19
Valores Próprios	12.86	4.41	3.19	
Variância Explicada (%)	21.20	11.21	10.22	

Nota. A negrito apresenta-se os itens com pesos fatoriais superiores a 0.4 em valor absoluto.

De acordo com os pesos de cada item em cada componente nomeou-se a Componente 1 como “propriedades do CI” caracterizado por itens de frequência, intensidade e resolução do CI (constituída por 23 itens), revelando uma boa consistência interna ($\alpha=.93$) e explicando 21% da variância dos dados. A Componente 2 designada

por “culpabilização pelo CI” abrange itens sobre a atribuição de responsabilidades e conteúdo do CI (constituída por 11 itens), revelou uma boa consistência interna ($\alpha=.86$) e explica 11% da variância dos dados. A Componente 3 designada por “percepção de ameaça pelo CI e triangulação” engloba itens sobre percepção de ameaça, eficácia de *coping* e triangulação (composta por 14 itens), revelou uma boa consistência interna ($\alpha=.81$) e explica 10% da variância dos dados (ver Tabela 3). De referir, que a constituição destas três componentes contribui para a explicação de aproximadamente 43% da variância total das variáveis originais.

No que concerne à análise de segundo nível, relativamente à primeira grande dimensão (propriedades do CI), para aferir sobre a adequabilidade da ACP recorreu-se ao teste de esfericidade de *Bartlett* ($\chi^2(253)=3112.87, p<.001$) e à estatística *Kaiser-Meyer-Olkin* ($KMO=.935$), sendo assegurados os pressupostos subjacentes a esta análise. Após realização da ACP foram extraídos quatro fatores tendo em consideração o critério de *Kaiser* (valor próprio superior a 1), em consonância com a análise do *Scree-Plot* e da percentagem de variância retida (ver Figura 4 e Tabela 4).

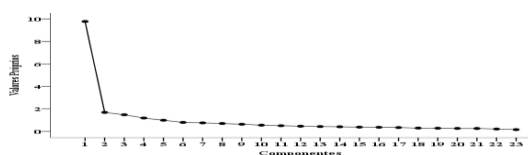


Figura 4. *Scree-Plot* para a análise de nível 2 da componente “propriedades do CI”

Tabela 4

Análise de Componentes Principais de Nível 2 da Componente “Propriedades do CI”

Itens	Componentes			Comunalidades
	Frequência e Intensidade do CI	Intensidade do CI	Resolução do CI	
1	0.66	-0.10	-0.10	0.36
2	0.44	0.20	0.34	0.35
5	0.82	-0.02	-0.09	0.62
10	0.68	0.02	0.03	0.44
11	0.73	0.02	-0.02	0.53
13	0.76	-0.03	0.15	0.66
15	0.55	0.44	-0.05	0.65
19	0.81	0.04	-0.09	0.64
20	0.40	0.09	0.49	0.60
22	0.77	0.13	-0.03	0.66
23	-0.06	-0.09	0.86	0.69
27	0.78	-0.16	0.14	0.63
28	0.29	0.02	0.60	0.58
31	0.81	-0.00	-0.07	0.62
32	0.20	-0.02	0.54	0.41
35	0.69	0.17	-0.18	0.52
36	0.76	-0.09	0.09	0.59
38	-0.07	0.94	0.02	0.85
39	0.33	0.13	0.48	0.54
43	0.03	0.92	0.01	0.87
46	0.63	0.11	0.13	0.53
48	0.33	0.04	0.12	0.17
Valores Próprios	9.78	1.69	1.48	
Variância Explicada (%)	42.50	7.35	6.44	

Nota. A negrito apresenta-se os itens com pesos fatoriais superiores a 0.4 em valor absoluto.

Considerando a análise realizada nomeou-se a Componente 1 como “frequência e intensidade do CI” referente à regularidade com que o conflito ocorre (duração e

repetição do CI), bem como relativo ao nível de afeto negativo ou hostilidade expressa pelos pais durante o conflito (constituída por 13 itens); cuja cotação total varia entre 0 a 26, sendo que um sujeito com pontuação elevada nesta escala percebe elevada frequência e intensidade associada ao CI; revelou uma boa consistência interna ($\alpha=.93$) e explica 43% da variância dos dados. A Componente 2 designada por “intensidade do CI” caracteriza-se pelo nível de afeto negativo ou hostilidade expressa pelos pais durante o conflito (constituída por dois itens); cuja cotação total varia entre 0 a 4, sendo que um sujeito com pontuação elevada nesta escala percebe elevada intensidade (hostilidade) associada ao CI; revelou uma boa consistência interna ($\alpha=.90$) e explica 7% da variância dos dados. A Componente 3 designada por “resolução de CI” relativa à percepção da eficácia resolução do conflito (constituída por quatro itens); cuja cotação total varia entre 0 a 8, sendo que um sujeito com pontuação elevada nesta escala percebe uma ineficaz/desadequada resolução do CI; revelou uma boa consistência interna ($\alpha=.83$) e explica 6% da variância dos dados (ver Tabela 4). De referir, que a constituição destas três componentes contribui para a explicação de aproximadamente 56% da variância total das variáveis originais.

Referente à segunda grande dimensão (culpabilização pelo CI), para aferir sobre a validade (adequabilidade dos dados) da ACP recorreu-se ao teste de esfericidade de *Bartlett* ($\chi^2(55)=1055.63$, $p<.001$) e à estatística *Kaiser-Meyer-Olkin* ($KMO=.901$). Neste sentido, foram assegurados os pressupostos subjacentes a esta análise. Após realização da ACP foram extraídos quatro fatores tendo em consideração o critério de *Kaiser* (valor próprio superior a 1), em consonância com a análise do *Scree-Plot* e da percentagem de variância retida (ver Figura 5 e Tabela 5).

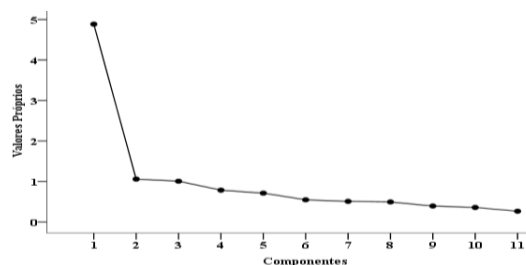


Figura 5. *Scree-Plot* para a análise de nível 2 da componente “culpabilização pelo CI”

Tabela 5

Análise de Componentes Principais de Nível 2 da Componente “Culpabilização pelo CI”

Itens	Componentes		Comunalidades
	Culpabilização pelo CI	Conteúdo do CI	
3	0.23	0.37	0.26
4	0.19	0.65	0.57
9	-0.09	0.67	0.40
18	0.94	-0.18	0.76
21	0.13	0.77	0.71
26	0.79	0.00	0.62
29	0.76	0.04	0.60
30	0.08	0.72	0.57
37	0.17	0.63	0.53
41	0.80	-0.14	0.56
47	0.47	0.23	0.37
Valores Próprios	4.89	1.06	
Variância Explicada (%)	44.41	9.62	

Nota. A negrito apresenta-se os itens com pesos fatoriais superiores a 0.4 em valor absoluto.

De acordo com os pesos de cada item em cada componente nomeou-se a Componente 1 como “culpabilização pelo CI” relativo à tentativa da criança/adolescente em explicar os motivos do conflito e atribuir responsabilidades pelo mesmo (constituída por cinco itens); cuja cotação total varia entre 0 a 10, sendo que um sujeito com pontuação elevada nesta escala percecionasse como o motivo/responsável pelo CI; revelou uma boa consistência interna ($\alpha=.82$) e explica 44% da variância dos dados. A Componente 2 designada por “conteúdo do CI” referente ao conteúdo/motivo subjacente ao conflito que podem ou não estar relacionado com a criança (constituída por seis itens); cuja cotação total varia entre 0 a 12, sendo que um sujeito com pontuação elevada nesta escala perceciona que o motivo/conteúdo do CI relaciona-se com o próprio sujeito; revelou uma consistência interna aceitável ($\alpha=.73$) e explica 10% da variância dos dados (ver Tabela 5). De referir, que a constituição destas duas componentes contribui para a explicação de aproximadamente 54% da variância total das variáveis originais.

No que concerne à terceira grande dimensão (perceção de ameaça e triangulação), para aferir sobre a validade (adequabilidade dos dados) da ACP recorreu-se ao teste de esfericidade de *Bartlett* ($\chi^2(91)=889.30, p<.001$) e à estatística *Kaiser-Meyer-Olkin* ($KMO=.835$). Neste sentido, foram assegurados os pressupostos subjacentes a esta análise. Após realização da ACP foram extraídos quatro fatores tendo em consideração o critério de *Kaiser* (valor próprio superior a 1), em consonância com a análise do *Scree-Plot* e da percentagem de variância retida (ver Figura 6 e Tabela 6).

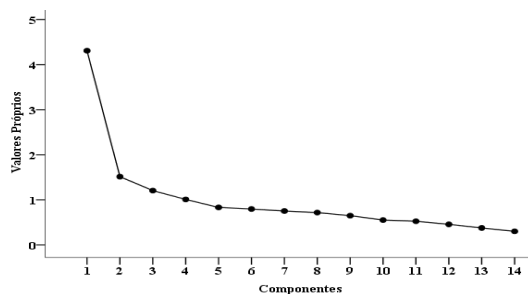


Figura 6. Scree-Plot para a análise de nível 2 da componente “percepção de ameaça pelo CI e triangulação”

Tabela 6

Análise de Componentes Principais de Nível 2 da Componente “Percepção de Ameaça pelo CI e Triangulação”

Itens	Componentes		Comunalidades
	Percepção de ameaça pelo CI	Triangulação	
7	0.69	0.10	0.54
8	0.26	0.48	0.40
12	0.08	0.43	0.22
14	0.61	-0.03	0.36
16	0.71	0.01	0.51
17	0.07	0.18	0.05
24	0.80	0.05	0.68
25	-0.12	0.83	0.63
33	0.51	0.02	0.27
34	0.27	0.37	0.29
40	0.53	0.15	0.36
42	-0.20	0.91	0.72
44	0.55	-0.05	0.29
45	0.75	-0.11	0.51
Valores Próprios	4.31	1.51	-----
Variância Explicada (%)	30.77	10.81	-----

Nota. A negrito apresenta-se os itens com pesos fatoriais superiores a 0.4 em valor absoluto.

De acordo com os pesos de cada item em cada componente nomeou-se a Componente 1 como “percepção de ameaça pelo CI” referente às percepções de ameaça e medo da criança, bem como relativo às crenças do sujeito nas suas capacidades para lidar com o conflito (constituída por oito itens); cuja cotação total varia entre 0 a 16, sendo que um sujeito com pontuação elevada nesta escala percebe uma elevada ameaça e desadequadas capacidades de *coping* para lidar com o CI; revelou uma boa consistência interna ($\alpha=.81$) e explica 31% da variância dos dados. A Componente 2 designada por “triangulação” referente à probabilidade do envolvimento da criança/adolescente no CI (constituída por seis itens); cuja cotação total varia entre 0 a 12, sendo que um sujeito com pontuação elevada nesta escala percebe uma elevada probabilidade do seu envolvimento no CI; revelou uma consistência interna questionável ($\alpha=.61$) e explica 11% da variância dos dados (ver Tabela 6). Neste sentido, a subescala triangulação não será utilizada em análises estatísticas posteriores.

De referir, que a constituição destas duas componentes contribui para a explicação de aproximadamente 42% da variância total das variáveis originais. Ainda, foram eliminados quatro itens (item 6, 23, 32 e 48) derivado ao facto de revelarem baixos valores de comunalidades, baixas correlações com as componentes e/ou derivado ao facto da sua eliminação aumentar a consistência interna da componente.

Acceptance of dating violence scale. O último questionário utilizado ADVS foi desenvolvido por Foshee e colaboradores (1998), sendo que nesta investigação será desenvolvida e utilizada uma tradução portuguesa por Doroteia e Soeiro em 2012. Este instrumento, também de autorrelato, é constituído por 12 itens que permitem avaliar a aceitação de violência no namoro segundo cinco dimensões: 1) aceitação da violência exercida sobre o homem (composta por dois itens, e.g. “Às vezes os rapazes merecem que as suas namoradas lhes batam”), 2) aceitação da violência exercida sobre a mulher (constituída por seis itens, e.g. “Às vezes as raparigas merecem que os seus namorados lhes batam”), 3) aceitação da violência sexual (formada por dois itens, e.g. “É aceitável que um rapaz force uma rapariga a ter relações sexuais se esta o excitou sexualmente”), 4) aceitação da violência geral no namoro – normas sancionadas (composta por dois itens, e.g. “Bater no/a namorado/a nunca é aceitável”) e 5) aceitação da violência geral no namoro – normas estabelecidas (constituída por oito itens, e.g. “Às vezes os rapazes têm de bater nas suas namoradas para as manterem controladas”). Perante os itens deste instrumento os sujeitos têm a possibilidade de responder através de uma escala de Likert de 0(*discordo fortemente*) a 3(*concordo fortemente*), sendo a subescala obtida através da média das respostas dos participantes a cada item. De referir, que o item 2 e 7 encontram-se invertidos. Ainda, estudos desenvolvidos evidenciaram valores de consistência interna aceitáveis (variando entre .68 e .81).

Nesta investigação procedemos a uma Análise de Componentes Principais (ACP) sobre a matriz das correlações, utilizando o *software* de análise estatística SPSS (versão 17) de acordo com Maroco (2007). Para avaliar a validade (adequabilidade dos dados) da ACP recorreu-se ao teste de esfericidade de *Bartlett* ($\chi^2(66)=807.54, p<.001$) e à estatística *Kaiser-Meyer-Olkin* ($KMO=.786$), assegurando-se os pressupostos subjacentes a esta análise.

Após realização da ACP foram extraídos quatro fatores tendo em consideração o critério de *Kaiser* (valor próprio superior a 1), em consonância com a análise do *Scree-*

Plot e da percentagem de variância retida (ver Figura 7 e Tabela 7). De notar, que as diferentes dimensões originais do ADVS não foram replicadas na nossa amostra.

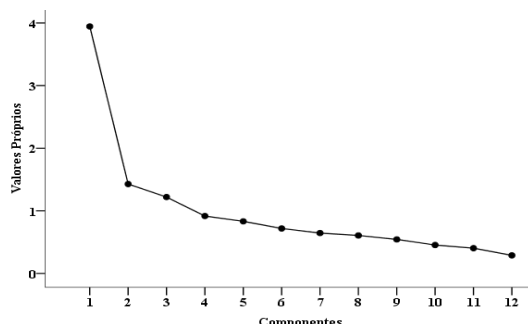


Figura 7. Scree-Plot para os itens do ADVS

Tabela 7

Análise de Componentes Principais para os Itens do ADVS

Itens	Componentes			Comunalidades
	Aceitação da violência exercida sobre as mulheres	2	3	
1	0.67	0.02	0.24	0.51
2	0.24	0.09	0.78	0.68
3	0.75	0.16	0.14	0.60
4	0.57	0.26	-0.13	0.41
5	0.62	0.48	-0.09	0.62
6	0.62	0.39	-0.07	0.55
7	-0.05	0.05	0.82	0.68
8	0.17	0.65	0.11	0.46
9	0.72	0.05	0.15	0.55
10	0.27	0.61	0.14	0.47
11	0.27	0.6	-0.05	0.44
12	-0.05	0.79	0.033	0.63
Valores Próprios	3.95	1.43	1.22	
Variância Explicada (%)	23.87	18.98	12.10	

Nota. A negrito apresenta-se os itens com pesos fatoriais superiores a 0.4 em valor absoluto.

Realizou-se um pré-teste a 28 alunos do 11ºano de escolaridade que não revelou problemas na tradução e interpretação dos itens que constituem este questionário. No entanto, após a análise realizada, considerámos utilizada apenas uma subescala em futuras análises estatísticas, derivado ao facto das consistências internas não se revelarem aceitáveis e a composição das subescalas revelar-se pouco estruturada. Assim, apenas será utilizada a Componente 1 nomeada como “aceitação da violência exercida sobre as mulheres” caracterizada por este tipo de comportamentos (constituída por seis itens); revelou uma consistência interna aceitável ($\alpha=.79$) e explica 24% da variância dos dados. Ainda de referir, que a constituição destas três componentes contribuiria para a explicação de 55% da variância total das variáveis originais.

Procedimento

Numa primeira fase foram estabelecidos contactos com os autores dos diferentes questionários para que estes autorizassem a utilização dos mesmos nesta investigação. Após o que foram adaptados e compilados num único instrumento de avaliação.

Posteriormente realizámos um pedido de autorização ao Ministério da Educação (DGIDC) para aplicação do instrumento em meio escolar.

Numa segunda fase foram estabelecidos diversos contactos com diferentes instituições de ensino secundário, no sentido de formalizar os pedidos de colaboração nesta investigação, sendo pedida autorização para aplicação do instrumento a, pelo menos, duas turmas do 10º, 11º e 12º ano de escolaridade, enfatizando a confidencialidade do estudo. Nas escolas que aceitaram participar no nosso estudo foram pedidas autorizações aos encarregados de educação para que os seus educandos pudessem participar nesta investigação.

A recolha de dados foi efetuada durante o ano letivo 2011/2012, sendo a administração dos questionários realizada, aos alunos que foram autorizados pelos seus encarregados de educação, presencialmente por um investigador com conhecimento prévio sobre os instrumentos. Os questionários foram aplicados em contexto de sala-de-aula, tendo sido preenchido individualmente por cada participante, com um tempo médio de respostas de 30 minutos. As administrações iniciaram com a apresentação do investigador, seguindo-se uma breve explicação sobre os diferentes tipos de comportamentos que podem ocorrer numa relação de namoro. Posteriormente era explicado o objetivo do estudo e os questionários eram entregues. O investigador lia o enunciado do instrumento de avaliação, acompanhado pela leitura realizada pelos participantes, sendo explicado o anonimato e confidencialidade dos dados, bem como o formato de resposta ao instrumento. Antes de responderem às questões, o investigador relembra que a participação no estudo seria voluntária (os alunos não eram obrigados a responder caso não estivessem interessados, não existindo qualquer compensação pela participação no estudo) e referia ainda, que em caso de dúvidas sobre algum aspeto do instrumento, estas seriam respondidas individualmente. Após todos os participantes terminarem a resposta ao instrumento, os questionários eram recolhidos e o investigador agradecia a participação a todos os presentes.

Resultados

Para a realização de todas as análises estatísticas recorreremos ao *software* de análise estatística SPSS (versão 17).

A análise estatística realizada iniciará com a apresentação da prevalência de VN obtidas na amostra do nosso estudo. Seguindo-se a apresentação da análise de diferenças de médias segundo o gênero e as diferenças de médias segundo o ano de escolaridade frequentado pelos participantes (operacionalização da variável idade), relativamente às diferentes variáveis em estudo. Posteriormente a apresentação dos resultados será focada na análise pormenorizada dos processos subjacentes à relação entre os diferentes fatores de risco em análise e os diferentes comportamentos que podem ocorrer numa relação de namoro. Neste sentido, em primeiro lugar, serão apresentadas as análises do efeito preditivo da aceitação da violência exercida sobre as mulheres e das variáveis relacionadas com o CI sobre os diferentes comportamentos que podem ocorrer numa relação de namoro. Por último, serão analisados modelos teóricos para aferir sobre o efeito mediador da aceitação da violência exercida sobre as mulheres na relação entre a exposição ao CI e os diferentes comportamentos que podem ocorrer numa relação de namoro. De referir, que em cada seção dos resultados referenciado o método estatístico utilizado.

Prevalência de Violência no Namoro

Iniciando pela análise da prevalência dos diferentes tipos de comportamentos que possam ter ocorrido numa relação de namoro, no último ano, deve-se referir, que os valores mais expressivos referem-se aos comportamentos de violência emocional ou verbal e relativos às estratégias positivas de resolução de conflitos.

No que concerne à perpetração observámos que 31% dos participantes referiram ter realizado comportamentos abusivos emocionais ou verbais entre uma a duas vezes e 1% dos indivíduos (N=3) referiram ter recorrido a este comportamento entre três a cinco vezes, no último ano. Observámos que 61% dos participantes relataram adotar estratégias positivas de resolução de conflitos entre uma a duas vezes durante o último ano de relacionamento, sendo que 30% referiu perpetrar este tipo de comportamento entre três a cinco vezes, no último ano. Ainda, relativamente à perpetração de comportamentos numa relação de namoro, é de salientar que 98% dos participantes referiu nunca ter recorrido a comportamentos de abuso físico, nem a comportamentos de abuso relacional e sexual.

Referente à vitimização a que os participantes encontram-se sujeitos numa relação de namoro, verificámos que 31% dos participantes mencionaram ser vitimizado através de comportamentos abusivos emocionais ou verbais entre uma a duas vezes e 2% dos indivíduos (N=4) relataram ter sido alvos deste comportamento entre três a cinco vezes, no último ano. No que respeita às estratégias positivas de resolução de conflitos, 45% dos participantes referiram ter sido alvo deste tipo de comportamento entre uma a duas vezes e 45% relataram ter sido alvo destes comportamentos entre três a cinco vezes, no último ano. Ainda no que concerne à vitimização, 98% dos participantes relataram nunca ter sido alvo de comportamentos abusivos severos, nem de comportamentos abusivos relacionais e físicos.

Diferenças Segundo o Género

Para realizarmos a análise da existência de diferenças de género nas variáveis em estudo, procedemos à realização de diferentes teste *t-student* para amostras independentes segundo os procedimentos propostos por Maroco (2007), sendo assegurados os pressupostos subjacentes a cada análise¹. Das diversas análises realizadas apenas cinco revelaram-se estatisticamente significativas (ver Tabela 1).

No que concerne à perpetração de abuso relacional e sexual, observámos diferenças de género estatisticamente significativas, $t(184,38) = 2.17, p = .030$ (ver Tabela 1). A relação entre estas variáveis evidenciou uma intensidade muito fraca e sentido positivo ($\eta^2 = .13$), sendo 1.6% da variação da perpetração de abuso relacional e sexual explicada pelo género dos participantes. Verificámos que os homens detêm uma média ligeiramente superior ($M = 0.10, DP = 0.28$) comparativamente às mulheres ($M = 0.04, DP = 0.11$), refletindo que ambos os géneros quase nunca perpetuam este tipo de violência.

¹ Considerando-se uma probabilidade de erro tipo I de 0,05.

Tabela 8

Gênero e Perpetração de Violência, Conflito Interparental e Aceitação de Violência

Variáveis	Gênero				Teste <i>t</i>
	Feminino		Masculino		
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
PRS	0.04	0.11	0.10	0.28	2.17*
AVM	1.06	0.17	1.22	0.39	4.39***
FI	11.66	7.37	9.86	6.59	-2.11*
C	1.35	1.72	1.87	2.32	2.07*
AM	6.96	4.30	5.51	4.26	-2.76**

Nota. PRS= Perpetração de violência relacional e sexual; AVM= Aceitação da violência exercida sobre as mulheres; FI= Frequência e intensidade de conflito interparental; C= Culpabilização pelo conflito interparental; AM= Percepção de ameaça pelo conflito interparental.

* $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

Verificamos que existem diferenças de gênero estatisticamente significativas, $t(193,33) = 4.39$, $p < .001$, no que concerne à aceitação de violência exercida sobre as mulheres (ver Tabela 1). A relação entre as variáveis revelou uma fraca intensidade e sentido positivo ($\eta^2 = .25$), sendo 6.3% da variação da aceitação deste tipo de violência explicada pelo gênero dos participantes. Observamos que os homens revelam uma média ligeiramente superior ($M = 1.22$, $DP = 0.39$) comparativamente às mulheres ($M = 1.06$, $DP = 0.17$), espelhando ambos desaprovação face à violência exercida sobre as mulheres.

Respeitante à percepção de frequência e intensidade do CI, também observamos diferenças de gênero estatisticamente significativas, $t(264) = -2.11$, $p = .036$ (ver Tabela 1). A relação entre as variáveis revelou uma intensidade muito fraca e sentido positivo ($\eta^2 = .13$), sendo 1.7% da variação da percepção de frequência e intensidade explicada pelo gênero dos participantes. Observamos, que em média são as mulheres que detêm maior percepção de frequência e intensidade ($M = 11.66$, $DP = 7.37$), comparativamente aos homens ($M = 9.86$, $DP = 6.59$). Assim, espelham ambos a percepção de alguma frequência e intensidade dos conflitos interparentais.

Verificamos diferenças de gênero estatisticamente significativas relativamente à percepção de culpabilização pelo CI, $t(256,35) = 2.07$, $p = .040$ (ver Tabela 1). A relação entre estas variáveis evidenciou uma intensidade muito fraca e sentido positivo ($\eta^2 = .12$), sendo 1.5% da variação da culpabilização explicada pelo gênero do

participante. Ainda, os homens revelaram maiores níveis de culpabilização ($M=1.87$, $DP=2.32$) comparativamente com as mulheres ($M=1.35$, $DP=1.72$). Estes valores revelaram que ambos os géneros não se auto-culpabilização pelos conflitos interparentais.

Por último, verificámos diferenças estatisticamente significativas relativamente à perceção de ameaça pelo CI, $t(264)=-2.76$, $p=.006$ (ver Tabela 1). A relação entre as variáveis revelou uma fraca intensidade e sentido positivo ($\eta^2=.17$), sendo 2.8% da variação da perceção de ameaça explicada pelo género dos participantes. As mulheres revelaram uma maior perceção de ameaça ($M=6.96$, $DP=4.30$) comparativamente aos homens ($M=5.51$, $DP=4.26$). Assim, ambos os géneros espelham perceções de alguma ameaça pelos conflitos interparentais.

Diferenças Segundo o Ano de Escolaridade

Para analisar a existência de diferenças de médias segundo o ano de escolaridade frequentado pelo participante nas diferentes variáveis em estudo, procedemos à realização de diferentes testes Anovas *One-way* de acordo com Maroco (2007), sendo assegurados os pressupostos subjacentes a cada análise². Das diversas análises realizadas apenas três revelaram-se estatisticamente significativas (ver Tabela 2).

Tabela 9

Violência no Namoro e Ano de Escolaridade

Variáveis	Ano de Escolaridade						$F(2,263)$
	10ºano		11ºano		12ºano		
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
PEP	1.58	0.51	1.64	0.49	1.82	0.44	5.61**
PRS	0.06	0.15	0.04	0.10	0.12	0.34	3.60*
VEP	1.64	0.61	1.78	0.61	1.93	0.53	5.12**

Nota. PEP= Perpetração de estratégias positivas; PRS= Perpetração de violência relacional e sexual; VEP= Vitimização por estratégias positivas.

* $p<.05$, ** $p<.01$

Verificámos que existem diferenças de médias estatisticamente significativas, $F(2,263)= 5.61$, $p=.004$, no que concerne à perpetração de estratégias positivas de resolução de conflitos segundo o ano de escolaridade frequentado pelo participante (ver

² Assumindo-se uma probabilidade de erro tipo I de 0,05.

Tabela 2). Os alunos que frequentam o 10ºano são diferentes dos alunos que frequentam o 12ºano de escolaridade (teste de *Scheffe* $p=.006$), verificando-se que o 10ºano e o 11ºano de escolaridade são mais semelhantes (teste de *Scheffe* $p=.677$). Observámos que os alunos do 10ºano ($M=1.58$, $DP=0.51$) e os alunos do 11ºano ($M=1.64$, $DP=0.49$) detêm médias de perpetração de estratégias positivas de resolução de conflitos mais baixas, comparativamente aos alunos do 12ºano de escolaridade ($M=1.82$, $DP=0.44$), espelhando assim que este tipo de comportamento é mais frequentemente perpetrado (aproximadamente entre três a cinco vezes, no último ano de relacionamento) entre os participantes que frequentam o 12ºano, comparativamente aos alunos do 10 e 11ºano de escolaridade (aproximadamente entre uma a duas vezes, no último ano de relacionamento).

No que concerne à perpetração de violência relacional e sexual, observámos a existência de diferenças de médias estatisticamente significativas, $F(2,263)= 3.60$, $p=.029$ segundo o ano de escolaridade frequentado pelo participante (ver Tabela 2). Os alunos que frequentam o 11ºano são diferentes dos alunos que frequentam o 12ºano de escolaridade (teste de *Scheffe* $p=.040$), verificando-se que o 10ºano e o 11ºano de escolaridade são mais semelhantes (teste de *Scheffe* $p=.909$). Neste sentido, observámos que os alunos do 10ºano ($M=0.06$, $DP=0.15$) e os alunos do 11ºano ($M=0.04$, $DP=0.10$) detêm médias de perpetração deste tipo de abuso mais baixas, comparativamente aos alunos do 12ºano de escolaridade ($M=0.12$, $DP=0.34$), refletindo assim que embora este tipo de violência quase nunca seja perpetrado pelos participantes, existe maior probabilidade de perpetração entre os alunos do 12ºano de escolaridade.

Relativamente à vitimização através de estratégias positivas de resolução de conflitos, observámos a existência de diferenças de médias estatisticamente significativas, $F(2,263)= 5.12$, $p=.007$ segundo o ano de escolaridade frequentado pelo participante (ver Tabela 2). Os alunos que frequentam o 10ºano são diferentes dos alunos que frequentam o 12ºano de escolaridade (teste de *Scheffe* $p=.007$), verificando-se que o 10ºano e o 11ºano de escolaridade são mais semelhantes (teste de *Scheffe* $p=.304$). Neste sentido, verificámos que os alunos do 10ºano ($M=1.64$, $DP=0.61$) e os alunos do 11ºano ($M=1.78$, $DP=0.61$) detêm médias de perpetração deste tipo de comportamentos mais baixas, comparativamente aos alunos do 12ºano de escolaridade ($M=1.93$, $DP=0.53$), espelhando assim que este tipo de estratégias é mais frequentemente perpetrado (aproximadamente entre três a cinco vezes, no último ano de relacionamento) entre os participantes que frequentam o 12ºano, comparativamente aos

alunos do 10 e 11ºano de escolaridade (aproximadamente entre uma a duas vezes, no último ano de relacionamento).

Fatores Preditivos da Violência no Namoro

Para analisarmos mais pormenorizadamente o contexto em que os comportamentos de perpetração e vitimização de VN ocorrem, procedemos à análise das variáveis predictoras deste tipo de violência. Primeiramente analisámos o papel preditivo da aceitação da violência exercida sobre as mulheres, terminando com as análises preditivas das diferentes variáveis relacionadas com o CI.

No que concerne à aceitação da violência exercida sobre as mulheres realizámos cinco Regressões Lineares Simples de acordo com Maroco (2007), assegurando-se os pressupostos subjacentes a cada análise³. Neste sentido, não foram realizadas as regressões relativas à perpetração de violência relacional e sexual, à perpetração de violência física e à vitimização por violência severa derivado ao facto de não assegurarem os pressupostos subjacentes à realização deste tipo de análise. Ainda, das diferentes regressões realizadas apenas três revelaram-se estatisticamente significativas (ver Tabela 4).

Tabela 10

Aceitação da Violência como Preditora da Violência no Namoro

Variáveis Dependentes	B	Teste t	R(R ² _{ajust})	F(1,264)
PEV	.256	2.76**	.17(.028)	7.61**
VRF	.185	3.65***	.22(.048)	13.33***
VEP	-.251	-2.21*	.13(.018)	4.86*

Nota. PEV= Perpetração de violência emocional ou verbal; VRF= Vitimização por violência relacional e física; VEP= Vitimização por estratégias positivas.

* $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

Relativamente à perpetração de violência emocional ou verbal (ver Tabela 4) verificámos que o modelo é bastante significativo, ($F(1,264)=7.61$, $p=.006$; $R_a^2=.024$), embora explique uma proporção muito baixa da variabilidade deste tipo de violência (2.8%) e revelando uma relação com uma intensidade muito fraca ($R=.17$). Ainda, esta análise permitiu observar que a aceitação deste tipo de violência é variável preditora da

³ Considerando-se uma probabilidade de erro tipo I de 0,05.

perpetração de violência emocional ou verbal, sendo esta uma relação positiva ($B=.256$; $t(1,264)=2.76$, $p=.006$).

Referente à vitimização através de violência relacional e físico (ver Tabela 4) verificamos que o modelo é bastante significativo, ($F(1,264)=13.33$, $p<.001$; $R_a^2=.048$), embora explique uma proporção muito baixa da variabilidade deste tipo de violência (4.8%) e revelando uma relação com uma fraca intensidade ($R=.22$). Ainda, esta análise permitiu observar que a aceitação deste tipo de violência é variável preditora da vitimização através de abuso relacional e físico, $t(1,264)=3.65$, $p<.001$, sendo esta relação positiva ($B=.185$; $t(1,264)=3.65$, $p<.001$).

O modelo relativo à relação entre a aceitação deste tipo de violência e a vitimização através de estratégias positivas de resolução de conflitos (ver Tabela 4) também revelou-se significativo, ($F(1,264)=4.86$, $p=.028$; $R_a^2=.018$), embora explique uma proporção muito baixa da variabilidade deste tipo de violência (1.8%) e evidenciando uma relação com uma intensidade muito fraca ($R=.13$). Ainda, observamos que a aceitação deste tipo de violência é preditora da vitimização através de estratégias positivas de resolução de conflitos, sendo esta relação negativa ($B= -.251$; $t(1,264)= -2.21$, $p=.028$).

No que respeita às variáveis relacionada com o CI realizamos sete Regressões Lineares Múltiplas, segundo os procedimentos referidos por Baron e Kenny (1986) e por Maroco (2007), assegurando-se os pressupostos subjacentes a cada análise⁴. Neste sentido, não realizamos regressões referentes à perpetração de abuso relacional e sexual derivado ao fato de não se verificar o pressuposto de linearidade subjacente à realização deste tipo de análise. Ainda, das diferentes regressões realizadas apenas cinco revelaram-se estatisticamente significativas.

Relativamente à perpetração de violência emocional ou verbal (ver Tabela 5), verificamos que este modelo é significativo, ($F(1,264)=6.20$, $p=.013$; $R_a^2=.019$), embora explique uma proporção muito baixa da variabilidade deste tipo de violência (1.9%) e revelando uma relação com uma intensidade muito fraca ($R=.15$). Ainda, esta análise permitiu identificar apenas a frequência e intensidade do conflito ($Beta=.151$; $t(1,264)=2.49$, $p=.013$) como preditor significativo deste tipo de violência, sendo esta

⁴ Considerando-se uma probabilidade de erro tipo I de 0,05.

relação positiva e o seu contributo individual para a variação deste tipo de perpetração, controlando o efeito das restantes variáveis predictoras, de aproximadamente 15%.

Tabela 11

Conflito Interparental como Predictor da Perpetração de Abuso Emocional/Verbal

Variáveis Independentes	Valores de Beta	Valores Semiparciais
FI	.151*	.151
C	-.009	-.007
CC	.155	.108
AM	.027	.023
	$R^2_{ajustado}$.019
	$F(1,264)$	6.20*

Nota. FI= Frequência e intensidade de conflito interparental; C= Culpabilização pelo conflito interparental; CC= Conteúdo de culpabilização pelo conflito interparental; AM= Perceção de ameaça pelo conflito interparental.

* $p < .05$

Relativamente à perpetração de violência física (ver Tabela 6), verificámos que este modelo é significativo, ($F(1,264)=5.12$, $p=.025$; $R_a^2=.015$), embora explique uma proporção muito baixa da variabilidade deste tipo de violência (1.5%) e evidenciando uma relação com uma intensidade muito fraca ($R=.14$). Ainda, esta análise permitiu identificar apenas o conteúdo ($Beta=.138$; $t(1,264)=2.26$, $p=.025$) como preditor significativo deste tipo de violência, sendo esta uma relação positiva e o seu contributo individual para a variação deste tipo de perpetração, controlando o efeito das restantes variáveis predictoras, de aproximadamente 14%.

Tabela 12

Conflito Interparental como Predictor da Perpetração de Abuso Físico

Variáveis Independentes	Valores de Beta	Valores Semiparciais
CC	.138*	.138
AM	.044	.043
	$R^2_{ajustado}$.015
	$F(1,264)$	5.11*

Nota. CC= Conteúdo de culpabilização pelo conflito interparental; AM= Perceção de ameaça pelo conflito interparental.

* $p < .05$

Referente à vitimização através de violência emocional ou verbal (ver Tabela 7), verificámos que este modelo é significativo, ($F(1,264)=7.99, p=.005; R_a^2=.026$), embora explique uma proporção muito baixa da variabilidade deste tipo de violência (2.6%) e revelando uma relação com uma intensidade muito fraca ($R=.17$). Ainda, esta análise permitiu identificar apenas a frequência e intensidade do conflito ($Beta=.171; t(1,264)=2.83, p=.005$) como preditor significativo deste tipo de violência, sendo esta relações positiva e o seu contributo individual para a variação deste tipo de vitimização, controlando o efeito das restantes variáveis predictoras, de aproximadamente 17%.

Tabela 13

Conflito Interparental como Preditora da Vitimização por Abuso Emocional/Verbal

Variáveis Independentes	Valores de Beta	Valores Semiparciais
FI	.171*	.171
C	.003	.002
CC	.152	.106
AM	.033	.028
	$R^2_{ajustado}$.026
	$F(1,264)$	7.99*

Nota. FI= Frequência e intensidade de conflito interparental; C= Culpabilização pelo conflito interparental; CC= Conteúdo de culpabilização pelo conflito interparental; AM= Perceção de ameaça pelo conflito interparental.

* $p < .01$

No que concerne à vitimização através de violência severa (ver Tabela 8), verificámos que este modelo é significativo, ($F(1,264)=4.73, p=.030; R_a^2=.014$), embora explique uma proporção muito baixa da variabilidade deste tipo de violência (1.4%) e revelando uma relação com uma intensidade muito fraca ($R=.13$). Ainda, esta análise permitiu identificar apenas a culpabilização pelo CI $Beta=.133; t(1,264)=2.18, p=.030$) como preditor significativo deste tipo de violência, sendo esta relações positiva e o seu contributo individual para a variação deste tipo de vitimização, controlando o efeito das restantes variáveis predictoras, de aproximadamente 13%.

Tabela 14

Conflito Interparental como Preditora da Vitimização por Abuso Severo

Variáveis Independentes	Valores de Beta	Valores Semiparciais
C	.133*	.133
CC	.108	.078
AM	.022	.022
	$R^2_{ajustado}$.014
	$F(1,264)$	4.73*

Nota. C= Culpabilização pelo conflito interparental; CC= Conteúdo de culpabilização pelo conflito interparental; AM= Percepção de ameaça pelo conflito interparental.

* $p < .05$

Ainda respeitante à vitimização através de violência relacional e física (ver Tabela 9), verificámos que este modelo é significativo, ($F(1,263)=3.97$, $p=.047$; $R_a^2=.021$), embora explique uma proporção muito baixa da variabilidade deste tipo de violência (2.1%) evidenciando uma relação com uma intensidade muito fraca ($R=.17$). Ainda, esta análise permitiu identificar apenas a frequência e intensidade do conflito ($Beta=.123$; $t(1,263)=1.99$, $p=.047$) como preditor significativo deste tipo de violência, sendo esta relações positiva e o seu contributo individual para a variação deste tipo de vitimização, controlando o efeito das restantes variáveis predictoras, de aproximadamente 12%.

Tabela 15

Conflito Interparental como Preditora da Vitimização por Abuso Relacional/Físico

Variáveis Independentes	Valores de Beta	Valores Semiparciais
FI	.094	.093
C	.123*	.121
CC	.148	.103
AM	.010	.008
	$R^2_{ajustado}$.021
	$F(1,263)$	3.97*

Nota. FI= Frequência e intensidade de conflito interparental; C= Culpabilização pelo conflito interparental; CC= Conteúdo de culpabilização pelo conflito interparental; AM= Percepção de ameaça pelo conflito interparental.

* $p \leq .05$

Análise de Modelos de Mediação

Tendo em conta a revisão de literatura, bem como as análises de predição anteriormente realizadas, para terminar a análise dos dados recolhidos procedemos à

análise de dois modelos de mediações (ver Figura 15) através de Regressões Lineares em Blocos de acordo com Maroco (2007) e segundo os procedimentos propostos por Baron e Kenny (1986), sendo assegurados os pressupostos subjacentes a cada etapa das diferentes análises⁵.

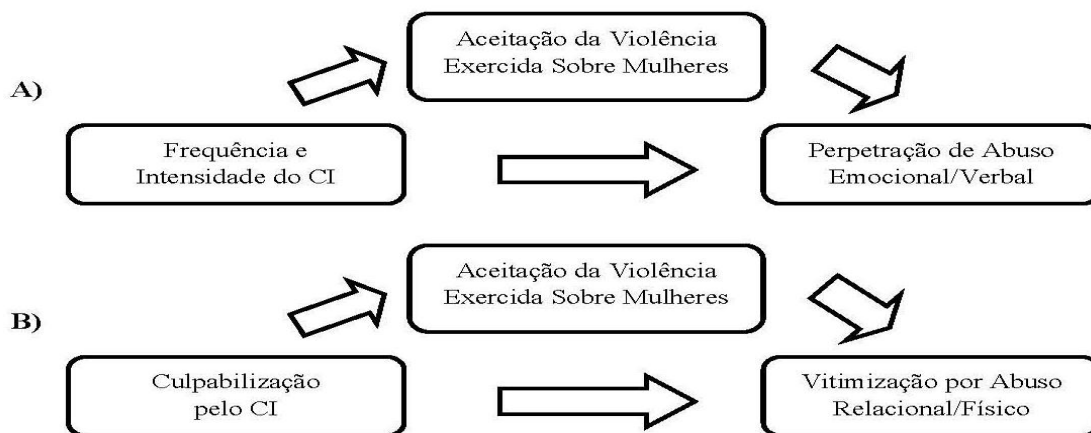


Figura 8. Modelos de mediação testados em Regressão Linear em Blocos. Evidenciando-se apenas um efeito mediador estatisticamente significativo no Modelo B

No que concerne ao primeiro modelo, este não se revelou estatisticamente significativo. Segundo Baron e Kenny (1986) numa mediação revela-se necessário existir uma relação entre a frequência e intensidade do CI sobre a aceitação da violência exercida sobre as mulheres, o que não se revelou estatisticamente significativo, $F(1,264)=.69, p=.408$. Neste sentido, o modelo não se revelou adequado para explicar a relação entre as variáveis, logo não se prosseguiu com a análise do modelo de mediação apresentado.

Relativamente à análise do segundo modelo de mediação, este revelou-se estatisticamente significativo. A análise da primeira etapa da mediação revelou que o modelo é adequado para explicar a relação entre a culpabilização pelo CI e a aceitação da violência exercida sobre as mulheres, $F(1,264)=19.63, p<.001$. Esta relação revelou uma fraca intensidade ($R=.26$), sendo 6.9% da variação da aceitação deste tipo de violência explicada pela culpabilização. O efeito preditor da culpabilização sobre a aceitação deste tipo de violência é estatisticamente significativo, $t(1,264)=4.43, p<.001$, sendo esta relação positiva ($B=.040$).

Analisando a segunda etapa do modelo evidenciou que este é adequado para explicar a relação entre a culpabilização pelo CI e a vitimização através de violência relacional e

⁵ Considerando-se uma probabilidade de erro tipo I de 0,05.

física, $F(1,264)=5.30$, $p=.022$. Esta relação revelou uma intensidade muito fraca ($R=.14$), sendo 2% da variação deste tipo de vitimização explicado pela culpabilização pelo CI. O efeito preditor da culpabilização sobre este tipo de vitimização é estatisticamente significativo, $t(1,264)=2.30$, $p=.022$, sendo esta relação positiva ($B=.018$).

Por último, analisando a terceira etapa do modelo de mediação, especificamente para aferir sobre o efeito mediador da variável aceitação da violência exercida sobre as mulheres sobre a relação da culpabilização pelo CI sobre a vitimização através de abuso relacional e físico revelou-se estatisticamente significativo. O modelo apresentado revelou-se adequado para explicar a relação entre as variáveis, $F(1,263)=7.71$, $p=.001$, verificando-se uma relação de fraca intensidade ($R=.24$), sendo 5.5% da variação deste tipo de vitimização explicado pela culpabilização pelo CI e pela aceitação da violência exercida contra as mulheres. O efeito mediador da aceitação da violência exercida sobre as mulheres é estatisticamente significativo, $t(2,263)=3.15$, $p=.002$, revelando uma relação positiva ($Beta=.196$) com a vitimização através de abuso relacional e físico.

A variabilidade ocorrida nos efeitos das variáveis predictoras evidenciou a existência de uma mediação total, uma vez que com a entrada da aceitação da violência exercida sobre as mulheres no modelo o efeito da culpabilização pelo CI sobre a vitimização através de abuso relacional e físico deixa de ser estatisticamente significativo, $t(2,263)=1.43$, $p=.154$. A solidez deste modelo pode ser demonstrada através da significância do efeito indireto⁶ da variável mediadora (teste de *Sobel* $Z=3.66$, $p<.001$). Ainda, a variável aceitação da violência exercida sobre as mulheres detém um poder preditivo superior ($Beta=.196$) ao da variável culpabilização pelo CI ($Beta=.089$), sendo o contributo da primeira variável para a variação da vitimização através de abuso relacional e físico, controlando o efeito das restantes variáveis (19%) superior ao contributo proporcionado pela culpabilização pelo CI (9%).

⁶ Calculado segundo os procedimentos referidos por Preacher e Leonardelli (2001).

Discussão

Em seguida serão discutidos os principais resultados obtidos neste estudo, à luz da teoria e investigação que tem sido desenvolvida e que foi anteriormente apresentada. Primeiramente serão analisadas as prevalências obtidas sobre a VN, atitudes legitimadoras deste tipo de violência e sobre o CI. Posteriormente será realizada uma reflexão sobre as evidências empíricas deste estudo no que concerne às diferenças de gênero e de escolaridade nas variáveis em estudo. Seguindo-se uma reflexão sobre a análise do valor preditivo da aceitação da VN e da exposição ao CI na VN. Ainda, serão apresentadas algumas investigações que suportam as evidências empíricas deste estudo no que concerne aos modelos de mediação testados na presente investigação.

Prevalência Obtidas

No que concerne aos resultados obtidos no presente estudo sobre a perpetração de VN, evidenciou-se que os participantes relataram ser mais frequente, durante um conflito na relação amorosa, as estratégias positivas de resolução de conflitos (91%). Observando-se uma percentagem significativa de participantes envolvidos numa relação amorosa caracterizada pela violência emocional/verbal (32%).

Referente aos resultados obtidos sobre a vitimização de VN, à semelhança da perpetração, as estratégias positivas de resolução de conflitos foram o comportamento mais frequentemente relatado pelos participantes (91%). Evidenciando-se também uma percentagem estatisticamente significativa de participantes envolvidos numa relação amorosa caracterizada pela violência emocional/verbal (33%).

Os valores de prevalência de VN supracitados, vão ao encontro dos resultados evidenciados em investigações desenvolvidas internacionalmente (e.g. Hunter, 2009), revelando que um número significativo de jovens envolvidos em relações amorosas violentas. Contudo, apesar das semelhanças com outros estudos desenvolvidos a nível nacionais (e.g. Caridade, 2008, 2011), os níveis de prevalência obtidos nesta investigação sobre a ocorrência de VN não foram tão elevados como os valores evidenciado em outras investigações. Neste sentido, e tendo em consideração os objetivos de investigação, os resultados obtidos eram teoricamente esperados, embora os valores de prevalência fossem baixos, permitindo corroborar a hipótese de investigação apresentada.

A literatura desenvolvida nesta área permite evidenciar possíveis explicações para o relato de baixos valores de perpetração e vitimização de VN. Como referido por

diversos autores (e.g. Wolfe et al., 2001) o relato de atos violentos discretos pode ser errônea, ou seja, o indivíduo pode não interpretar um determinado ato como violento. Ainda, uma vez que estes processos são influenciados pelo significado psicológico e contexto abusivo para o próprio indivíduo, diversos autores aconselham a complementaridade entre métodos quantitativos e qualitativos.

Outra possível explicação para os resultados evidenciados neste estudo pode advir do enviesamento pela desejabilidade social, ou seja, as respostas dos participantes poderão ser as socialmente desejáveis, sobretudo quando os instrumentos de autorrelato avaliam comportamentos socialmente indesejados e puníveis, como é o caso da VN (Sugarman & Hotaling, 1997, citados por Wolfe et al., 2001; Volz & Kerig, 2010).

Uma outra explicação para as baixas prevalências de comportamentos violentos poderá relacionar-se com o facto de o CADRI avaliar apenas as relações num determinado período de vida (durante o último ano) e não abrangem toda a experiência amorosa passada do indivíduo (e.g. avaliar as relações amorosas nos últimos três anos) (Volz & Kerig, 2010).

Ainda, sendo o CADRI um instrumento que afere sobre comportamentos violentos específicos que ocorreram num determinado período, deve-se ter em conta o efeito da memória do próprio indivíduo no relato deste tipo de experiências (Jouriles et al., 2005), que podem refletir-se em erros nos relatos obtidos (Hindelang, Hirschi, & Weis, 1981, citados por Gover et al., 2008), nomeadamente quando os participantes tentam recordar diferentes comportamentos violentos que ocorreram nas suas relações amorosas passadas. Neste sentido, o efeito de memória (erros nos relatos obtidos) poderá contribuir para uma melhor compreensão dos resultados obtidos no presente estudo, refletindo-se numa subvalorização dos comportamentos violentos ocorridos em relações passadas que espelham os baixos valores de ocorrência de VN obtidos neste estudo. Segundo Jouriles e colaboradores (2005) uma forma de ultrapassar este problema prende-se com o recurso a estratégias de avaliação cumulativas.

Como demonstrado por Rubin (1982, citado por Jouriles et al., 2005) a memória de experiências pessoais deteriora-se com a passagem do tempo, existindo evidências de que as experiências negativas são mais rapidamente esquecidas que as experiências positivas (Rubin & Berntsen, 2003, citados por Jouriles et al., 2005).

Relativamente aos resultados obtidos nesta investigação sobre as atitudes legitimadoras de VN e como referido anteriormente, os dados obtidos revelaram uma tendência generalizada, entre os participantes, para a desaprovação da VN (baixa

tolerância). Os resultados deste estudo encontram-se em consonância com diversas investigações desenvolvidas nesta área, quer ao nível internacional (e.g. Ismail et al., 2007) como nacional (e.g. Caridade 2008, 2011). Neste sentido, e tendo em conta os objetivos e hipóteses de investigação, os resultados obtidos eram teoricamente esperados.

A literatura desenvolvida nesta área, apesar de evidenciar uma tendência global para a desaprovação juvenil da violência, revela que uma percentagem significativa destes indivíduos encontra-se envolvida numa relação amorosa violenta. Evidenciando uma contradição (dissonância) entre os dados atitudinais e comportamentais, também evidenciada na presente investigação. Williams e colaboradores (2008) defendem que a dissonância entre atitudes e comportamento deve-se a resultados de intervenções tradicionalmente realizadas na área da VN, centradas sobretudo na diminuição das atitudes legitimadoras. Outros autores (e.g. Parke & Lewis, 1973, citados por Caridade 2008, 2011) defendem que este fenómeno poderá derivar da possibilidade de coexistência de “atitudes e valores conflitantes”.

Diversos autores (e.g. Caridade & Machado, 2006; Machado, Matos, & Moreira, 2003, citados por Caridade 2008, 2011) defendem como possíveis explicações para uma baixa tolerância face à VN, a influência dos media, a implementação de programas de prevenção nas escolas, bem como a desejabilidade social associada ao fenómeno de VN.

Neste sentido, o presente estudo permite evidenciar que apesar de atualmente existir uma maior consciencialização e contestação social face à VN, que influenciam as atitudes (desaprovação) dos indivíduos, permanece o legado de uma sociedade patriarcal, caracterizada pela dominância masculina e submissão feminina (Caridade 2008, 2011).

A apresentação dos resultados desta investigação, realizada anteriormente, evidencia valores baixos ou médios de perceções e avaliações dos conflitos interpARENTAIS a que os participantes se encontram sujeitos. Estas evidências empíricas que não vão ao encontro à revisão de literatura apresentada anteriormente, que embora caracterizada por elevada controvérsia no que concerne aos valores de perceções e avaliações esperados pelos relatos dos participantes (diferentes investigações recorrem a diferentes definições e operacionalizações), evidencia que geralmente são reportados valores moderados e até elevados (e.g. Grych, 1998; Grych et al., 1992; Sani, 2003). Neste sentido, e tendo em

conta os objetivos e hipóteses de investigação, os resultados obtidos não seriam teoricamente esperados.

A literatura desenvolvida nesta área elucida sobre uma possível explicações para os baixos valores reportados sobre as percepções e avaliações do CI realizado pelos adolescentes. Nomeadamente, o facto de os adolescentes tenderem a investir menos nas relações familiares, desenvolvendo maior independência, comparativamente às crianças mais novas (Stemmler & Petersen, 1999, citados por Kim et al., 2008). Outros autores referem que os adolescentes passam menos tempo com os seus pais e encontram-se focados no desenvolvimento e manutenção das suas próprias relações sociais (Dubas & Gerris, 2002, citados por Kim et al., 2008).

Neste sentido, durante a adolescência o desenvolvimento de um maior distanciamento dos acontecimentos que ocorrem em contexto familiar, iniciando o desenvolvimento de relações mais amplas em diferentes contextos sociais, pode refletir-se em menores níveis de percepção e interpretação sobre os acontecimentos familiares.

Diferenças Segundo o Género

No que concerne aos resultados obtidos nesta investigação relativamente à perpetração e vitimização de VN, apenas verificámos diferenças de género estatisticamente significativas na perpetração de violência relacional/sexual, observando-se valores superiores no género masculino, embora os valores obtidos sejam muito baixos.

Tendo em consideração a revisão de literatura apresentada anteriormente, os resultados obtidos nesta investigação eram teoricamente esperados. Estes resultados vão ao encontro da crença generalizada do homem como agressor e a mulher como vítima (McDonell et al., 2010), como evidenciado por diversos estudos internacionais (e.g. Banyard et al., 2006; Hunter, 2009) e nacionais (e.g. Lucas, 2002, citado Caridade 2008, 2011) que observaram valores superiores de perpetração de VN no género masculino, comparativamente ao género feminino. Assim, os resultados obtidos permitem corroborar, embora parcialmente, a hipótese de investigação anteriormente apresentada.

Diversos autores (e.g. Caridade 2008, 2011; Wolfe et al., 2001) reiteram que a existência de diferenças de critérios de definição de agressividade e comportamentos violentos, entre homens e mulheres, bem como diferentes interpretações de itens específicos relativos a determinadas formas de violência (e.g. empurrar), ou seja, diferenças na representação da violência do que referente aos próprios comportamentos

abusivos poderão contribuir para a compreensão do relato de valores superiores no gênero masculino.

Relativamente aos resultados obtidos neste estudo, alusivos às atitudes legitimadoras de VN (aceitação da violência exercida sobre as mulheres), verificamos diferenças de gênero estatisticamente significativas, observando-se valores superiores no gênero masculino, embora os valores sejam muito baixos.

Os presentes resultados são corroborados por diversas investigações desenvolvidas nesta área, quer ao nível internacional (e.g. McDonnell et al., 2010), como a nível nacional (e.g. Caridade 2008, 2011). Tendo em consideração os objetivos deste estudo, os resultados obtidos permitem corroborar a hipótese de investigação formulada.

A vasta literatura desenvolvida nesta área revela um conjunto de possíveis explicações para o relato de valores de tolerância face a este tipo de violência superiores no gênero masculino. Nomeadamente, a possibilidade de os homens não experienciarem os comportamentos abusivos como tal, deriva das diferenças nas representações cognitivas sobre a VN entre géneros (Caridade, 2008, 2011).

Diversos autores defendem como possível explicação as diferenças de socialização segundo o gênero. Segundo alguns teóricos a perpetração de violência na sociedade será influenciada pelas atitudes patriarcais e tradicionais sobre as mulheres, provenientes de processos de socialização diferenciada entre géneros e que são edificados na nossa cultura ocidental (Caridade, 2008, 2011; Kalmuss, 1984, citado por Gover et al., 2008). De acordo com a cultura e sociedade em que o indivíduo se insere, os rapazes são socializados para a atividade, afirmação, autonomia e bem-estar individual (foco na funcionalidade da violência para atingir os seus objetivos; maior legitimação/aceitação da violência), enquanto as raparigas, seriam educadas para as relações interpessoais (focando-se na relação e necessidades do outro; sensíveis às consequências nefastas do conflito e submissão) (Callahan, Tolman & Saunders, 2003, citados por Matos et al., 2006; Cummings e Davies, 1994; Davies & Lindsay, 2001, 2004; Hester, Pearson & Harwin, 2000, citados por Sani, 2003). Esta diferenciação de papéis entre géneros espelha-se nas atitudes conservadoras (tendência para legitimar/tolerar a violência exercida contra as mulheres) adotadas pelos homens e que podem explicar os valores superiores de perpetração masculina de VN (Bernard, Bernard, & Bernard, 1985, citados por Gover et al., 2008; Caridade, 2008, 2011).

De referir, que segundo alguns autores (e.g. Machado, Matos, & Moreira, 2003, citados por Caridade 2008, 2011; Caridade & Machado, 2006) a desaprovação juvenil face à VN poderá refletir a influência dos media, de programas de prevenção e intervenção, bem como à influência da desejobilidade social associada a este fenómeno.

Tendo em consideração os dados obtidos nesta investigação relativamente à exposição ao CI, apenas verificámos diferenças de género estatisticamente significativas na culpabilização pelo conflito, observando-se valores superiores no género masculino, embora com relato de valores baixos. Ainda, observaram-se diferenças de género estatisticamente significativas na perceção de frequência/intensidade e de ameaça pelo CI, evidenciando o relato de valores médios e superiores no género feminino.

Como evidenciado pela revisão de literatura apresentada, a variável género é referenciada por vários autores (e.g. Rossman, et al., 2000, citados por Sani, 2003), como a menos consistentes no que respeita aos seus efeitos na exposição ao CI. Neste sentido, os resultados deste estudo vão ao encontro de diversas investigações desenvolvidas nesta área (e.g. Moura & Matos, 2008) que evidenciaram valores superiores junto das mulheres. Contudo, e embora algumas investigações (e.g. Emery & O'Leary, 1984, citados por Grych & Fincham, 1990) evidenciem associações em ambos os géneros, tendo em consideração os objetivos de investigação, os valores superiores obtidos junto do género masculino não seriam teoricamente esperados, sendo que os valores superiores no género feminino corroboram (parcialmente) a hipótese de investigação formulada.

A literatura desenvolvida nesta área, embora controversa, elucida sobre algumas possíveis explicações para os resultados evidenciados na presente investigação. Especificamente, os padrões de socialização de género que influenciam a interpretação da violência, refletindo as mensagens culturais e sociais em torno da normalização e aprovação da violência masculina na intimidade. Neste sentido, a reatividade diferenciada entre géneros reflete a socialização diferenciada entre os mesmos, onde existe aprovação da violência na intimidade perpetrada pelo homem e onde as mulheres aprendem a aceitação e dominação masculina (Caridade 2008, 2011; Grych, 1998; O'Keefe & Treister, 1998; Simon & Furman, 2010). Neste sentido, o género feminino seria mais sensível ao potencial impacto do CI, contribuindo para a compreensão do relato de valores superiores de perceção e avaliação do CI junto das mulheres.

Segundo Davies e Lindsay (2001, 2004) as diferentes explicações para os efeitos do género da criança/adolescente no impacto da exposição ao CI, bem como a sua resposta ao conflito, podem ser agrupadas em dois grandes modelos teóricos baseados nas diferenças de socialização entre géneros. O modelo de vulnerabilidade masculina que reitera que os rapazes são mais suscetíveis aos efeitos negativos do conflito marital do que as raparigas, contribuindo para a explicação dos valores superiores evidenciados no género masculino. Por outro lado, o modelo de reatividade diferencial sustenta que os rapazes e as raparigas podem experienciar níveis comparáveis de *stress*, que se manifesta de forma diferente (rapazes tenderiam mais a externalizar e as raparigas a internalizar) entre os géneros e que contribui para a compreensão dos valores superiores evidenciados no género feminino.

Outra possível explicação para os valores superiores no género feminino pode relacionar-se com o facto de maior investimento por parte das mulheres em relacionamentos interpessoais. Assim, uma vez que se encontram emocionalmente mais próximas dos pais, o género feminino seria sensível a acontecimentos negativos como o CI (e.g. Buchanan, Maccoby, & Dornbusch, 1992, citados por Moura & Matos, 2008).

Diferenças Segundo o Ano de Escolaridade

No que concerne aos resultados obtidos nesta investigação relativamente à perpetração e vitimização de VN, apenas averiguámos diferenças de escolaridade estatisticamente significativas na perpetração de estratégias positivas de resolução de conflitos (relatos de valores elevados), na perpetração de violência relacional/sexual (relatos de valores muito baixos) e na vitimização por estratégias positivas de resolução de conflitos (relatos de valores elevados). De referir, que em todas as diferenças obtidas, foram os jovens mais velhos que reportaram valores de maior frequência deste tipo de comportamentos numa relação amorosa.

Os resultados desta investigação vão ao encontro de algumas investigações desenvolvidas internacionalmente (e.g. Sears & Byers, 2010) e a nível nacional (e.g. Lucas, 2002, citado Caridade 2008, 2011). Neste sentido, e tendo em conta os objetivos deste estudo, os resultados obtidos permitem corroborar a hipótese de investigação formulada.

Como referido anteriormente, a literatura e investigação desenvolvida sobre esta temática permite elucidar sobre possíveis explicações para os resultados obtidos nesta investigação. Embora a maioria das investigações evidencie que os indivíduos mais

novos relatavam valores superiores de VN derivado à falta ou inadequada competência dos adolescentes mais novos em resolverem os conflitos amorosos, que podem resultar em comportamentos de violência na relação amorosa (Sears & Byers, 2010). Torna-se possível compreender os valores superiores obtidos neste estudo, junto de jovens mais velhos, relativamente ao recurso de estratégias positivas de resolução de conflitos e referentes à perpetração de violência relacional/sexual. Este tipo de comportamentos associa-se a níveis superiores de competências pessoais e maturidade do indivíduo que são mais facilmente identificadas junto de indivíduos mais velhos, comparativamente a indivíduos mais novos.

Relativamente aos resultados obtidos neste estudo sobre as atitudes legitimadoras de VN, não verificámos diferenças de escolaridade estatisticamente significativa. Os resultados deste estudo são um pouco inesperados, uma vez que a maioria das investigações desenvolvidas nesta área revela a existência de diferenças estatisticamente significativas, evidenciando valores superiores de tolerância face à VN junto de indivíduos mais novos, comparativamente aos indivíduos mais velhos (e.g. McDonell et al., 2010). Considerando os objetivos deste estudo, os resultados obtidos não permitem corroborar a hipótese de investigação formulada.

Podem ser mencionadas algumas explicações possíveis para que os dados obtidos nesta investigação não tenham evidenciado a existência de diferenças estatisticamente significativas. Nomeadamente, 1) o facto de a operacionalização da variável idade ter sido realizada através da variável “ano de escolaridade frequentado pelo participante”; 2) o facto de a amostra neste estudo ser pouco heterogénea, refletindo-se numa homogeneização de respostas dos participantes; 3) os valores obtidos podem espelhar a deseabilidade social existente sobre o fenómeno de VN, que perante um instrumento de autorrelato, leva o participante a responder o que seria socialmente esperado que respondesse; ainda, 4) os valores podem derivar da fraca amplitude do instrumento utilizado (número de itens reduzido) para aferir sobre as atitudes legitimadoras.

À semelhança dos resultados obtidos nesta investigação sobre as atitudes, relativamente às perceções e avaliações do CI, também não averiguámos diferenças de escolaridade estatisticamente significativa. Neste sentido, os resultados desta investigação não vão ao encontro à maioria das investigações desenvolvidas nesta área que evidenciam a existência de diferenças estatisticamente significativas, revelando

valores superiores de percepção e avaliação dos conflitos interpARENTAIS junto dos indivíduos mais novos. Contudo e considerando os objetivos e hipóteses de investigação, os resultados obtidos não eram teoricamente esperados, embora algumas investigações evidenciam que não existem diferenças (e.g. Moura & Matos, 2008). Assim, a hipótese de investigação formulada não foi corroborada.

A vasta literatura e investigação desenvolvida nesta área elucida sobre uma possível explicação para os resultados evidenciados neste estudo, especificamente o facto de os adolescentes desenvolverem novas e estáveis predisposições para explicarem e lidarem com os eventos negativos, comparativamente aos pré-adolescentes e crianças mais novas (Turner & Cole, 1994, citados por McDonald & Grych, 2006), o que poderá contribuir para que as crianças mais velhas e os adolescentes, revelem-se mais reservadas e secretistas em relação ao contexto familiar, recorrem a métodos mais complexos e diversificados para lidarem com o CI (Sani, 2003).

Como defendido por diversos autores (e.g. Gerard et al., 2005; Grych, 1998; Grych & Fincham, 1990; McDonald & Grych, 2006) as crianças mais jovens podem apenas perceber a ameaça perante o CI, revelando dificuldades na compreensão das implicações subjacente ao mesmo, enquanto os adolescentes revelam maior capacidade de interpretação dos conflitos e têm em conta as suas competências para lidarem com o mesmo, recorrendo a estratégias de coping mais sofisticadas e diferenciadas.

Neste sentido, uma vez que a amostra neste estudo foi composta por adolescentes (amostra homogénea) os relatos obtidos podem ter sido influenciados por características e predisposições dos próprios participantes, que encontrando-se numa fase desenvolvimental de distanciamento e maior secretismo relativamente aos acontecimentos que ocorrem em contexto familiar, espelham uma tendência homogénea na resposta dos participantes referentes às suas percepções e avaliações sobre o CI.

Fatores Preditivos da Violência no Namoro

Relativamente aos resultados obtidos nesta investigação sobre o valor preditivo das atitudes legitimadoras de VN na VN, evidenciou-se que a aceitação da violência exercida contra as mulheres será variável preditora da perpetração emocional/verbal, da vitimização relacional/física e da vitimização por estratégias positivas de resolução de conflitos.

As evidências empíricas desta investigação vão ao encontro das investigações desenvolvidas internacionalmente (e.g. Connolly et al., 2010). Neste sentido, e tendo em

consideração os objetivos deste estudo, os resultados obtidos eram teoricamente esperados, permitindo corroborar a hipótese de investigação apresenta anteriormente.

Como evidenciado pela revisão de literatura, apresentada anteriormente, as atitudes legitimadoras de VN revelam-se importantes preditores da VN. Sendo evidenciado na literatura um conjunto de explicações para este fenómeno, nomeadamente a transmissão de valores patriarcais, em sociedade, que intensificam a desigualdade de controlo e poder entre géneros (domínio masculino e submissão feminina), pelo que, a VN seria uma forma legitimada do poder masculino para manter o status quo (Dobash & Dobash, 1992, citados por Shorey et al., 2008; Giordano et al., 2010).

Outra possível explicação referida por Gelles (1997) reitera que no sistema familiar existe transmissão de valores ideológicos e sociais que propiciam o desenvolvimento de crenças legitimadoras de violência, que por sua vez, aumentam a probabilidade de recurso a condutas violentas. No mesmo sentido, segundo o modelo cognitivo-situacional da VN, a exposição à violência interparental promove a aceitação deste tipo de comportamento, aumentando a probabilidade de recurso à violência nas relações amorosas futuras (Riggs & O'Leary, 1989, 1996). Apoiando esta teoria, o ciclo de violência desenvolvido por Curtis (1963, citado por Sani, 2003) refere que a modelagem exercida pelo progenitor violento e o reforço associado aos comportamentos violentos em contexto familiar, possibilitam a aprendizagem da legitimação da violência.

No que concerne às evidências empíricas obtidas neste estudo sobre o valor preditivo da exposição ao CI na VN, evidenciou-se que a frequência/intensidade do conflito será variável preditora da perpetração e da vitimização emocional/verbal. Observámos que a culpabilização pelo CI prediz a vitimização severa e relacional/física. Ainda, este estudo demonstrou que a avaliação sobre o conteúdo do CI será variável preditora da perpetração física.

Os resultados obtidos nesta investigação vão ao encontro das investigações desenvolvidas internacionalmente (e.g. Simon & Furman, 2010). Ainda de referir, que algumas investigações (e.g. Hunter, 2009) não evidenciam existência de relação preditiva entre as variáveis. Neste sentido, e tendo por base os objetivos deste estudo, os resultados obtidos permitem corroborar a hipótese de investigação formulada.

Semelhante ao evidenciado anteriormente e segundo a revisão de literatura, supracitada, as atitudes legitimadoras de VN revelam-se importantes preditores da VN. Sendo evidenciado na literatura um conjunto de explicações para este fenómeno,

nomeadamente alguns autores reiteram que os indivíduos que testemunharam ou foram vítimas de violência, em contexto familiar, revelam maior probabilidade de recorrerem a comportamentos violentos no futuro, através da aprendizagem de que a violência pode ser funcional, uma vez que expressa a insatisfação, resolve problemas e permite controlar outros indivíduos (Clarey et al., 2010; Foshee et al., 1999; Hunter, 2009; Shorey et al., 2008; Widom, 1989, citado por Oliveira & Sani, 2009).

Análise de Modelos de Mediação

Considerando os resultados anteriormente apresentados e relativamente aos modelos de mediação da relação entre a exposição ao CI e a VN testados nesta investigação, apenas verificámos uma mediação estatisticamente significativa relativamente à vitimização de VN. Especificamente observámos uma mediação total, pela aceitação da violência exercida contra as mulheres, na relação entre a culpabilização pelo CI e a vitimização relacional/física. Neste sentido, os resultados desta investigação seriam teoricamente esperados e vão, parcialmente, ao encontro de algumas investigações desenvolvidas internacionalmente (e.g. Clarey et al., 2010; Kinsfogel & Grych, 2004), permitindo corroborar (parcialmente) a hipótese de investigação formulada.

Conclusões

Como referido anteriormente, a presente investigação pretende contribuir com novos conhecimentos relativo à relação da VN, as atitudes legitimadoras deste tipo de violência e a exposição ao CI.

Os resultados obtidos na presente investigação permitem evidenciar uma percentagem significativa de participantes envolvidos no fenómeno de VN. Neste estudo verificou-se a existência de diferenças de género estatisticamente significativas, observando-se o relato de valores superiores de envolvimento numa relação abusiva, de maior tolerância face à VN e maior perceção e avaliação do CI, junto dos participantes do género masculino; sendo relatados valores superiores de avaliação de ameaça e frequência/intensidade do CI pelo género feminino.

Segundo os resultados desta investigação apenas se verificaram diferenças de escolaridade estatisticamente significativas relativamente à VN, registando-se o relato de valores superiores em jovens mais velhos.

Os resultados obtidos neste estudo evidenciam que a aceitação deste tipo de violência, bem como o CI seriam variáveis preditoras de VN. Ainda de referir, a evidência de que a aceitação da violência exercida sobre as mulheres medeia (totalmente) a relação entre a culpabilização pelo CI e a vitimização por abuso relacional/físico.

No que concerne aos instrumentos utilizados nesta investigação, deverá ser realizada uma reflexão relativamente à sua adequabilidade para a população juvenil portuguesa.

Tendo em consideração a literatura e estudos desenvolvidos na área da VN, recorreu-se ao instrumento CADRI que revelou-se adequado à população juvenil portuguesa. Segundo o estudo desenvolvido por Wolfe e colaboradores (2001) a versão do instrumento com maior validade exclui as escalas de abuso sexual e relacional. Contudo, na presente investigação após análise fatorial deste instrumento a divisão dos itens pelas diferentes subescalas sofreu um arranjo um pouco diferente do utilizado pelos autores deste instrumento, onde a violência relacional e sexual constituem uma só subescala. Neste sentido, a utilização do CADRI junto de amostras juvenis portuguesas requer mais investigação.

Relativamente ao instrumento ADVS utilizado neste estudo, apesar de todas as vantagens mencionadas anteriormente, revelou-se pouco adequado para a população juvenil portuguesa. As evidências empíricas deste estudo, ao contrário dos resultados

obtidos em estudos internacionais, revelaram baixos valores de consistência interna e revelam-se pouco esclarecedores relativamente à organização das diferentes subescalas que compõem este instrumento. Ainda, os resultados obtidos nesta investigação, embora exploratórios, podem refletir que o ADVS revela-se um instrumento de autorrelato facilmente influenciado pela desejabilidade social (enviesamento das respostas dos participantes) (Caridade, 2008, 2011), podendo contribuir para uma melhor compreensão da fraca variabilidade dos dados obtidos que espelham uma tendência para a baixa tolerância face à VN reportadas pelos participantes deste estudo.

Considerando os instrumentos utilizados nesta investigação e considerando a literatura e estudos desenvolvidos na área da exposição ao CI, recorreu-se ao instrumento CPIC que se revelou adequado à população juvenil portuguesa. No entanto, após análise fatorial, o arranjo dos itens que compõem este instrumento sofreu algumas alterações, comparativamente à organização dos autores que desenvolveram este instrumento. Semelhante a outras investigações (e.g. Grynych et al., 1992; Sani, 2003) eliminou-se a subescala de triangulação.

Realizando uma reflexão final sobre todo o trabalho desenvolvido nesta dissertação, devem ser mencionadas algumas limitações metodológicas subjacentes à presente investigação, nomeadamente o facto de se ter recorrido a uma amostra por conveniência (participantes recolhidos em quatro escolas do ensino secundário público apenas num distrito), não sendo possível generalizar os resultados obtidos para população juvenil portuguesa (Fernandez-Fuertes & Fuerte, 2010; Swahn et al., 2010). Outra limitação poderá relacionar-se com o tamanho reduzido da amostra obtida (266 participantes) derivado a todas as burocracias e dificuldades em conseguir escolas que voluntariamente participassem nesta investigação.

Especificamente relacionado com os instrumentos utilizados nesta investigação, também se pode mencionar um conjunto de limitações, como por exemplo o facto de o instrumento final utilizado neste estudo ser muito extenso (compilação de três questionários) e que poderá ter influenciado a resposta dos participantes, permitindo compreender o facto de terem sido eliminados 18 participantes, da amostra inicial, por não terem completado todo o instrumento. Uma outra limitação prende-se com o facto de os instrumentos utilizados serem métodos quantitativos (autorrelato) sujeitos ao enviesamento pela desejabilidade social, ou seja, as respostas obtidas poderão ser socialmente desejáveis, sobretudo relacionados com comportamentos socialmente

indesejados e puníveis, como é o caso violência interpessoal (Shorey et al., 2008; Volz & Kerig, 2010). Como referido anteriormente, o CADRI apenas avalia as relações num determinado período de vida (durante o último ano) (Volz & Kerig, 2010), os itens de violência sexual do CADRI revelam-se muito centrados no ato de violação, não abrangendo os atos coercivos e intimidantes que antecedem o ato sexual (Volz & Kerig, 2010), ainda, sendo um instrumento preenchido apenas por um indivíduo (relativamente aos seus comportamentos e àqueles de que é alvo por parte do outro elemento da díade) pode contribuir para a subvalorização da real prevalência da VN, uma vez que os relatos sobre os comportamentos a que se encontram sujeitos podem não ser representativos do relato real e interpretações realizado pelo seu parceiro (Hanley & O'Neill, 1997, citados por Shorey et al., 2008; Saavedra, 2010). Relativamente ao instrumento ADVS e como referido anteriormente, os itens que compõem este instrumento revelam-se muito diretivos e reduzidos, também sujeitos a enviesamento pela desejabilidade social.

No que concerne a futuras investigações que sejam desenvolvidas na área de VN, o presente estudo e revisão de literatura realizada, permitem elucidar sobre um conjunto de sugestões com o intuito de que novas investigações contribuam com novos conhecimentos, teóricos e empíricos, sobre este fenómeno. Nomeadamente, a importante complementaridade de metodologias quantitativas e qualitativas para uma melhor e mais profunda análise/compreensão sobre a VN (e.g. Fernandez-Fuertes & Fuerte, 2010). Por exemplo, contribuindo para esclarecer algumas inconsistências evidenciadas na literatura sobre as diferenças entre géneros nos comportamentos de VN (DeKeseredy & Schwartz, 1998, citados por Caridade & Machado, 2006), ou sobre os diferentes contextos em que podem ocorrer abusos numa relação amorosa (e.g. motivos atribuídos; sequência e interação entre os atos abusivos; significância atribuída por cada interveniente) (Caridade, 2008, 2011; Saavedra, 2010).

Estudos futuros deverão recorrer a instrumentos que possibilitem aferir sobre o fenómeno de VN através da díade (relação amorosa), ao invés de um mesmo participante reportar os seus atos e aqueles de que é alvo (Fernandez-Fuertes & Fuerte, 2010). Outra sugestão prende-se com a análise sobre a violência mútua que pode ocorrer numa relação amorosa (Volz & Kerig, 2010). Sendo ainda sugerido, futuras análises sobre as diferenças de manifestações de VN em relações atuais e passadas. Ainda, segundo Hunter (2009) devem ser desenvolvidos estudos longitudinais na área da VN com o intuito de avaliarem a estabilidade das diferentes expressões de VN.

Futuros estudos deverão analisar a influência de outras variáveis que podem influenciar a ocorrência de VN e que são menos estudadas, como por exemplo, analisar a influência das distorções cognitivas e agressividade. Ainda, deverão ser desenvolvidos estudos com o intuito de analisar o papel de outras variáveis mediadoras (e.g. características da relação; efeito dos media; agressividade) da relação entre a exposição ao CI e a VN.

De referir, que as controvérsias evidenciadas na literatura sobre a VN, aceitação deste tipo de violência e exposição ao CI refletem a necessidade de se desenvolverem estudos com amostras representativas, com especial relevância dos estudos com amostras juvenis portuguesas. Ainda, considerando o desenvolvimento de futuras investigações nacionais na área da VN, propõem-se o desenvolvimento de estudos com o intuito de se desenvolverem instrumentos alternativos aos que recorrentemente são utilizados junto da população juvenil. Propondo-se o desenvolvimento de uma versão mais reduzida do CADRI e do CPIC, bem como o desenvolvimento de novos instrumentos de avaliação atitudinal (breves e menos diretivos que o ADVS) que poderão advir, como exemplo, do instrumento “*Attitudes Toward Dating Violence Scale*” desenvolvido por Price, Byers e The Dating Violence Research Team (1999, citados por Saavedra, 2010).

Em suma, a presente dissertação, ainda que com algumas limitações, permitiu corroborar as evidências nacionais e internacionais de que a VN revela-se uma realidade preocupante e crescente entre os adolescentes. Contribuindo ainda, para uma melhor compreensão, teórica e empírica, da relação entre a VN, a aceitação deste tipo de violência e a exposição ao CI.

Referências

- Alarcão, M. (2002). *(Des)equilíbrios familiares: Uma visão sistémica*. Lisboa: Quarteto. ISBN: 972871730X
- Arriaga, X. B., & Foshee, V. A. (2004). Adolescent dating violence: Do adolescents follow in their friend's, or their parent's, footsteps? *Journal of Interpersonal Violence, 19*(2), 162-184. doi:10.1177/0886260503260247
- Banyard, V. L., Cross, C., & Modecki, K. L. (2006). Interpersonal violence in adolescence: Ecological correlates of self-reported perpetration. *Journal of Interpersonal Violence, 21*(10), 1314-1332. doi:10.1177/0886260506291657
- Baron, R., & Kenny, D. (1986). The moderator-mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic and statistical considerations. *Journal of Personality and Social Psychology, 51*(6), 1173-1182. doi:10.1037/0022-3514.51.6.1173
- Bryman, A., & Cramer, D. (2003). *Análise de dados em ciências sociais: Introdução às técnicas utilizando o SPSS para Windows* (D. Lopes, Trad.) (3ª ed.). Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972774169X
- Calheiros, M. M. (2006). *A construção social do mau trato e negligência parental: Do senso comum ao conhecimento científico* (pp. 51-64). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN: 972-31-1132-2
- Caridade, S. M. (2008). *Violência nas relações de intimidade: Comportamentos e atitudes dos jovens* (Tese de doutoramento não publicada). Departamento de Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Caridade, S. M. (2011). *Vivências íntimas violentas: Uma abordagem científica*. Coimbra: Edições Almedina. ISBN: 978-972-40-4576-4
- Caridade, S. M., & Machado, C. (2006) Violência na intimidade juvenil: Da vitimização à perpetração. *Análise Psicológica, 24*(4), 485-493. ISSN:0870-8231
- Clarey, A., Hokoda, A., & Ulloa, E. C. (2010). Anger control and acceptance of violence as mediators in the relationship between exposure to interparental conflict and dating violence perpetration in mexican adolescents. *Journal of Family Violence, 25*(7), 619-625. doi:10.1007/s10896-010-9315-7
- Cleaver, H., Unell, J. & Aldgate, J. (2004). *Children's needs parenting capacity: The impact of parental illness, problems alcohol and drug use, and domestic violence on children's development* (7th ed.). London: The Stationery Office. ISBN:9780117063655

- Connolly, J., Friedlander, L., Pepler, D., Craig, W., & Laporte, L. (2010). The ecology of adolescent dating aggression: Attitudes, relationships, media use, and socio-demographic risk factors. *Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma, 19*(5), 469-491. doi:10.1080/10926771.2010.495028
- Cornelius, T. L., & Resseguie, N. (2007). Primary and secondary prevention programs for dating violence: A review of the literature. *Aggression and Violent Behavior, 12*(3), 364-375. doi:10.1016/j.avb.2006.09.006
- Cummings, E. M., & Davies, P. (1994). *Children and marital conflict: The impact of family dispute and resolution*. New York: The Guilford Press. ISBN:0-89862-304-9
- Cummings, E. M., & Davies, P. (2002). Effects of marital conflict on children: Recent advances and emerging themes in process-oriented research. *Journal of Child Psychology and Psychiatric, 43*(1), 31-63. doi:10.1111/1469-7610.00003
- Cyr, M., McDuff, P., & Wright, J. (2006). Prevalence and predictors of dating violence among adolescent female victims of child sexual abuse. *Journal of Interpersonal Violence, 21*(8), 1000-1017. PMID:16829664
- Davies, P. T., & Lindsay, L. L. (2001). Does gender moderate the effects of marital conflict on children? In J. H. Grych & F. D. Fincham (Eds.), *Child development and interparental conflict: Theory, research, and applications* (pp. 64-92). NY: Cambridge University Press. ISBN:0521651425
- Davies, P. T., & Lindsay, L. L. (2004). Interparental conflict and adolescent adjustment: Why does gender moderate early adolescent vulnerability? *Journal of Family Psychology, 18*(1), 160-170. doi:10.1037/0893-3200.18.1.160
- DeBoard-Lucas, R. L., Fosco, G. M., Raynor, S. R., & Grych, J. H. (2010). Interparental conflict in context: Exploring relations between parenting processes and children's conflict appraisals. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology, 39*(2), 163-175. doi:10.1080/15374410903532593
- Eagly, A. H., & Chaiken, S. (1993). *The psychology of attitudes* (pp. 186-192). Florida: Harcourt Brace College Publishers. ISBN:0155000977
- Eaton, D. K., Davis, K. S., Barrios, L., Brener, N. D., & Noonan, R. K. (2007). Associations of dating violence victimization with lifetime participation, co-occurrence, and early initiation of risk behaviors among U.S. high school students. *Journal of Interpersonal Violence, 22*(5), 585-602. doi:10.1177/0886260506298831
- Emery, R. E. (1982). Interparental conflict and the children of discord and divorce. *Psychological Bulletin, 92*(2), 310-330. doi:10.1037/0033-2909.92.2.310

- Fernández-Fuertes, A. A., Fuertes, A., & Pulido, R. (2006). Evaluación de la violencia en las relaciones de pareja de los adolescentes: Validación del conflict in adolescent dating relationships inventory (CADRI) - versión española. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 6(2), 339-358. ISSN:1697-2600
- Fernández-Fuertes, A. A., & Fuertes, A. (2010). Physical and psychological aggression in dating relationships of spanish adolescents: Motives and consequences. *Child Abuse and Neglect*, 34(3), 183-191. doi: 10.1016/j.chiabu.2010.01.002
- Fincham, F. D., Cui, M., Braithwaite, S., & Pasley, K. (2008). Attitudes toward intimate partner violence in dating relationships. *Psychological Assessment*, 20(3), 260-269. doi:10.1037/1040-3590.20.3.260
- Foshee, V. A. (1996). Gender differences in adolescent dating abuse prevalence, types and injuries. *Health Education Research*, 11(3), 275-286. doi:10.1093/her/11.3.275
- Foshee, V. A., Bauman, K. E., Arriaga, X. B., Helms, R. W., Koch, G. G., & Linder, G. F. (1998). An evaluation of safe dates, an adolescent dating violence prevention program. *American Journal of Public Health*, 88(1), 45-50. PMID:PMC1508378
- Foshee, V. A., Bauman, K. E. & Linder, G. F. (1999). Family violence and the perpetration of adolescent dating violence: Examining social learning and social control processes. *Journal of Marriage and the Family*, 61(2), 331-342. ISSN:0022-2445
- Gelles, R.J. (1997). *Intimate violence in families* (3th ed.). Thousand Oaks: Sage Publications. ISBN:0-7619-0122-1
- Gerard, J. M., Buehler, C., Franck, K., & Anderson, O. (2005). In the eyes of the beholder: Cognitive appraisals as mediators of the association between interparental conflict and youth maladjustment. *Journal of Family Psychology*, 19(3), 376-384. doi:10.1037/0893-3200.19.3.376
- Giordano, P., Soto, D., Manning, W., & Longmore, M. (2010). The characteristics of romantic relationships associated with teen dating violence. *Social Science Research*, 39(6), 863-874. doi:10.1016/j.ssresearch.2010.03.009
- Gleitman, H., Fridlund, A. J., & Reisberg, D. (2003). *Psicologia* (D. R. Silva, Trad.) (5ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Obra original publicada em 1981). ISBN:972-31-1059-8
- Gover, A. R., Kaukinen, C., & Fox, K. A. (2008). The relationship between violence in the family of origin and dating violence among college students. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(12), 1667-1693. doi:10.1177/0886260508314330

- Gray, H. M., & Foshee, V. (1997). Adolescent dating violence: Differences between one-sided and mutually violent profiles. *Journal of Interpersonal Violence, 12*(1), 126-141. doi:10.1177/088626097012001008
- Grych, J. H. (1998). Children's appraisals of interparental conflict: Situational and contextual influences. *Journal of Family Psychology, 12*(3), 437-453. doi:10.1037/0893-3200.12.3.437
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin, 108*(2), 267-290. doi:10.1037/0033-2909.108.2.267
- Grych, J. H., Seid, M., & Fincham, F. D. (1992). Assessing marital conflict from child's perspective: The children's perceptions of interparental conflict scale. *Child Development, 63*(3), 558-572. doi:10.1111/j.1467-8624.1992.tb01646.x
- Grych, J. H., Fincham, F. D., Jouriles, E. N., & McDonald, R. (2000). Interparental conflict and child adjustment: Testing the mediational role of appraisals in the cognitive-contextual framework. *Child Development, 71*(6), 1648-1661. doi:10.1111/1467-8624.00255
- Grych, J. H., Harold, G. T., & Miles, C. J. (2003). A prospective investigation of appraisals as mediators of the link between interparental conflict and child adjustment. *Child Development, 74*(4), 1176-1193. doi:10.1111/1467-8624.00600
- Halpern, C. T., Oslak, S. G., Young, M. L., Martin, S. L., Kupper, L. L. (2001). Partner violence among adolescents in opposite-sex romantic relationships: Findings from the national longitudinal study of adolescent health. *American Journal of Public Health, 91*(10), 1679-1685. PMID:PMC1446854
- Hanson, R. F. (2002). Adolescent dating aggression: Prevalence and psychological outcomes. *Child Abuse & Neglect, 26*(5), 447-451. doi:10.1016/S0145-2134(02)00321-6
- Hunter, H. L. (2009). *Family factors and risk behavior in adolescent dating relationships: Heterosocial competence as a mediator between interparental conflict and dating violence* (Dissertação de pós-graduação não publicada). Departamento de Psicologia Clínica da Criança, Universidade do Kansas.
- Ismail, F., Berman, H. & Ward-Griffin, C. (2007). Dating violence and the health of young women: A feminist narrative study. *Health Care for Women International, 28*(5), 453-477. doi:10.1080/07399330701226438

- Jouriles, E., N., McDonald, R., Garrido, E., Rosenfield D., & Brown, A. S. (2005). Assessing aggression in adolescent romantic relationships: Can we do it better? *Psychological Assessment*, *17*(4), 469-475. doi:10.1037/1040-3590.17.4.469
- Kerig, P. K. (2010). Adolescent dating violence in context: Introduction and overview. *Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma*, *19*(5), 465-468. doi:10.1080/10926771.2010.495033
- Kim, K. L., Jackson, Y., Conrad, S. M., & Hunter, H. I. (2008). Adolescent report of interparental conflict: The role of threat and self-blame appraisal on adaptive outcome. *Journal of Child and Family Studies*, *17*(5), 735-751. doi:10.1007/s10826-007-9187-5
- Kinsfogel, K. M. & Grych, J. H. (2004). Interparental conflict and adolescent dating relationships: Integrating cognitive, emotional, and peer influences. *Journal of Family Psychology*, *18*(3), 505-515. doi:10.1037/0893-3200.18.3.505
- Kuczynski, L., Marshall, S., & Schell, K. (1997). Value socialization in a bidirectional context. In J. E. Grusec & L. Kuczynski (Eds.), *Parenting and children's internalization of values: A handbook of contemporary theory* (pp. 23-44). Hoboken, NJ, US: John Wiley & Sons Inc.
- Lima, L. P. (2006). Atitudes: Estrutura e mudança. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social* (pp. 187-225) (7ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN: 972-31-0845-3
- Maio, G. R., & Olson, J. M. (2000). Emergent themes and potential approaches to attitude function: The function-structure model of attitudes. In G. R. Maio & J. M. Olson (Eds.), *Why we evaluate: Functions of attitudes*, (pp. 417-438). Mahwah, NJ, London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers. ISBN: 0805827706
- Makepeace, J. M. (1981). Courtship violence among college students. *Family Relations*, *30*(1), 97-102. doi:10.1177/0044118X86018002004
- Malik, S., Sorenson, S. B., & Aneshensel, C. S. (1997). Community and dating violence among adolescents: Perpetration and victimization. *Journal of Adolescent Health*, *21*(5), 291-302. PMID:9358292
- Manganello, J. A. (2008). Teens, dating violence, and media use: A review of the literature and conceptual model for future research. *Trauma, Violence, & Abuse*, *9*(1), 3-18. doi:10.1177/1524838007309804

- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: Compreender para intervir, guia de boas práticas para profissionais de instituições de apoio a vítimas* (pp. 9-32). Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. ISBN: 978-972-597-317-2
- Marcus, N. E., Lindahl, K. M., & Malik, N. M. (2001). Interparental conflict, children's social cognitions, and child aggression: A test of a mediational model. *Journal of Family Psychology, 15*(2), 315-333. doi:10.1037//0893-3200.15.2.315
- Maroco, J. (2007). *Análise estatística: Com a utilização do SPSS* (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo. ISBN:978-972-618-452-2
- Martins, D. D. (2009). *O impacto da violência familiar na saúde de crianças e jovens adolescentes* (Tese de mestrado não publicada). Departamento de Psicologia da Justiça, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Matos, M., Machado, C., Caridade, S., & Silva, M. J. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: Intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática, 8*(1), 55-75. Retirado de <http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/ptp/article/view/1018/735>
- McCarthy, W. J., Bentler, P. M., & Newcomb, M. D. (1994). The contribution of personal and family characteristics in adolescence to the subsequent development of young adult competence. In R. Parke & S. Kellam (Eds.), *Exploring family relationships with other social contexts* (pp. 169-193). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers. ISBN: 0805810730
- McDonald, R., & Grych, J. H. (2006). Young children's appraisals of interparental conflict: Measurement and links with adjustment problems. *Journal of Family Psychology, 20*(1), 88-99. doi:10.1037/0893-3200.20.1.88
- McDonnell, J., Ott, J., & Mitchell, M. (2010). Predicting dating violence victimization and perpetration among middle and high school students in a rural southern community. *Children and Youth Services Review, 32*(10), 1458-1463. doi:10.1016/j.childyouth.2010.07.001
- Morgan, E., Thorne, A., & Zurbriggen, E. (2010). A longitudinal study of conversations with parents about sex and dating during college. *Developmental Psychology, 46*(1), 139-150. doi:10.1037/a0016931
- Moura, O., & Matos, P. M. (2008). Vinculação aos pais, divórcio e conflito interparental em adolescentes. *Psicologia, 22*(1), 127-152. ISSN:0874-2049

- Muñoz-Rivas, M. J., Graña, J., L., O'Leary, K. D., & González, M. P. (2007). Aggression in adolescent dating relationships: Prevalence, justification, and health consequences. *Journal of Adolescent Health, 40*(4), 298-304. doi:10.1016/j.jadohealth.2006.11.137
- Nabors, E. L. (2009). Drug use and intimate partner violence among college students: An in-depth exploration. *Journal of Interpersonal Violence, 25*(6), 1043-1063. doi:10.1177/0886260509340543
- O'Keefe, M. (1997). Predictors of dating violence among high school students. *Journal of Interpersonal Violence, 12*(4), 546-568. doi:10.1177/088626097012004005
- O'Keefe, M. (1998). Factors mediating the link between witnessing interparental violence and dating violence. *Journal of Family Violence, 13*(1), 39-57. doi:10.1023/A:1022860700118
- O'Keefe, M., & Treister, L. (1998). Victims of dating violence among high school students: are the predictors different for males and females? *Violence Against Women, 4*(2), 195-223. doi:10.1177/1077801298004002005
- Oliveira, M. S., & Sani, A. I. (2009). A intergeracionalidade da violência nas relações de namoro. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 6*, 162-170. ISSN:1646-0502
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2003). Abuso no contexto do relacionamento íntimo com companheiros: Definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde & Doença, 4*(2), 164-184. ISSN:1645-0086
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2005). Abuso no relacionamento íntimo e estado de saúde em jovens adultos portugueses. *International Journal of Clinical & Health Psychology, 5*(2), 243-272. ISSN:1697-2600
- Preacher, K. J., & Leonardelli, G. J. (2001). *Calculation for the sobel test: An interactive calculation tool for mediation tests*. Retirado de <http://quantpsy.org/sobel/sobel.htm>
- Riggs, D. S., & O'Leary, D. K. (1989). A theoretical model of courtship aggression. In M. A. Pirog-Good & J. E. Stets (Eds.), *Violence in dating relationships: Emerging social issues* (pp. 53-71). New York, NY: Praeger Publishers. ISBN:0275933539
- Riggs, D. S., & O'Leary, K. D. (1996). Aggression between heterosexual dating partners. An examination of a causal model of courtship aggression. *Journal of Interpersonal Violence, 11*(4), 519-540. doi:10.1177/088626096011004005

- Saavedra, R. M. (2010). *Prevenir antes de remediar: Prevenção da violência nos relacionamentos íntimos juvenis* (Tese de doutoramento não publicada). Departamento de Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Saewyc E. M., Brown D., Plane M. B., Mundt M. P., Zakletskaia L., Wiegel J., & Fleming M. F. (2009). Gender differences in violence exposure among university students attending campus health clinics in the United States and Canada. *Journal of Adolescent Health, 45*(6), 587-94. doi:10.1016/j.jadohealth.2009.03.024
- Sampaio, I. & Gomide, P. (2007). Inventário de Estilos Parentais (IEP): Gomide (2006) percurso de padronização e normatização. *Psicologia Argumento, 25*(48), 15-26. ISSN:0103-7013
- Sani, A. I. M. (2003). *As crenças, o discurso e a acção: As construções de crianças expostas à violência interpARENTAL* (Tese de doutoramento não publicada). Departamento de Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Schafer, J., Caetano, R., & Cunradi, C. (2004). A path model of risk factors for intimate partner violence among couples in the United States. *Journal of Interpersonal Violence, 19*(2), 127-142. doi:10.1177/0886260503260244
- Sears, H. A., & Byers, E. S. (2010). Adolescent girls' and boys' experiences of psychologically, physically, and sexually aggressive behaviors in their dating relationships: Co-occurrence and emotional reaction. *Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma, 19*(5), 517-539. doi:10.1080/10926771.2010.495035
- Shorey, R. C., Cornelius, T. L., & Bell, K. M. (2008). A critical review of theoretical frameworks for dating violence: Comparing the dating and marital fields. *Aggression and Violent Behavior, 13*(3), 185-194. doi:10.1016/j.avb.2008.03.003
- Simon, V. A., & Furman, W. (2010). Interparental conflict and adolescent's romantic relationship conflict. *Journal of Research on Adolescence, 20*(1), 188-209. doi:10.1111/j.1532-7795.2009.00635.x
- Swahn, M. H., Simon, T. R., Arias, I., Bossarte, R. M. (2008). Measuring sex differences in violence victimization and perpetration within date and same-sex peer relationships. *Journal of Interpersonal Violence, 23*(8), 1120-1138. doi:10.1177/0886260508314086

- Swahn M. H., Alemdar M., & Whitaker D. J. (2010). Nonreciprocal and reciprocal dating violence and injury occurrence among urban youth. *Western Journal of Emergency Medicine*, 11(3), 264-268. PMID:20882147
- Testa, M., Livingston, J., & VanZile-Tamsen, C. (2011). Advancing the study of violence against women using mixed methods: Integrating qualitative methods into a quantitative research program. *Violence Against Women*, 17(2), 236-250. doi:10.1177/1077801210397744
- Tolan, P. H., Gorman-Smith, D., Huesmann, L. R., & Zelli, A. (1997). Assessment of family relationship characteristics: A measure to explain risk for antisocial behaviour and depression among urban youth. *Psychological Assessment*, 9(3), 212-223. doi:10.1037/1040-3590.9.3.212
- Toscano, S. E. (2007). A grounded theory of female adolescents' dating experiences and factors influencing safety: The dynamics of the Circle. *BMC Nursing*, 20(6), 7-19. doi:10.1186/1472-6955-6-7
- Tschann, J. M., Pasch, L. A., Flores, E., Marin, B. V., Baisch, E. M., & Wibbelsman, C. J. (2009). Nonviolent aspects of interparental conflict and dating violence among adolescents. *Journal of Family Issues*, 30(3), 295-319. doi:10.1177/0192513X08325010
- Vézina, J., & Hébert, M. (2007). Risk factors for victimization in romantic relationships of young women: A review of empirical studies and implications for prevention. *Trauma, Violence, & Abuse*, 8(1), 33-66. doi:10.1177/1524838006297029
- Vigésima terceira alteração ao Código Penal – Lei nº 59/2007, de 4 de Setembro, Ministério da Justiça.
- Volz, A. R., & Kerig, P. K. (2010). Relational dynamics associated with adolescent dating violence: The roles of rejection sensitivity and relational insecurity. *Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma*, 19(6), 587-602. doi:10.1080/10926771.2010.502088
- Wekerle, C., & Wolfe, D. A. (1999). Dating violence in mid-adolescence: Theory, significance, and emerging prevention initiatives. *Clinical Psychology Review*, 19(4), 435-456. doi:10.1016/S0272-7358(98)00091-9
- Wekerle, C., & Tanaka, M. (2010). Adolescent dating violence research and violence prevention: An opportunity to support health outcomes. *Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma*, 19(6), 681-698. doi:10.1080/10926771.2010.502097

- Williams, T. S., Connolly, J., Pepler, D., Craig, W., & Laporte, L. (2008). Risk models of dating aggression across different adolescent relationships: A developmental psychopathology approach. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 76*(4), 622-632. doi:10.1037/0022-006X.76.4.622
- Wolfe, D. A., Wekerle, C., Reitzel-Jaffe, D., & Lefebvre, L. (1998). Factors associated with abusive relationships among maltreated and nonmaltreated youth. *Development and Psychopathology, 10*(1), 61-85. PMID:9524808
- Wolfe, D. A., Scott, K., Reitzel-Jaffe, D., Wekerle, C., Grasley, C., & Straatman, A. (2001). Development and validation of the conflict in adolescent dating relationships inventory. *Psychological Assessment, 13*(2), 277-293. doi:10.1037//1040-3590.13.2.277

Anexo A – Instrumento de Avaliação



O presente questionário insere-se numa investigação de mestrado em Psicologia Forense e Criminal realizado pelo Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz. Este tem como objetivo recolher a tua opinião sobre a violência no namoro.

Os dados recolhidos serão exclusivamente analisados pelo grupo responsável por este estudo, garantindo-se total anonimato e confidencialidade dos mesmos.

A maioria das perguntas deste questionário foi construída de modo a que, em geral, apenas tenhas de fazer um círculo/cruz ou inscrever um número.

Procura responder a todas as questões, sem te deteres demasiado tempo em cada uma. Agradecemos que respondas às questões pela ordem apresentada.

Não existem respostas certas ou erradas. Interessa-nos exclusivamente a tua **opinião pessoal**. Por favor, tenta responder de acordo com a tua forma de pensar e sentir e não como achas que deveria ser.

Desde já agradecemos a tua colaboração.

Obrigado!

CADRI

(Autores: Wolfe, Scott, Straatman, Grasley, & Reitzel-Jaffé, 2001;

Adaptação Portuguesa: R. Saavedra, C. Machado, C. Martins, & D. Vieira, 2008)

Vais encontrar de seguida um conjunto de afirmações em relação a situações de violência no namoro. Pede-se que leias atentamente essas frases e exprimas a tua opinião em relação a cada uma delas. Avalia cada uma das afirmações que se seguem e assinala com um círculo ou cruz (X) a opção que melhor representa a tua opinião.

PARTE I

A) Assinala com uma cruz (X) a opção que melhor se aplica à tua situação:

- Namoro ou já namorei
- Nunca namorei (**Se escolheste esta opção, não precisas responder a esta parte do questionário**)
- Saio ou saí com alguém apesar de não existir um compromisso de namoro (**Se escolheste esta opção, não precisas responder a esta parte do questionário**)

B) Se já estiveste envolvido numa relação de namoro, por favor, responde à seguinte questão:

Com que idade começaste a namorar? _____

C) Nas páginas que se seguem são feitas algumas questões sobre os teus relacionamentos atuais ou sobre relações que tiveste. Por favor, assinala a pessoa em que irás pensar quando responderes às questões seguintes:

- Estou a pensar na pessoa que é o meu (minha) namorado(a) atualmente.
- Estou a pensar num(a) ex-namorado(a) do último ano.
- Estou a pensar num(a) ex-namorado(a) há mais de um ano.

PARTE II

As perguntas que se seguem questionam-te acerca de coisas que poderão ter acontecido contigo e com o teu namorado/a durante uma discussão ou um conflito. Assinala o quadrado que melhor identifica o número de vezes que essas coisas aconteceram com o teu /tua atual ou ex-namorado/a, no último ano. Como guia de resposta, utiliza a seguinte escala:

Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente
Nunca aconteceu no teu relacionamento	Aconteceu apenas <u>1-2 vezes</u> no teu relacionamento	Aconteceu cerca de <u>3-5 vezes</u> no teu relacionamento	Aconteceu <u>mais do que 6 vezes</u> no teu relacionamento

	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente
1. Eu apresentei os meus motivos.				
1.1. Ele/a apresentou os motivos dele/a.				
2. Eu toquei-o/a, sexualmente, contra a vontade dele/a.				
2.1. Ele/a tocou-me, sexualmente, contra a minha vontade.				
3. Eu tentei pôr os amigos dele/a contra ele/a.				
3.1. Ele/a tentou pôr os meus amigos contra mim.				
4. Eu fiz alguma coisa para lhe provocar ciúmes.				
4.1. Ele/a fez alguma coisa para me provocar ciúmes.				
5. Eu destruí ou ameacei destruir alguma coisa de que ele/a gostava.				
5.1. Ele/a destruiu ou ameaçou destruir alguma coisa de que eu gostava.				
6. Eu admiti que tinha alguma culpa.				
6.1. Ele/a admitiu que tinha alguma culpa.				

	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente
7. Eu lembrei uma coisa má que ele/a tinha feito no passado.				
7.1. Ele/a lembrou uma coisa má que eu tinha feito no passado.				
8. Eu atirei-lhe alguma coisa.				
8.1. Ele/a atirou-me alguma coisa.				
9. Eu disse coisas só para o/a deixar furioso/a.				
9.1. Ele/a disse coisas só para me deixar furioso/a.				
10. Eu dei razões para achar que ele/a estava errado/a.				
10.1. Ele/a deu razões para achar que eu estava errada/o.				
11. Eu concordei que ele/a estava, em parte, certo/a.				
11.1. Ele/a concordou que eu estava, em parte, certa/o.				
12. Eu falei com ele/a num tom de voz agressivo e mau.				
12.1. Ele/a falou comigo num tom de voz agressivo e mau.				
13. Eu forcei-o/a a ter relações sexuais comigo quando ele/a não queria.				
13.1. Ele/a forçou-me a ter relações sexuais com ele/a quando eu não queria.				
14. Eu apresentei uma solução que achei boa para os dois.				
14.1. Ele/a apresentou uma solução que achou boa para os dois.				
15. Eu ameacei-o/a, para tentar ter relações sexuais com ele/a.				
15.1. Ele/a ameaçou-me, para tentar ter relações sexuais comigo.				
16. Eu deixei de falar até ele/a se acalmar.				
16.1. Ele/a deixou de falar até eu me acalmar.				
17. Eu insultei-o/a com coisas humilhantes.				
17.1. Ele/a insultou-me com coisas humilhantes.				
18. Eu discuti o assunto calmamente.				
18.1. Ele/a discutiu o assunto calmamente.				
19. Eu beijei-o/a quando ele/a não queria.				
19.1. Ele/a beijou-me quando eu não queria.				

	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente
20. Eu contei coisas aos amigos dele/a para os pôr contra ele/a.				
20.1 Ele/a contou coisas aos meus amigos para os pôr contra mim.				
21. Eu gozei-o/a ou fiz pouco dele/a em frente de outros.				
21.1 Ele/a gozou-me ou fez pouco de mim em frente de outros.				
22. Eu disse-lhe o quanto aborrecido/a estava.				
22.1 Ele/a disse-me o quanto aborrecido/a estava.				
23. Eu controlo com quem ele/a está e onde está.				
23.1 Ele/a controla com quem eu estou e onde estou.				
24. Eu culpei-o/a pelo problema.				
24.1 Ele/a culpou-me pelo problema.				
25. Eu dei-lhe pontapés, bati-lhe ou dei-lhe murros.				
25.1 Ele/a deu-me pontapés, bateu-me ou deu-me murros.				
26. Eu abandonei a sala para me acalmar.				
26.1 Ele/a abandonou a sala para se acalmar.				
27. Eu desisti só para evitar um conflito.				
27.1 Ele/a desistiu só para evitar um conflito.				
28. Eu acusei-o/a de se meter com outras/os raparigas/rapazes.				
28.1 Ele/a acusou-me de me meter com outros/as rapazes/raparigas.				
29. Eu tentei assustá-lo/a de propósito.				
29.1 Ele/a tentou assustar-me de propósito.				
30. Eu dei-lhe uma bofetada ou puxei-lhe o cabelo.				
30.1 Ele/a deu-me uma bofetada ou puxou-me o cabelo.				
31. Eu ameacei magoá-lo/a.				
31.1 Ele/a ameaçou magoar-me.				
32. Eu ameacei terminar o namoro.				
32.1 Ele/a ameaçou terminar o namoro.				

	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequente mente
33. Eu ameacei bater-lhe ou atirar-lhe com qualquer coisa.				
33.1 Ele/a ameaçou bater-me ou atirar-me com qualquer coisa.				
34. Eu empurrei-o/a, dei-lhe encontrões ou abanei-o/a.				
34.1 Ele/a empurrou-me, deu-me encontrões ou abanou-me.				
35. Eu espalhei boatos contra ele/a.				
35.1 Ele/a espalhou boatos contra mim.				

CPIC

(Autores: Grych, Seid e Fincham, 1992;

Adaptação Portuguesa: A. Sani, 2001)

Em todas as famílias há momentos em que os pais não se deram bem. A seguir estão algumas coisas que os jovens às vezes pensam ou sentem quando os pais deles têm discussões ou desentendimentos. Gostaríamos que escrevesse o que pensas ou sentes quando os teus pais discutem, respondendo a cada uma das afirmações abaixo.

Se os teus pais não vivem juntos, responde a estas perguntas em relação ao pai/mãe e madrasta/padrasto (ou ao namorada/namorado do pai ou da mãe) com quem passas a maioria do tempo. Se os teus pais não vivem juntos e nenhum deles vive com um novo companheiro/companheira, pensa nas vezes em que os teus pais estavam juntos e não se davam bem, quando responderes a estas perguntas. Como guia de resposta, utiliza a seguinte escala:

Verdadeiro	Pouco ou Às Vezes Verdadeiro	Falso
V	P	F

	Verdade	Pouco ou Às Vezes Verdade	Falso
1. Eu nunca vejo os meus pais discutindo ou discordando.	V	P	F
2. Quando meus pais têm uma discussão normalmente resolvem o assunto.	V	P	F
3. Os meus pais entram frequentemente em discussão sobre coisas que eu faço na escola.	V	P	F
4. Quando os meus pais discutem eu acabo por ser envolvido de alguma maneira.	V	P	F
5. Os meus pais ficam realmente zangados quando discutem.	V	P	F

	Verdade	Pouco ou Às Vezes Verdade	Falso
6. Quando os meus pais discutem eu consigo fazer algo para sentir-me melhor.	V	P	F
7. Fico assustado/a quando os meus pais discutem.	V	P	F
8. Sinto-me apanhado/a no meio quando os meus pais discutem.	V	P	F
9. Não me culpo quando os meus pais têm discussões.	V	P	F
10. Eles podem não pensar que eu sei, mas os meus pais discutem e discordam muito.	V	P	F
11. Mesmo depois dos meus pais pararem de discutir eles ficam zangados um com o outro.	V	P	F
12. Quando os meus pais discutem eu tento fazer algo para para-los.	V	P	F
13. Quando os meus pais têm um desentendimento eles discutem isto calmamente.	V	P	F
14. Eu não sei o que fazer quando os meus pais têm discussões.	V	P	F
15. Os meus pais são muitas vezes maus um ao outro mesmo quando estou presente.	V	P	F
16. Quando os meus pais discutem eu preocupo-me sobre o que me acontecerá.	V	P	F
17. Não sinto que tenha que tomar partido quando os meus pais têm um desentendimento.	V	P	F
18. É normalmente minha a culpa dos meus pais discutirem.	V	P	F
19. Frequentemente vejo ou ouço os meus pais discutindo.	V	P	F
20. Quando os meus pais discordam sobre algo, eles normalmente propõem uma solução.	V	P	F
21. As discussões dos meus pais são normalmente sobre mim.	V	P	F
22. Quando os meus pais têm uma discussão eles dizem coisas más um ao outro.	V	P	F
23. Quando os meus pais discutem ou discordam posso normalmente ajudar a melhorar as coisas.	V	P	F
24. Quando os meus pais discutem tenho medo que algo mau possa acontecer.	V	P	F
25. A minha mãe quer que eu esteja do lado dela quando ela e meu pai discutem.	V	P	F
26. Mesmo que não o digam, eu sei que sou culpado quando os meus pais discutem.	V	P	F
27. Os meus pais quase nunca discutem.	V	P	F
28. Quando os meus pais discutem eles normalmente fazem as pazes imediatamente.	V	P	F
29. Os meus pais normalmente discutem ou discordam por causa de coisas que eu faço.	V	P	F
30. Eu não sou envolvido quando os meus pais discutem.	V	P	F
31. Quando os meus pais têm uma discussão eles gritam um ao outro.	V	P	F

	Verdade	Pouco ou Às Vezes Verdade	Falso
32. Quando os meus pais discutem não há nada que eu possa fazer para para-los.	V	P	F
33. Quando os meus pais discutem preocupo-me que um deles saia magoado.	V	P	F
34. Sinto como se tivesse que tomar partido quando os meus pais têm um desentendimento.	V	P	F
35. Os meus pais frequentemente chateiam e queixam-se um do outro por toda a casa.	V	P	F
36. Os meus pais quase nunca gritam quando têm um desentendimento.	V	P	F
37. Os meus pais entram frequentemente em discussão quando eu faço algo errado.	V	P	F
38. Os meus pais quebram ou atiram coisas durante uma discussão.	V	P	F
39. Depois que os meus pais deixam de discutir, eles são amigáveis um para o outro.	V	P	F
40. Quando os meus pais discutem tenho medo que eles também possam gritar comigo.	V	P	F
41. Os meus pais culpam-me quando têm discussões.	V	P	F
42. O meu pai quer que eu esteja do lado dele quando ele e minha mãe discutem.	V	P	F
43. Os meus pais empurraram-se um ao outro durante uma discussão.	V	P	F
44. Quando os meus pais discutem ou discordam não há nada que possa fazer para sentir-me melhor.	V	P	F
45. Quando os meus pais discutem preocupa-me que eles possam divorciar-se.	V	P	F
46. Os meus pais continuam a agir mal depois de terem tido uma discussão.	V	P	F
47. Normalmente não é culpa minha quando os meus pais têm discussões.	V	P	F
48. Quando os meus pais discutem eles não ligam a nada do que eu digo.	V	P	F

ADVS

(Autores: Foshee, Bauman, Arriaga, Helms, Koch & Linder, 1998;

Adaptação Portuguesa: J. Doroteia & C. Soeiro 2012)

Em seguida vais encontrar a descrição de diferentes situações sobre violência. Avalia atentamente cada uma das afirmações que se seguem e assinala com um círculo a opção que melhor representa a tua opinião, utilizando a seguinte escala:

Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
1	2	3	4

	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
1. É aceitável que um rapaz bata na sua namorada se esta fez algo que o chateie.	1	2	3	4
2. Bater no/a namorado/a nunca é aceitável.	1	2	3	4
3. É aceitável que um rapaz bata na sua namorada se esta o insultou em frente dos amigos.	1	2	3	4
4. É aceitável que um rapaz force uma rapariga a ter relações sexuais se este tiver pago todas as despesas de um encontro.	1	2	3	4
5. Às vezes as raparigas merecem que os seus namorados lhes batam.	1	2	3	4
6. Uma rapariga que provoca ciúmes de propósito ao seu namorado merece que o namorado lhe bata.	1	2	3	4
7. Forçar o/a namorado/a a ter relações sexuais nunca é aceitável.	1	2	3	4
8. Às vezes os rapazes merecem que as suas namoradas lhes batam.	1	2	3	4
9. Às vezes os rapazes têm de bater nas suas namoradas para as manterem controladas.	1	2	3	4
10. É aceitável que um rapaz bata numa rapariga se esta lhe bateu em primeiro lugar.	1	2	3	4
11. É aceitável que um rapaz force uma rapariga a ter relações sexuais se esta o excitou sexualmente.	1	2	3	4
12. É aceitável que uma rapariga bata num rapaz se este lhe bateu em primeiro lugar.	1	2	3	4

Para finalizar, pedimos-te alguma informação de carácter pessoal:

1. **Sexo:**

Masculino

Feminino

2. **Idade:** _____

3. **Ano de Escolaridade:**

10ºano de escolaridade

11ºano de escolaridade

12ºano de escolaridade